

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

DISSERTAÇÃO

**Aliança entre Movimentos Ambientalistas e de Consumidores: o caso da
“Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos”**

Amaury de Barros Freitas

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

**Aliança entre Movimento Ambientalista e de Consumidores: o caso da
“Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos”**

Amaury de Barros Freitas

Sob orientação da Professora
Dra. Maria de Fátima Ferreira Portilho

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências, no Programa
de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ
Outubro de 2011**

631.523
F866a
T

Freitas, Amaury de Barros.

Aliança entre movimentos ambientalistas e de consumidores: o caso da “Campanha por Brasil Livre de Transgênicos” / Amaury de Barros Freitas, 2011.

115 f

Orientador: Maria de Fátima Ferreira Portilho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 103-110.

1. Movimentos sociais - Teses. 2. Transgênicos – Teses. 3. Mercados – Teses. I. Portilho, Maria de Fátima Ferreira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

Amaury de Barros Freitas

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Dr^a. Maria de Fátima Portilho
(Orientadora)

Dr^a. Cláudia Job Schmitt
(CPDA/UFRJ)

Dr^a. Lavínia Davis Rangel Pessanha
(ENCE/IBGE)

Agradecimentos

Ao redigir os agradecimentos, resultado das últimas reflexões dentre todas as outras que construíram esta dissertação, somos tomados por um sentimento único de dever cumprido. A sua conclusão confere significado a todo o esforço empregado durante a trajetória pouco linear desenhada por este estudante em sua passagem pelo CPDA/UFRRJ. Por mais que a autoria seja a atribuída a nós, inúmeras situações e pessoas nos levaram a lugares que nunca havíamos de chegar sozinhos. Não poderia ser de outra forma. Serão estas o objeto da manifestação do meu mais profundo apreço e carinho.

Primeiramente, agradeço ao CPDA e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por proporcionar, em uma combinação rara, conhecimento e convivência de qualidade. Como símbolos desta constatação, destaco as contribuições de todo o corpo docente, discente e funcionários do Programa, em especial àqueles com os quais partilhei maior tempo por meio das disciplinas cursadas durante o primeiro ano do curso.

Um parágrafo à parte merece ser dedicado à minha orientadora, Prof. Fátima Portilho. Dos momentos mais estáveis àqueles onde tudo eram peças dispersas num quebra-cabeças auto-referenciado, sua presença foi um fator determinante para encontrar as melhores soluções, acadêmicas e não-acadêmicas. Não há a menor possibilidade de não tornar-se um admirador do seu estilo de trabalho.

Agradeço, ainda, àquelas com as quais pude ter o privilégio de manter e aprofundar a amizade construída durante os quase dois anos de convivência diária: Ana Letícia Leitão, Dora Vasconcellos e Elaine Lacerda. Da mesma forma, agradeço ao Manoel Junior, por toda a sorte que tive de compartilhar momentos tão marcantes da minha formação, no sentido mais amplo da vida.

À minha família, torno público o meu mais profundo sentimento. Aos meus pais, irmãos e avós, prefiro não me limitar à objetividade das palavras escritas. Não há vocabulário suficiente que retribua o esforço feito para que eu pudesse chegar até aqui. Amo-vos.

Sumário

1. Introdução.....	13
2. Alta modernidade e novas biotecnologias.....	14
2.1. Movimentos Sociais, esfera pública e ação social na alta modernidade.....	17
2.2. OGMs: continuidade ou ruptura de um modelo?.....	25
2.3. Percepção pública e politização das tecnologias.....	33
2.4. Sociedade de risco e subpolíticas.....	37
2.5. Ambientalização da sociedade.....	40
2.6. Interfaces entre meio ambiente e consumo.....	42
3. Construção das mobilizações: Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos.....	49
3.1. Ações da sociedade civil no contexto internacional.....	50
3.2. Contexto do surgimento e construção da campanha.....	52
3.3. O Greenpeace.....	57
3.4. O Idec.....	61
3.5. Aliança entre Movimento Ambientalista e de Consumidores: construção de ações conjuntas e atuação.....	65
3.6. Percepção de resultados e perspectivas.....	85
3.7. Estratégias de mobilização e identificação de novas estratégias de atuação e sociabilidade dos movimentos sociais.....	92
4. Conclusões.....	98
Bibliografia.....	103
Anexos	
Anexo I - Roteiro prévio das entrevistas.....	111

Anexo II – Roteiro das entrevistas (Pesquisa IBOPE dos anos de 2001 e 2003).....	112
Anexo III - Roteiro da entrevista (Pesquisa IBOPE do ano de 2002).	113
Anexo IV - Carta do Greenpeace à Presidência da Vigor	114

Lista de figuras

Figura 1 – Área global ocupada pelo cultivo de variedades transgênicas	32
Figura 2 – Crescimento e participação, por país, na área total ocupada pelo cultivo de variedades transgênicas	33
Figura 3 – Relação entre concepções sobre o público e sobre a ciência	34
Figura 4 – Relação entre aumento na renda e gastos com consumo	44
Figura 5 – Fotografia de ato do <i>Greenpeace</i> realizado no Porto de São Francisco do Sul (SC), em 1997	52
Figura 6 – Chamada para o lançamento do livro “Alimentos Transgênicos – Aliança Internacional pela Moratória”	56
Figura 7 – Logotipo da Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos	66
Figura 8 – Reprodução da capa do “Guia do Consumidor”, edição 2008	71
Figura 9 – Fotografia de ato realizado pelo <i>Greenpeace</i> em 2003, recolhendo produtos da lista vermelha do “Guia do Consumidor”	73
Figura 10 - <i>Greenpeace</i> protesta no Rio contra não-rotulação de produtos que usam soja transgênica	89

Abreviaturas

ADN/ARN – Ácido desoxirribonucléico / Ácido ribonucléico

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CF – Constituição Federal

Cnumad – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

DEM/TO – Partido Democratas/Tocantins

Eia-Rima – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FSM – Fórum Social Mundial

G8 – Grupo dos oito

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Isaaa – International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PFC – *Pure Food Campaign*

Rallt – Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos

Rio92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

RR – *Roundup Ready*

SC – Santa Catarina

Resumo

Ao analisar a trajetória da aliança entre os movimentos ambientalistas e de consumidores na Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, representados neste trabalho, respectivamente, por Greenpeace e Idec, pudemos identificá-la enquanto um cenário para a reconstrução dos discursos sobre consumo e meio ambiente. A partir desta aproximação, promovemos uma reflexão sobre o surgimento de novas sociabilidades e utopias entre os movimentos sociais em torno da questão ambiental e das novas estratégias utilizadas pelos atores frente às possibilidades de ação política via mercado. Ilustrando a tendência de uma aproximação cada vez maior entre as agendas dos movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos dos consumidores, a Campanha se demonstrou ser um objeto privilegiado para a observação de um repertório inovador de ações políticas, forjado sob um novo arranjo de forças sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Transgênicos, Mercados.

Abstract

By analyzing the trajectory of the alliance between environmentalists and consumers in the Campaign for a Transgenic-Free Brazil, represented in this research, respectively, by Greenpeace and Idec, we identified it as a backdrop for the reconstruction of discourses on consumption and environment. From this approach, we promote a reflection on the emergence of new social utopias and social movements from around the environmental issue and the new strategies used by the actors face the possibilities of political action through the market. Illustrating the trend of a growing rapprochement between the agendas of environmentalists and consumer rights movement, the Campaign has proved to be a privileged object for the observation of a new set of practices forged under a new arrangement of social forces.

Key words: Social movements, GMOs, Markets.

"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara"
(José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira).

1. Introdução

Ao refletirmos sobre as mudanças que marcaram o processo de produção agrícola a partir da década de 70, desde o ponto de vista da tecnologia e de seus impactos, é imprescindível que se tenha em mente o marco estabelecido por aquela que foi denominada “Revolução Verde”. Tal conjunto de transformações teve seu embrião nas inovações tecnológicas surgidas no período pós-Segunda Guerra, estruturadas sobre o tripé a) do melhoramento de sementes; b) da intensiva utilização de fertilizantes industrializados e; c) do uso intensivo de agrotóxicos e da mecanização do plantio e da colheita. Um dos momentos marcantes desse modelo de agricultura foi alcançado durante a década de 70, quando fora atingido um alto grau de desenvolvimento tecnológico nas indústrias de pesticidas, fertilizantes e maquinaria agrícola. A Revolução Verde se converteu, assim, no paradigma da agricultura que hoje é qualificada como “convencional”.

A crítica à Revolução Verde, quando elaborada pelos movimentos ambientalistas brasileiros, concentra-se no campo dos elementos que a viabilizaram, desenvolvendo-se em torno de três componentes fundamentais: a crítica da técnica, a crítica social e a crítica econômica. Tal contraposição de idéias dispõem-se de forma a apontar para as graves conseqüências derivadas dessas práticas produtivas para a natureza e a saúde humana ou, dependendo do campo a que pertence o ator, optando por dar ênfase ao seu caráter concentrador de riquezas (Moreira, 2000).

O questionamento do padrão de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil só se fará perceber após o chamado processo de “modernização conservadora”, que, segundo Delgado (2001), significou investimentos de capital no campo, mantendo ou até concentrando ainda mais a propriedade da terra.

Como aponta Delgado (2005), tal processo ficou caracterizado por ser um pacto tecnicamente modernizante e socialmente conservador, sendo os seus resultados reflexo de um modelo não só de agricultura, mas também de sociedade, que se almejava implementar. Concentração de terra e tecnificação possuíam uma relação direta com a idéia de modernização e progresso, enquanto desconcentração e igualdade relacionavam-se com o atraso (Martine, 1990).

Da década de 70 até os dias atuais, este referido modelo hegemônico só fez se intensificar, chegando a possibilitar, hoje, a manipulação genética de uma vasta gama de organismos vivos, talvez com maior grau exatamente no campo da pesquisa e da produção agroalimentar.

Neste sentido, é imprescindível atentar para o fato da introdução dos Organismos Geneticamente Modificados¹ na agricultura se dar, entre outros, por meio de argumentos semelhantes àqueles utilizados pelos defensores da Revolução Verde, situados principalmente na promessa de multiplicar a produção de alimentos, colocando-se como uma das soluções para o problema da fome².

Apesar do lugar de grande destaque que vem ocupando na imprensa, a divulgação dos avanços da genética, ou a “revolução da biotecnologia”³ não vem acompanhada por uma igual discussão sobre os riscos diante das promessas científicas. A manipulação genética e o próprio conhecimento científico, no entanto, passam a ser, na contemporaneidade, ambigualmente percebidos como fonte de temor e esperança. A sociedade civil organizada tenta, nesse contexto, chamar a atenção para a relação entre os ganhos e perdas de cada indivíduo e da sociedade com a adoção das novas biotecnologias⁴.

Buscando refletir sobre a forma como esta discussão, particularmente a da percepção dos riscos derivados dos OGMs, vêm sendo travada na sociedade brasileira, Menasche (2004) promoverá um debate de caráter antropológico elucidador em seu artigo “*Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?*”. Neste trabalho, a autora concluirá que os alimentos transgênicos passam a ser percebidos, pelos consumidores, dentro de uma associação que os relaciona a um conjunto de “medos contemporâneos”, tais como mutações, radiação, clonagem, câncer, entre outros.

Nesse sentido, uma característica que certamente particulariza essa problemática está no fato das novas biotecnologias terem o poder de afetar a todos, em maior ou menor grau,

¹ Organismo geneticamente modificado é aquele cujo material genético (ácidos desoxirribonucléico - ADN, e ribonucléico - ARN) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética, ao passo que esta, por sua vez, é a atividade de manipulação de moléculas ADN/ARN recombinante (art. 3º, inciso IV e V da Lei 8.964/1995)

² Exemplo disso pode ser observado no sítio da empresa Monsanto, que, citando o artigo da FAO, “*World Agriculture: towards 2015/2030 - summary report 2003*”, apresenta os alimentos transgênicos como uma alternativa no combate à fome e à pobreza nos países em desenvolvimento. Fonte: folheto de divulgação da empresa Monsanto, disponível em: http://www.monsanto.com.br/biotecnologia/publicacoes_transgenicos/pdf/Folheto_geral.pdf (acessado em 5 de janeiro de 2011).

³ Rifkin (1999) aponta os principais componentes que, juntos, irão “criar uma nova matriz operacional”, permitindo-o afirmar que as mudanças trazidas pelo advento das biotecnologias podem ser consideradas uma revolução científica. Os principais elementos que a permitiram foram: a capacidade de manipular a informação genética, as patentes da vida, o “aperfeiçoamento” dos processos da natureza, o mapeamento do genoma humano, novas correntes culturais sobre o comportamento humano, convergência da informática com a genética e a revisão das teorias da evolução.

⁴ Neste trabalho referimo-nos à biotecnologia verde, aquela voltada à agricultura e alimentação. Há, ainda, as biotecnologias vermelha (medicina e saúde), preta (armas biológicas), azul (aquacultura e exploração do mar) e branca (fabricação de químicos).

independentemente da decisão individual de adotá-la para si, ou não⁵. O impacto que possuem para o meio ambiente é sentido por todos, mesmo que de forma desigual, atravessando as fronteiras nacionais e de classe, e provocando o reordenamento de uma série de aspectos da vida social (Beck, 1998).

O fim da era dos combustíveis fósseis e da correspondente matriz industrial construída sobre este pilar daria lugar, na avaliação de Rifkin (1999), cada vez mais a uma estrutura bioindustrial. A velocidade dos processos da natureza passa a não mais satisfazer às necessidades da alta modernidade. Com o desenvolvimento das biotecnologias, muitos dos limites antes impostos pela natureza passam a ser eliminados, trazendo consigo questões de ordem filosófica.

Os alimentos transgênicos, portanto, aparecerão como o mais recente produto das transformações acima referidas. A garantia de direitos de patentes sobre as variedades geneticamente modificadas, em sua maioria vinculadas ao uso de defensivos já amplamente utilizados e igualmente patenteados, acaba por completar a gama de tecnologias que integram uma nova versão para os pacotes tecnológicos editados na ocasião da Revolução Verde.

Conjuntamente ao contexto de expansão dos níveis de utilização das novas biotecnologias na produção agrícola, renova-se uma paralela valorização social e expansão dos modelos alternativos de agricultura, chamados “sustentáveis” ou “ecologicamente corretos”⁶. Tais modelos por vezes aparecem explicitamente nas propostas dos movimentos sociais envolvidos no debate sobre a contraposição à agricultura “convencional”.

Ao refletir sobre as possíveis razões da rejeição manifestada em relação aos alimentos geneticamente modificados, Menasche (2004) evidenciará uma possível tendência à valorização do “natural”, por sua vez construída como reflexo da crítica ao “artificial”. Citando La Soudière⁷, a autora concluirá que, como reflexo da desconfiança ante o *moderno*, o *natural* e o *rural* seriam identificados como representantes autênticos dos valores da natureza e da tradição, situados, portanto, mais próximos de um imaginário coletivo de uma vida mais saudável.

⁵ Em maio de 2009, em sua edição *online*, a Folha de São Paulo publicou matéria intitulada “Brasil perde controle do milho transgênico”, que afirmava ser cada vez mais difícil a separação entre as variedades de milho e soja transgênicos e não-transgênicos. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u563335.shtml> (acessado em 10 de maio de 2009).

⁶ Segundo Brandenburg (2003), a Revolução Verde é posterior à história da agricultura alternativa. Em sua origem, a agricultura alternativa surge vinculada a ideários filosóficos, antroposóficos ou esotéricos (orientada por Steiner, na Alemanha), ou como resistência política à crescente industrialização da produção de alimentos e suas conseqüências sobre o consumo (*Soil Association*, Inglaterra).

⁷ La Soudière, Martin de. Dis-moi où tu pousses: questions aux produits “locaux”, “régionaux”, de “terroir”, et à leurs consommateurs. In: Eizner, Nicole (org.). *Voyage en alimentation*. Paris: ARF, 1995.

Dessa forma, um dos adjetivos mais utilizados para diferenciar este modelo alternativo de agricultura será o seu caráter *sustentável*. O termo *sustentável* aparece vinculado a um universo oposto à chamada agricultura convencional. Tal conceito é bastante complexo, podendo abarcar diversas modalidades de agricultura: biodinâmica, orgânica, biológica, natural, agroecológica, alternativa, entre outras. Atualmente, uma discussão importante que vem sendo travada, tanto no movimento agroecológico, quanto na academia, é se estas devem ser compreendidas como novas variantes de agricultura alternativa, ou seriam apenas um novo paradigma ou padrão a ser incorporado pela agricultura convencional. O dilema parece consistir em expandir o “alternativo”, correndo o risco deste ser apropriado pelos padrões de manejo e relações de trabalho convencionais, ou mantê-lo intacto e restrito a um nicho.

Como problematiza Guivant (1995), as intervenções no meio ambiente utilizando o adjetivo “sustentável”, tanto no que diz respeito à pesquisa quanto à produção, não necessariamente provocam as mesmas conseqüências. Daí deriva o caráter subjetivo do conceito de sustentabilidade, cuja percepção varia conforme a orientação política e ideológica dos grupos distintos que o utilizarão. Sua definição, portanto, torna-se produto das disputas entre os diferentes atores envolvidos no campo da luta política (Jesus, 1996).

Neste cenário marcado pelas incertezas surgidas frente às expectativas e promessas que acompanham as inovações biotecnológicas, a crítica elaborada pela sociedade civil organizada não se limitará, entretanto, apenas às suas implicações para a agricultura e aqueles que dela sobrevivem. Sua reflexão compreenderá desde a problemática ambiental, incluindo a poluição genética⁸, passando, entre outros, pelos direitos humanos, saúde, segurança alimentar, direitos do consumidor e do pequeno produtor e propriedade intelectual, ressaltando a quebra de paradigmas representada pela engenharia genética e a possibilidade de total domínio da técnica sobre a vida.

A controvérsia sobre os OGMs, portanto, é capaz de congrega atores de diferentes posições. Para Guivant (2004), as novas possibilidades inauguradas pela pesquisa científica e tecnológica, com destaque para aquelas pertencentes ao campo das biotecnologias, impõem desafios aos processos de decisão sobre políticas de ciência e tecnologia que envolvem incertezas. Para a autora, uma das conseqüências do aparecimento desta nova esfera de conflito é a atração de atores com percepções divergentes sobre a natureza, a sociedade e a segurança dos novos produtos viabilizados pela bioindústria.

⁸ Para Rifkin (1999), a poluição genética seria uma série de desordens ambientais ocasionadas pelo descontrole das inovações produzidas pela engenharia genética.

As primeiras reações públicas aos organismos geneticamente modificados, como apontam Pessanha & Wilkinson (2005), surgiram em meados dos anos 90, período em que ocorreu nos EUA a primeira grande colheita de grãos geneticamente modificados. A polêmica em pouco tempo ganharia dimensões internacionais quando, em 1997, se organiza o “*Global Days of Actions Against Gen-Foods*”⁹, passando a envolver organizações não-governamentais que se comunicavam e planejavam ações sob a estrutura de uma rede.

No Brasil, a trajetória de envolvimento da sociedade civil nos debates sobre as implicações das novas tecnologias da vida, até então restrito ao domínio dos peritos, caracterizou-se por uma crescente participação junto às esferas consultivas e decisórias do Estado, com destaque para a atuação nos debates que envolviam o alcance dos direitos de propriedade intelectual sobre a vida. Pessanha & Wilkinson (2005) chamam atenção para o arrefecimento das mobilizações quando da aprovação, em meados dos anos 90, da nova Lei de Propriedade Industrial¹⁰. Tal quadro só seria reconstituído a partir de 1998, ano em que a Monsanto – Empresa multinacional da área de agricultura e biotecnologia, líder mundial na produção de sementes geneticamente modificadas – reivindicara autorização para a produção e comercialização da soja RR¹¹ no país.

Tendo se constituído oficialmente em 1999, a partir de uma aproximação entre diversas organizações não-governamentais, a “Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos” caracteriza-se, desde a sua origem, pela diversidade de organizações representativas de diferentes grupos sociais e de interesse. Sua criação chama atenção para a necessidade de se refletir sobre as novas estratégias adotadas pelos movimentos sociais frente a um contexto político mundial considerado, por vezes, marcado pela anomia e falta de alternativas em termos de mobilização. Isto nos exige uma reflexão que vá além das abordagens centradas no viés classista, sobre o qual muitas destas estruturaram-se, marcadamente nas abordagens dos movimentos sociais latino-americanas durante a década de 1970 e 1980.

⁹ No final de janeiro de 1997, a *Pure Food Campaign* circulou um chamado assinado por ativistas de 16 diferentes organizações de 12 países para preparação de ações globais contra alimentos e sementes geneticamente modificados. Tais ações viriam a complementar o considerável número de ações que já vinham ocorrendo na Europa, América do Norte, Japão, Índia, Malásia, Austrália e outros países. Fonte: <http://www.gene.ch/gentech/1997/8.96-5.97/msg00196.html>

¹⁰ Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

¹¹ A Soja RR é um tipo de semente de soja que foi desenvolvida pela Monsanto na década de 80 com o objetivo alegado de tornar a vida do produtor rural mais simples e eficiente e lhe proporcionar maiores ganhos. Esta semente possui uma característica que a torna tolerante a herbicidas à base de glifosato, usado para dessecção pré e pós-plantio, conhecido por sua eficiência em eliminar qualquer tipo de planta daninha. Fonte: http://www.monsanto.com.br/sementes/soja_rr/oque/oque.asp

Desta forma, torna-se necessária a reflexão sobre a validade da utilização das teorias clássicas interpretativas dos movimentos sociais para a compreensão das novas configurações forjadas pelos atores sociais na arena da luta política. O projeto político dos movimentos sociais, que anteriormente tinha como foco uma hipotética futura sociedade livre da opressão, agora volta suas energias para as lutas do cotidiano, que não necessariamente ameaçam apenas uma determinada classe social.

A Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos apresenta, como seu principal objetivo, “esclarecer as conseqüências que o uso dos transgênicos pode trazer para a nossa saúde, para o meio ambiente e para a economia do País”¹². Desde então, esta rede de organizações dedicou-se à divulgação de uma “visão alternativa” àquela apresentada pelos setores interessados na liberação imediata do plantio e comercialização dos alimentos geneticamente modificados. Estes são formados basicamente por uma parcela da comunidade científica, grandes produtores de *commodities* agrícolas e multinacionais detentoras de direitos de patente sobre novas variedades de sementes desenvolvidas a partir de modernos processos biotecnológicos, além de setores dentro do próprio Estado.

Caracterizada por sua diversidade em termos de composição, a referida campanha congrega organizações portadoras de diferentes origens e ideários, compreendendo tanto aquelas vinculadas à terra, em seu sentido amplo, onde podemos destacar a Via Campesina¹³, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a AS-PTA¹⁴, as voltadas às causas ambientais, como o *Greenpeace*, e ainda à defesa dos direitos dos consumidores, como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)¹⁵.

A forma como a esfera do consumo passa a ser apropriada e politizada pelos diferentes atores que integram a Campanha merece atenção especial, uma vez que ainda são

¹² Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos: nossos objetivos e atuação <http://www.esplar.org.br/campanhas/transgenicos.htm> [acesso em 3 de setembro de 2007]

¹³ A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas, imigrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Entre seus princípios está a defesa de uma agricultura sustentável em pequena escala como um modo de promover a justiça social e a dignidade, em oposição ao modelo de agricultura praticado pelo agronegócio e as multinacionais. Compreende em torno de 150 organizações locais e nacionais de 70 países da África, Ásia, Europa e América.

¹⁴ A AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) surgiu no contexto do processo de redemocratização do país, nos anos 80, quando começaram a se reorganizar os movimentos sociais no campo. A entidade foi criada em 1983 como um projeto anexo à ONG Fase, o Projeto Tecnologias Alternativas. Em 1990, se constituiu como entidade com personalidade jurídica própria. Fonte: <http://www.aspta.org.br/aspta/historico-1>.

¹⁵ Também integram a campanha as seguintes organizações, entre outras: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RJ), Actionaid Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Ágora – Segurança Alimentar e Cidadania, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (Fbsan), Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf).

escassas no Brasil as referências à atuação dos movimentos de consumidores, em especial em pesquisas que abordaram as mobilizações contrárias aos OGMs¹⁶.

Esta lacuna contrasta com a crescente ênfase dada por diversos autores em relação à ascensão da esfera do consumo como forma de ação política na alta modernidade, bem como à importância crescente desta na definição da crise ambiental (Portilho, 2005).

Portanto, pretendemos, com este trabalho, estreitar a distância existente entre a abrangência de práticas e ações inovadoras que os diferentes atores sociais vêm construindo no dia-a-dia de sua luta, em especial os movimentos ambientalistas e de consumidores, e a abrangência oferecida pela pesquisa acadêmica no campo dos movimentos sociais contemporâneos.

Torna-se interessante atentar para as particularidades que guarda a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, cenário para a reconstrução do discurso sobre meio ambiente e consumo pelos diferentes atores que a compõem e para a reflexão sobre o surgimento de novas sociabilidades e utopias entre os movimentos sociais em torno da questão ambiental.

Ante as mudanças na técnica e na produção e a um mundo marcado por uma maior flexibilidade e intercomunicação horizontal, a análise em termos de “redes de movimentos”, como afirma Scherer-Warren (1996), será fundamental para a reflexão acerca das possibilidades de articulação entre diferentes movimentos sociais, sendo estas a expressão de uma relação mais estreita e evidente entre o local e o global, entre o particular e o universal, e entre o uno e o diverso. Os problemas locais relacionam-se cada vez mais a questões globais, enquanto as soluções para questões globais são colocadas crescentemente no plano das responsabilidades dos atores locais.

As questões de ordem ambiental, por exemplo, enquadram-se perfeitamente no escopo desta nova percepção internacional, as quais, reconhecidamente, ONGs, governos, movimentos sociais e indivíduos as redimensionam de modo a incorporá-las ao campo de “questões sociais globais”, que, sob o risco de não revestirem-se da legitimidade exigida pela sociedade civil, devem chamar ao debate os mais diversos grupos sociais.

Tal abordagem encaixa-se perfeitamente nas características que marcam o contexto de aproximação das diferentes organizações e a própria lógica de funcionamento da Campanha, marcada pela diversidade e pluralidade de atores e discursos. A abordagem em “redes de movimentos sociais” proporcionará, ainda, abarcar o papel fundamental exercido

¹⁶ Importantes pesquisas, como as desenvolvidas por Silva-Sanchez (2003), Guivant (2004) e Lavínia & Wilkinson (2005), não têm como foco o papel desempenhado pelos movimentos de consumidores na construção de estratégias alternativas conjuntas de resistência aos organismos geneticamente modificados, objeto desta dissertação.

pelas novas tecnologias de comunicação (em especial a *Internet*), componente fundamental das estratégias de mobilização utilizadas pelos atores e propiciadora, em seu aspecto global, da ampliação do sentimento de solidariedade para além das fronteiras nacionais.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre os movimentos ambientalistas e os movimentos de consumidores, que, no contexto da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, são representados pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e o Greenpeace¹⁷. A reflexão acerca desta problemática, apesar (e justamente) por ser pouco freqüente, se reveste de grande importância para a compreensão, inclusive, da trajetória dos debates acerca da crise ambiental no contexto internacional, onde o lugar do consumo e dos próprios consumidores se desloca da passividade à vilania, culminando com o papel de agentes eficazes de transformação social.

Devemos ressaltar, ainda, e como consequência desta última percepção, uma tendência global contemporânea de uma aproximação cada vez maior entre as agendas dos movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos do consumidor (Portilho, 2006).

A Campanha, dessa forma, nos servirá “apenas” como um cenário privilegiado para a observação desta “nova modalidade de relação” entre tais movimentos e suas respectivas bagagens históricas, utopias e idéias. Ao fazer esta opção, assumimos que não é objetivo deste trabalho compreender a Campanha como um todo complexo, o que requereria, certamente, um outro e ainda mais amplo estudo.

Para tanto, este trabalho procurou abranger, em sua primeira etapa, uma análise do conteúdo dos documentos e materiais de divulgação¹⁸ produzidos no âmbito da própria Campanha. Desta forma, foi possível reunir um conjunto considerável de informações que serviram de base para a elaboração da segunda etapa da pesquisa.

A esta pesquisa documental somamos a realização de três entrevistas de caráter qualitativo, com representantes do Idec, Greenpeace e AS-PTA, com ênfase nas raízes, trajetória e perspectivas da Campanha, além de temas como ciência, biotecnologias, regulação governamental e consumo, que se mostraram significativos ao longo desta etapa. O grupo compreendido na etapa de entrevistas foi composto por indivíduos diretamente vinculados às entidades que integram a Campanha. A primeira entrevista foi realizada no dia 13 de outubro

¹⁷ Conforme o exposto ao longo da introdução, a rede é composta por uma grande diversidade de atores. Greenpeace e Idec não são os únicos representantes, na Campanha, das categorias de “movimentos ambientalistas” e “movimentos de consumidores”. Uma série de organizações ligadas ao movimento agroecológico também a integraram, assim como associações locais de defesa dos direitos do consumidor, como os movimentos de donas de casa. Ao promover o recorte do objeto de pesquisa, a opção pelos mesmos se deveu ao seu grau de protagonismo, amplitude e maior facilidade de acesso às fontes e aos entrevistados.

¹⁸ Boletins de campanha, conteúdo das mensagens e debates de correio eletrônico, cartazes, folders, publicações eletrônicas e impressas, sítios na internet.

de 2008, com a representante do Greenpeace, Sra. Gabriela Vuolo, na sede da Organização, em São Paulo, com duração de uma hora e meia. A segunda entrevista ocorreu em 10 de abril de 2009, no escritório da Advogada do Idec, Andrea Lazzarini, em São Paulo. A terceira foi realizada em 28 de abril do mesmo ano com o Sr. Gabriel Fernandes, representante da AS-PTA na Campanha desde o ano de 2000.

A decisão de incluir o referido representante da AS-PTA no rol de entrevistados se justifica por conta da participação da ONG no núcleo coordenador da Campanha desde a sua origem. A tal fato soma-se a administração, desde 1999, de um importante *clipping* semanal de notícias, divulgado por meio eletrônico, cujos tópicos abordavam temas relacionados aos OGMs, seja nos aspectos sociais ou científicos.

O protagonismo da organização pode ser destacado nas funções de articulação entre as entidades e de visibilidade externa da campanha, além da assessoria quanto a questões de ordem técnica, como a correlação entre as conseqüências dos OGMs nas esferas da produção e do consumo. Entretanto, devido ao foco deste trabalho estar voltado à relação entre movimentos ambientalistas e de defesa dos consumidores estabelecida na aliança, e não à Campanha propriamente, sua significativa contribuição foi utilizada de forma a construir uma indispensável compreensão sobre o todo que os circunscrevia.

As entrevistas qualitativas foram conduzidas de modo a possibilitar certo grau de liberdade ao entrevistado para expor o que julgasse necessário, permitindo, inclusive, o aparecimento de novas questões até então não percebidas ou não conscientes, visto que tais dados subjetivos se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados.

A escolha de entrevistas qualitativas se apresenta, assim, em concordância com a finalidade exploratória desta dissertação. Através da introdução do tema, o entrevistado foi deixado livre para discorrer sobre o mesmo, permitindo ao entrevistador ter acesso mais amplo a questões que, por sua vez, podem estar inseridas dentro de uma conversação informal (Minayo, 1993). Deve-se ressaltar, entretanto, que tal estratégia esteve orientada para atender aos objetivos da pesquisa, de forma a transformar os dados, por meio da teoria, em elementos fundamentais na transformação da questão em um problema sociológico.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas segundo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). Em sua metodologia de análise de conteúdo, a autora descreve como centrais as fases da descrição ou preparação do material, a inferência ou dedução e a interpretação.

Os pontos fundamentais da fase de pré-análise são: a) leitura flutuante, onde o pesquisador estabelece uma proximidade de caráter intuitivo com os documentos, *deixando-se invadir por impressões e orientações*; b) escolha dos documentos, dedicada à constituição do conjunto a ser submetido à metodologia de análise de conteúdo; c) a formulação das hipóteses e objetivos; d) a referenciação dos índices e elaboração dos indicadores; e) a preparação do material.

Devemos destacar que, por conta do material fundamental desta pesquisa se tratar de entrevistas, as mesmas foram transcritas e reunidas segundo as seguintes regras: a) exaustividade - procurou-se esgotar a totalidade da comunicação, com o cuidado de nada omitir; b) representatividade – a amostra representou perfeitamente o universo compreendido pela pesquisa; c) homogeneidade – todos os dados referiram-se ao mesmo tema, e foram obtidos por técnicas iguais e colhidos pelo mesmo entrevistador; d) pertinência – os documentos encontravam-se plenamente adaptados ao conteúdo e ao objetivo da pesquisa; e) exclusividade – cada elemento chave fora classificado dentro de uma mesma categoria.

Posteriormente à pré-análise foi dado início à exploração do material. Bardin descreverá esta etapa como aquela em que serão efetuadas operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Tal processo de codificação nada mais é do que a transformação dos dados brutos da pesquisa, neste caso a entrevista, em um material representativo do conteúdo “susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (p. 103).

A escolha de uma codificação a partir de unidades temáticas¹⁹ deveu-se à natureza da pesquisa desenvolvida, que consistia em uma variedade limitada de temas circunscritos ao universo da atuação das entidades que compunham a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. Nesse sentido, o conteúdo das entrevistas foi agrupado, seguindo a metodologia proposta, em núcleos de sentido que compunham a comunicação e cuja frequência possuía significado relevante para o nosso objetivo analítico. Conclusivamente, Bardin definirá a análise qualitativa pelo fato da inferência ser fundada na presença do índice (em nosso caso, o tema), e não sobre a frequência da aparição deste em cada comunicação individual.

Todas as entrevistas realizadas foram autorizadas pelos entrevistados, registradas através de gravação digital de áudio e transcritas em sua íntegra, a fim de manter preservado o

¹⁹ Bardin (2002) utilizará a definição de tema de Berelson, segundo a qual este seria “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente em resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares (p. 74)”. O tema, segundo Bardin, geralmente é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.

caráter espontâneo das falas. As respostas às questões abertas adotadas no roteiro (anexo III) das entrevistas foram analisadas a partir de temas-chave.

Além disso, a análise documental também foi utilizada, a fim de facilitar a manipulação das informações, visto que, em linha com o pensamento de Bardin, esta se constitui como uma técnica que visa a representar o conteúdo de um documento em estado diferente de seu formato original.

Através desta metodologia, foi possível dar conta dos elementos característicos e fundamentais que estruturam a relação investigada por esta dissertação, ou seja, aquela que se dá entre diferentes atores sociais, em particular o Idec e o Greenpeace, que integram a Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos, dentro do processo conflitivo e controverso que vem sendo a liberação dos OGMs no país.

A metodologia adotada foi útil no levantamento de dados para posterior problematização. Por ter como objetivo compreender o contexto de surgimento da campanha e a aliança entre o movimento ambientalista e o de consumidores, bem como os elementos característicos de seu aspecto organizacional, fez-se necessária a aplicação dos recursos metodológicos citados para relacionar o passado, o presente e a expectativa de futuro da campanha e destes dois atores em particular.

A reunião de diferentes segmentos representativos da sociedade em torno de um tema até então estritamente técnico, parece apontar para a direção de uma luta pela politização das novas tecnologias (Santos, 2003), quando uma inovação tecnológica até então restrita ao domínio do conhecimento perito (como é o caso dos OGMs) passa a ser disputada por diferentes agentes, com diferentes discursos e recursos políticos. A problemática que envolve a disputa entre o conhecimento leigo e o perito começa a ser travada em um novo plano social.

Santos (2003) chama atenção para a necessidade de se politizar a discussão sobre as novas tecnologias, retirando dos domínios dos Estados, das Empresas e dos peritos o monopólio sobre seus rumos. Para o autor, opções tecnológicas são sempre políticas, e, portanto, merecedoras do envolvimento público.

Com relação à temática dos movimentos sociais, seus condicionantes e suas estratégias de organização e ação, vale destacar o embate teórico que envolve o despertar e a conquista de visibilidade dos chamados “novos movimentos sociais”, acerca dos quais se destacam as obras de autores como Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Alan Scott e Jean Cohen. Podemos dizer que esta perspectiva concorria academicamente com as abordagens neomarxistas e centravam suas críticas, portanto, na centralidade concedida aos

elementos macroestruturais da sociedade, uma vez que utilizavam como chave explicativa conceitos como “classes sociais”, o que fazia com que fossem negligenciadas ações significativas de novos atores que despontavam na contexto das lutas sociais da esfera do cotidiano a partir de outras identidades.

Procurando evitar a dicotomização amplamente reproduzida que se daria entre os “movimentos sociais tradicionais” e os chamados “novos movimentos sociais”, a perspectiva adotada aqui basear-se-á na idéia de que tais organizações não podem ser enxergadas de forma estática ao longo do processo histórico, uma vez que transformações em termos organizacionais e valorativos se darão na medida da interação entre seus membros e na relação destes e dos seus respectivos grupos com a sociedade e os valores que a integram, modificando por fim suas ações políticas (Scherer-Warren, 1995).

O que se pode concluir a partir de tais ponderações é que não há como rejeitar nem a presença de fatores ligados às mudanças sociais trazidas pela globalização, como o aumento da interdependência entre os atores sociais e o aparecimento de novos sujeitos políticos no cenário nacional e internacional, nem a importância das mudanças ocorridas no âmbito da produção material da sociedade.

O caminho teórico a ser adotado para a compreensão da articulação entre movimentos ambientalistas e de consumidores, em especial sua participação na Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, é a complementação que uma perspectiva pode oferecer à outra. Será, então, a partir desta opção teórica que pretendo guiar as reflexões que surgiram ao longo deste trabalho.

Cabe a reflexão, ainda, acerca das inúmeras ações impetradas pela via judicial, estratégia largamente utilizada ao longo da campanha, responsável por vitórias até então não conquistadas quando eram reivindicadas apenas através das mobilizações tradicionais.

Para Lopes (2006), tal fenômeno se refere à incorporação e interiorização, pelos diferentes grupos sociais, das diferentes facetas que compõe a questão do meio ambiente, a partir da qual os conflitos são reelaborados por meio de uma nova linguagem, forjada a partir das especificidades de cada um destes. A presente perspectiva apontará, portanto, para o surgimento de uma nova questão pública, diante da qual haveria o imperativo de tomada de um posicionamento, uma vez que exigirão transformações no âmbito dos Estados, empresas, movimentos sociais e cidadãos.

No próximo capítulo abordaremos as relações entre os principais aspectos que caracterizam a alta modernidade e as novas biotecnologias. Natureza e política são, cada vez mais, campos que se entrecruzam, o que vem forjando uma nova relação entre os mesmos. As

modalidades de controle da natureza são aperfeiçoadas pela ciência, tornando-a um projeto que ressignifica o lugar do político, alterando, por fim, o lugar da opinião pública e dos movimentos sociais no debate.

Posteriormente, no terceiro capítulo, serão problematizadas as formas como as mobilizações contra a introdução dos OGMs foram construídas nos contextos internacional e nacional. Partindo da análise das primeiras ações promovidas pelo Idec e *Greenpeace*, ambos com origens, princípios e trajetória distintos, contemplaremos a construção da Campanha e as estratégias adotadas, as transformações operacionalizadas ao longo da mesma, e a percepção destes sobre os resultados e as perspectivas futuras da causa no Brasil.

No último capítulo antes da conclusão, analisaremos as mudanças de foco ocorridas na Campanha, onde as ações no mercado conquistaram outro nível de destaque dentre as estratégias utilizadas por ambas as organizações. Este espaço, usualmente enxergado sob a perspectiva da submissão aos interesses empresariais, vem se tornando mais uma esfera politizada e submetida a valores relacionados a uma nova subjetividade, que, apesar de individualizada, promove a aproximação entre diferentes campos discursivos.

2. Alta modernidade e novas biotecnologias

No limiar do turbilhão de transformações trazidas pela passagem da era industrial para a alta modernidade, um ponto específico merece maior atenção, dado o tema ao qual está circunscrita esta pesquisa. A natureza, nesse novo tempo, passa a ser percebida a partir de uma nova perspectiva, que a enxerga como um produto passível de aperfeiçoamentos e adaptações humanas, sendo um dos grandes diferenciais deste novo tempo a inexistência de barreiras entre as espécies, possibilitada pela manipulação genética. Em resumo, esta deixa de ser um dado ou uma constante para ser um projeto social utópico (Beck, 2002).

Ao mesclar-se com o projeto de controle e aperfeiçoamento da alta modernidade, a natureza torna-se progressivamente um elemento político. Nesse sentido, Beck descreverá a posição central e simbólica ocupada pela engenharia genética na interface entre sociedade e natureza.

“Neste contexto, o apelo da modernidade para ajustar as coisas tem sido aperfeiçoado sob a bandeira da natureza. A natureza transforma-se em política. No caso extremo que já pode ser hoje observado, torna-se o campo de soluções da engenharia genética para os problemas sociais (ambiente, seguridade social e técnica, e assim por diante)”. (p. 40)

A tendência ora percebida pelo autor, portanto, aponta para uma fusão entre natureza e política. Diante desse novo cenário seria possível neutralizar a imprevisibilidade da natureza, circunscrevendo-a em limites socialmente estabelecidos e controlados. Com efeito, uma das questões-chave para a análise das novas formas de resistência social à manipulação da natureza e de politização das tecnologias da vida está guardada exatamente nesta relação.

A sociedade industrial fora marcada por uma relação com a natureza como um algo dado, em relação a qual as sociedades humanas estariam submetidas, cabendo às mesmas aperfeiçoar sua adaptação às condições naturalmente impostas. A sociedade industrial de risco irá inaugurar uma nova forma de relacionamento, onde a adequação passa a ser um dever da natureza em favor de um determinado projeto de sociedade.

Santos (2001), ao analisar a relação entre conhecimento tecnocientífico e valor do controle da natureza, incorpora a reflexão de Lacey (1998), autor cujo objeto principal situa-se no confronto entre ciência moderna e valores. Para Lacey (*apud* Santos, 2001), o controle

assumiu, na modernidade, tamanha extensão e proeminência que acabou por se tornar um valor em si, *virtualmente insubordinado*. O roteiro seguido pela pesquisa científica seria, portanto, o de compreender a natureza para, assim, torná-la objeto de controle.

As recentes discussões envolvendo questões relativas à segurança dos alimentos não constituem exatamente uma novidade, mas certamente trazem consigo questionamentos particulares do tempo em que vivemos. Vale refletir, portanto, acerca de quais foram as rupturas – caso tenha havido – que ocorreram entre o tempo anterior e a contemporaneidade, ou seja, se as questões e teorias antes centrais para o entendimento das relações sociais continuariam a dar conta da compreensão da complexidade das relações típicas da “alta modernidade”.

Giddens (1993) enxerga as transformações da sociedade contemporânea mais como produtos de uma “alta modernidade” do que de uma possível pós-modernidade, conforme proposto nos anos 70 e 80 por autores como Jean-François Lyotard e Fredric Jameson, entre outros.

Por alta modernidade o autor entende a separação entre tempo e espaço, a destradicionalização das ações individuais e o conseqüente reordenamento das relações sociais. Assim, a reflexividade e o progressivo processo de racionalização seriam os seus elementos fundamentais, acompanhados pela crescente politização das verdades científicas e dos riscos.

O caráter reflexivo a que Giddens se refere “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (p. 45). Uma *reflexividade indiscriminada*, portanto, faz parte da própria natureza da alta modernidade. Sua aplicação, por sua vez, levamos a um estado de coisas que não oferece garantias estáveis em quaisquer campos do conhecimento.

Reflexões como a de Beck (1998 e 2002) acerca da Sociedade de Risco irão propor novas chaves explicativas para a compreensão das sociedades contemporâneas. A partir da análise de como a sociedade lida com os riscos, o autor afirmará que, ao contrário da “sociedade industrial clássica”, em que os conflitos se davam na esfera da distribuição de riquezas e onde o ideal almejado era o da igualdade social, a “sociedade industrial de risco” seria marcada pelos conflitos sobre a distribuição dos riscos derivados do excesso de tecnologia, sendo os anseios dos indivíduos marcados pela busca por níveis de segurança cada vez maiores.

Tal mudança de paradigmas, entretanto, ocorrerá sob um processo de transformações graduais, nascido exatamente dessa modernidade “bem-sucedida”. Os riscos contemporâneos, analisados por Beck a partir de uma perspectiva centrada em sua objetividade, suprimiriam as diferenciações típicas da modernidade (gênero, etnia, condição social, nacionalidade etc.), modificando o cenário das situações sociais de risco, uma vez que essas deixam de possuir caráter estritamente local, passando a ser vividas por todos, inclusive por quem as produz. Este contexto acabará por obrigar os indivíduos, organizados ou não, o Estado e o mercado a adequarem-se a novos padrões de relação entre si e com a natureza.

As situações de risco, pensadas a partir desta perspectiva, não se dariam mais predominantemente de acordo com a lógica das classes sociais, apesar de, por vezes, a seguirem. A questão ambiental, até então não enxergada enquanto um problema sociológico, inserir-se-á neste vácuo deixado pelas teorias sociais clássicas, principalmente aquelas que enfatizavam os aspectos que permeavam mais diretamente a produção material.

Na base das transformações que confluíram para a percepção da questão ambiental como problema sociológico, Beck (1998) enxerga ter ocorrido, durante o século XX, o fim da contraposição até então existente entre natureza e sociedade. Sendo assim, a natureza não poderia mais ser pensada sem a sociedade e, da mesma forma, a sociedade já não pode ser pensada sem a natureza.

Nesse sentido, o autor descreve as diferenças entre as abordagens da relação entre natureza e sociedade nas teorias sociais dos séculos XIX e XX. Enquanto para as primeiras a natureza é pensada enquanto um elemento dado a dominar e, portanto, como algo em contraposição, estranho, *como não sociedade*, nas segundas esta se converte em um *produto histórico* situado no interior do mundo “civilizado”, sob ameaça em suas condições naturais de reprodução.

“A consequência central é que na modernidade avançada a sociedade, com todos os seus sistemas parciais (economia, política, família e cultura), já não se pode compreender de uma maneira autônoma em relação à natureza. Os problemas do meio ambiente não são problemas do seu entorno, senão (em sua gênese e em suas consequências) problemas sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, do modo de referir-se ao mundo e à realidade, de seu ordenamento econômico, cultural e político. (...) No

final do século XX devemos dizer que natureza é sociedade, e sociedade é (também) natureza”. (p. 114)

É possível, a partir da conclusão acima transcrita, compreender que tal mudança de eixo na relação entre sociedade e natureza acabará por levar “as questões da natureza” para o interior dos debates sobre “questões sociais”. Em realidade, a fronteira até então existente entre estes dois campos tende à extinção, provocando, portanto, uma fusão entre ambos.

Os debates e os processos de decisão, até então restritos a especialistas de campos específicos do conhecimento, agora passam a exigir a participação de um contingente (seja de peritos ou de leigos) que represente as mais diversas questões ou grupos sociais a eles relacionados, direta ou indiretamente.

“Tudo isto é apenas um sinal de que, sob as condições da natureza socializada, as ciências da natureza e da técnica se converteram, embora conservem exteriormente toda sua objetividade, em uma sucursal da política, da ética, da economia e da jurisprudência com a roupagem de números” (p. 115)

As novas biotecnologias inserir-se-ão nesse novo cenário, marcado por uma natureza *socialmente carregada*, onde os cientistas atuam sob um *forte campo magnético político-econômico-cultural*. Será a partir desta perspectiva que orientaremos nossa análise acerca das diferentes variáveis envolvidas no debate proposto no presente capítulo.

2.1. Movimentos Sociais, esfera pública e ação social na alta modernidade

Consideramos de suma importância que seja adotada uma abordagem teórica capaz de dar conta da complexidade de que é dotada a conjuntura histórica de organização da esfera pública no Brasil, assim como da forma como cada ator social constrói sua participação nesta, em suas relações entre si, com a sociedade e com o Estado.

Nesse sentido, portanto, trazemos ao debate uma reflexão sobre o papel representativo das organizações que se reservam o papel de intermediadoras entre o Estado (em suas ações decisórias, reguladoras e executoras) e a sociedade. No entanto, mais do que

nunca, torna-se progressivamente mais complexa a tarefa de identificação de fronteiras claras entre os papéis desempenhados por cada uma destas esferas, um contexto que tornaremos mais claro ao longo deste capítulo.

Tendo sido superada a perspectiva de viés mais totalizante representada pela abordagem marxista mais tradicional, a partir da década de 1980, pudemos assistir à ascensão de uma diversidade de teorias que avançaram na exploração de novos olhares na área do entendimento das mais recentes modalidades de relação entre o Estado e os diferentes grupos sociais.

Ao analisar as políticas públicas de saneamento básico no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996, Marques (1998) utilizará o conceito de “Permeabilidade do Estado”, por meio do qual procura complexificar a relação entre Estado e sociedade, perguntando-se até que ponto interesses de grupos específicos são absorvidos pela aparato burocrático estatal. O autor, mesmo reconhecendo ser problemático traçar fronteiras precisas entre ambas as entidades, visto que os mesmos encontram-se entrelaçados, ressalta que tais esferas são distintas em sua natureza.

Costa (1994), em sua análise sobre a esfera pública, a redescoberta da sociedade civil e os movimentos sociais no Brasil, promoverá um debate acerca das contribuições teóricas existentes relacionadas aos processos de transposição de questões emergentes da esfera privada à pública, percorrendo a via do processo seletivo que levará uma determinada “situação-problema” à tematização pública. Nessa esteira, o autor analisará em que medida as decisões tomadas pelo Estado, no âmbito das políticas públicas, são o reflexo de uma vontade pública representada por organizações caracterizadas por uma participação política de tipo horizontal.

À luz de Habermas (1997), Costa descreve a esfera pública como o espaço onde ocorre o confronto entre posições divergentes representadas pelos diferentes grupos envolvidos em uma determinada questão. Os atores envolvidos neste conflito têm como objetivo despertar a atenção, e trazer para o seu lado, os agentes que ocupam a posição de tomadores de decisão.

O processo da transposição de um conjunto de opiniões individuais para a cristalização de uma opinião pública, no entanto, somente se consolidará quando esta adquirir energia suficiente para tomar forma e reproduzir-se autonomamente. Deformações desta última podem ocorrer, porém é importante salientar que o autor descarta a possibilidade de “fabricação” de uma opinião pública, uma vez que tal fenômeno, caso ocorra, operará sobre uma estrutura anteriormente construída e dotada de autonomia. Em resumo, não existe o

manipular, mas sim o “permitir-se”, havendo apenas o antídoto da manutenção de uma sociedade civil vitalizada.

Neste momento é interessante atentarmos para a correlação que podemos estabelecer entre esta nova esfera pública, conforme descrito por Habermas, e a mudança paradigmática ocorrida na organização e na forma de atuação dos chamados novos movimentos sociais. Conforme mencionado anteriormente acerca do processo de disputas que envolvem o estabelecimento e a consolidação de uma opinião pública sobre um determinado tema, onde uma diversidade de atores utiliza cada um dos recursos de que são dotados, a própria estrutura dos movimentos sociais tenderá cada vez mais a uma formação mais aberta. Na perspectiva desenvolvida por Gohn (2001), por conta desta nova estruturação das organizações mobilizadoras, os movimentos sociais teriam passado a atuar “mais como redes de troca de informações e de cooperação em eventos e campanhas”, havendo, entretanto, conflitos “internos e externos” entre eles.

Como podemos perceber a partir da análise acima descrita, o foco da abordagem dos movimentos sociais e da construção da opinião pública deixa de ser relacionado a uma estrutura homogeneizante proporcionada pela dicotomia entre classes sociais diametralmente opostas, passando a ser privilegiado o aspecto heterogêneo dos indivíduos e grupos sociais em suas lutas cotidianas, constituindo um processo interativo, que tem como base novas relações sociais.

Uma importante questão que se coloca para a abordagem dos movimentos sociais contemporâneos é o significado desta mudança de paradigmas. Seria positiva ou negativa? Representaria a decadência da política e o triunfo do individualismo? Estaríamos assistindo a um inexorável processo de despolitização? Neste ponto, cremos que devemos rejeitar quaisquer conclusões de cunho valorativo ou maniqueísta.

Se faz necessário considerar um debate acerca das particularidades trazidas por esta reestruturação do ideário e das lutas dos movimentos sociais contemporâneos, operando na identificação de novas dinâmicas que ressignificam a lógica da participação coletiva e da democracia por meio de lutas cotidianas. Do contrário, cometeremos o erro de permanecermos presos à idéia de um movimento social voltado a transformações de ordem total, que vem apresentando sinais claros de significativas perdas em termos de poder de mobilização e legitimidade.

Podemos encontrar, dentre a vasta bibliografia produzida sobre o tema, autores que relacionam o estágio atual das lutas sociais à inação coletiva própria da decadência da esfera

pública e da política. Tal cenário de coisas teria sido uma das conseqüências da aplicação das políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990.

Em seu artigo “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”, Francisco de Oliveira (2006) partirá da definição de Jacques Rancière para “política”, sendo esta entendida como “a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso”. A diferença entre aqueles que a exercem e os que não, está no fato dos primeiros conquistarem para si, dentro de um conflito, a autoridade e a legitimidade sobre a construção do campo de questões pendentes de solução. É nada mais do que ter o poder de pautar os limites, nas mais diferentes esferas, sob os quais o adversário poderá “jogar”.

Ao analisar o contexto que precedeu a redemocratização brasileira, Oliveira concebe que o período compreendido entre o início da ditadura militar e a década de 90 foi marcado por um forte nível de “invenção política” e também cultural. O significado desse termo remete às novas idéias em termos de pensamento político, estratégias de organização e mobilização dos atores envolvidos na disputa. A ditadura seria, portanto, a expressão de uma impossibilidade de hegemonia, tendo esta de ser “conquistada” dia-a-dia à força, para que fosse possível dar garantias ao investimento e ao desenvolvimento “tardio” capitalista, bem como manter sob rédeas curtas o potencial representado pelo surgimento do operariado como força fundamental no jogo político.

Todo esse contexto acabou por forjar uma nova sociabilidade e, conseqüentemente, uma nova forma de fazer política, sendo o período marcado pelo surgimento de entidades representativas de peso, particularmente no campo do sindicalismo urbano e na luta pela reforma agrária.

O desfecho da trajetória acima descrita é então interrompido pelo avanço dos domínios da globalização e do capitalismo financeiro, efetivamente colocado em prática por meio de medidas liberalizantes visando à redução do “tamanho do Estado”, a fim de torná-lo apenas o executor de orientações “técnicas”, emanadas do mercado para o mercado. A sociabilidade centrada no trabalho, entendendo esta como fator gerador de uma identidade de classe, é substituída por novas formas de identificação e por novas utopias.

Em sua pessimista conclusão acerca de nossa “era da indeterminação”, Oliveira afirma que a inventividade política não morre, mas acaba não conseguindo encontrar a saída do labirinto moldado pelo chamado “desmonte neoliberal”. Na era de indeterminação, até mesmo estabelecer um campo de conflito teria se tornado um desafio. Os adversários não seriam mais visíveis, e o capital financeiro não seria personificável. A pergunta deixada pelo autor é: como atuar nesse campo onde parece não haver qualquer possibilidade de superar a

agenda neoliberal? Como construir um programa alternativo em meio ao descrédito geral de uma saída pela via “política”? Como enxergar qualquer perspectiva de resgate da legitimidade das decisões políticas? Existiriam alternativas dentro do presente domínio da racionalidade do primado da economia sobre a política? Na perspectiva do autor seriam poucas as possibilidades.

Na direção oposta encontra-se a análise de autores como Ulrich Beck (1997) acerca do novo ambiente político que permeia as relações entre os indivíduos e/ou grupos na ordem social moderna. Em tom de crítica àqueles autores que acreditam não haver alternativas políticas diante da dissolução da experiência do socialismo real, Beck nega a existência da angustiante e alardeada paralisia de vontade política, tipicamente encontradas nas teorias pós-modernas, acompanhadas de uma desmobilização generalizada marcada pela falta de inventividade política, se utilizarmos os termos defendidos por Oliveira e citados anteriormente.

A partir do conceito de modernização reflexiva e dos processos de individualização e globalização a este atrelado, Beck afirma que atravessamos um processo de transformação dos modos de vida da sociedade industrial, onde os indivíduos passam a produzir, representar e customizar suas próprias biografias. Neste novo tipo de relação com o *self* e com a sociedade, a conduta individual deixa de passar pelo campo das tradições e costumes. Nos termos do autor, “individualização significa a desintegração das certezas da sociedade industrial” (p. 25).

Apesar da idéia de anomia a qual somos atirados ao pensarmos sobre as conseqüências de tal processo para a esfera da política, Beck aponta para uma perspectiva contrária, visto que estes mesmos indivíduos serão obrigados a construir novas certezas para si e para outrem, levando-os a traçar relações de interdependência de outra ordem, por sua vez tendencialmente globais. Atentemos para o fato de que a tradição não deixa de existir, mas a opção por segui-la passa a ser objeto de um processo decisório, onde inúmeros fatores sociais entrarão em jogo. Há uma diversidade de modelos à disposição dos indivíduos.

Nesse sentido, a individualização acaba por tomar um caráter público, uma vez que o político subverte as responsabilidades e hierarquias formais. Aquilo que tínhamos até então como político esvazia-se, enquanto o que não era político torna-se cada vez mais objeto de conflitos na modernidade reflexiva. O problema, na análise de Beck (1997), é que muitos ainda insistem em procurar o político aonde ele não mais está.

“Assim, procuramos o político no lugar errado, nos tribunais errados e nas páginas erradas dos jornais. Aquelas áreas de tomadas de decisão que têm sido protegidas pelo político no capitalismo industrial – o setor privado, os negócios, a ciência, as cidades, a vida cotidiana etc. – são aprisionadas nas tempestades dos conflitos políticos da modernidade reflexiva”. (p. 30)

Beck nega veementemente que, dado os argumentos apresentados em sua criteriosa análise, o processo de individualização dos conflitos e dos interesses políticos signifique necessariamente a despolitização, o desengajamento ou a morte da política.

Quando optamos por não permanecermos presos a preceitos forjados na sociedade industrial, nos damos conta de que uma série de iniciativas políticas emergiram durante as últimas três décadas, relacionadas a uma nova forma de concepção e ação política. Uma diversidade de temas foram impostos às instituições de baixo para cima, a qual o autor chama de “uma vitória temática da subpolítica absolutamente improvável”, em uma luta por uma nova dimensão do político. A subpolítica seria, portanto, uma via de crescentes oportunidades para o fortalecimento da participação dos grupos que encontravam-se à margem do campo da tecnificação e do processo de industrialização.

Para o autor, a subpolítica diferencia-se da “política”, uma vez que permitiria que os agentes externos ao sistema político tenham voz no cenário do planejamento social e, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder de conformação emergente do político.

Passando ao movimento ambientalista, destacamos a correlação estabelecida por Tavolaro (2001) entre o seu surgimento e o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, o autor questiona a tese de que o crescente papel desempenhado pelo movimento ambientalista seria apenas uma reação proporcional às igualmente elevadas situações objetivas de risco do mundo moderno. Tavolaro proporá, portanto, trazer para a análise a preponderância que possuem as normatividades das modernas sociedades, o grau de desenvolvimento econômico e tecnológico e seus respectivos impactos sobre o meio ambiente e, fundamentalmente, como determinados setores da sociedade interpretam, percebem e reagem a tais transformações.

No cenário nacional, podemos afirmar que a abordagem do ambientalismo enquanto movimento social foi negligenciada no campo de análise das mobilizações que marcavam a

sociedade brasileira no período da redemocratização. Naquela ocasião, muito se pensava e escrevia acerca dos movimentos de base mais popular do campo e da cidade, ao mesmo tempo em que o movimento ambientalista era rotulado, pejorativamente, de “movimento de classe média” (Pádua, 1987).

Viola e Leis²⁰ (*Apud* Tavoraro, 2001), entretanto, citam uma série de campanhas promovidas por movimentos de viés ambientalista ocorridas já durante as décadas de 1970 e 1980, tais como: *a luta contra a construção de um aeroporto em Caucaia do Alto, São Paulo (1977-78)*, *a luta contra a inundação das Sete Quedas, no rio Paraná (1979-83)*, *a campanha nacional de denúncia do desmatamento na Amazônia (1978-79)*, *a luta contra a construção das usinas nucleares (1977-85)*, *e a campanha de exigência de responsabilidade por parte do governo federal e do governo do Estado de São Paulo em relação à catástrofe ambiental em Cubatão (1982-84)*.

Devemos ressaltar que, a partir de um determinado momento, haverá uma mudança de posição, quando a emergência da problemática ambiental passará a ser reconhecida efetivamente como uma questão a ser investigada pelas ciências sociais. Nesse sentido, Alonso, Costa & Maciel (2007) irão afirmar que a crise do marxismo e a difusão da teoria dos Novos Movimentos Sociais contribuíram para o deslocamento do eixo para o escopo dos movimentos transclassistas, agora interpretados como uma via possível de mudanças sociais e políticas. A partir daí, foi possível enfatizar as dimensões simbólicas e culturais dos coletivos, mobilizações e estratégias dos novos grupos sociais que se faziam ver na sociedade brasileira.

Após as breves considerações acerca das abordagens introduzidas pelo movimento ambientalista e de suas implicações para a interpretação da questão ambiental e do próprio conjunto dos movimentos sociais no Brasil, nos dedicaremos à discussão das principais contribuições dos movimentos de consumidores e do “fenômeno consumerista” neste mesmo cenário.

O conceito de consumerismo, conforme resume Santos (2010)²¹, possui um significado que vai além do que conhecemos por “movimentos de consumidores”. Trata-se de um campo que engloba *dimensões e categorias que traduzam alguma modalidade de ação coletiva dos cidadãos, como: consumo consciente; consumo sustentável; consumo ético;*

²⁰ VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector Ricardo. (1992). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Daniel J. Hogan & Paulo Freire Vieira (1992) (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, Unicamp, pp. 73-102.

²¹ Com base em HARRISON, R.; NEWHOLMT, T; SHAW, D. (orgs). *The Ethical Consumer*. Londres, Sage Publications, 2006 *apud* Santos (2010).

consumo responsável; organizações de consumidores; testes de produtos; e movimentos sociais.

Para Santos, a grande novidade que pode ser extraída a partir do aparecimento do *consumerismo* é a de uma nova concepção de consumidor que este pressupõe, em posição oposta àquela até então aceita pelo mercado.

“(...) A sua ação é tipificada por valores e critérios como saúde, segurança e proteção ao meio ambiente. Além disso, guarda o idealismo que marcou suas origens, qual seja o de que somente com a ação dos consumidores é possível almejar e alcançar a transformação das relações de consumo”.

Ao refletir sobre as conseqüências políticas do deslocamento da questão ambiental do campo da produção para o do consumo, Portilho (2005) analisa como o consumidor passou a ser concebido enquanto um novo ator social, ocupante de papel protagonista nesse processo, seja na posição de vilão ou de agente de transformação.

É necessário, como expõe a autora, entretanto, problematizar tais percepções, visto que as mesmas podem nos levar a cometer equívocos já ocorridos anteriormente. O grande risco de interpretar os consumidores enquanto “o novo ator social” é o de torná-lo uma figura, de alguma forma, vanguardista, revolucionária ou “portadora da história”, substituindo o lugar antes ocupado pelo “proletariado” na teoria marxista.

Nesse sentido, compartilhamos da perspectiva de Portilho, que defende não ser razoável a discussão sobre o consumidor ser ou não um sujeito político “portador da história”. Em oposição, a autora propõe que sejam objetos de reflexão, dessa forma, os limites e as possibilidades inauguradas na nova frente aberta pela luta via consumo.

“Os consumidores, ao contrário do que é correntemente percebido, não são atores sociais privilegiados na mudança da sociedade em direção à sustentabilidade. Também não são vítimas passivas e manipuladas das forças dominantes de produção. Mas, se considerarmos que a mudança social não se dá apenas de forma radical e grandiosa, poderemos considerar o campo do consumo como uma necessária extensão das novas práticas políticas que surgem no centro da modernidade contemporânea.”(p. 169)

2.2. OGMs: continuidade ou ruptura de um modelo?

Ao longo do presente capítulo, procuraremos trazer ao debate o percurso das recentes mudanças que atravessaram a agricultura, tomando como ponto de partida o momento caracterizado publicamente como Revolução Verde. Tal escolha tem por justificativa a idéia de que o processo de industrialização da agricultura tomou forma definitivamente clara a partir deste momento. Nesse sentido, serão fundamentais as discussões em torno da quebra de paradigmas representada pelas inovações da engenharia genética, o que viria a abrir uma gama de possibilidades até então impensadas.

A questão que dá título a este tópico, à primeira vista, sugere a existência de uma falta de consenso acerca do recente resultante de um determinado modelo de produção agrícola, que seriam os OGMs. A pergunta que propomos é se estes consistiriam em uma ruptura em relação ao paradigma anterior, representado pelos elementos característicos da Revolução Verde, ou, ao contrário, se trata apenas de mais um capítulo que dá continuidade ao modelo posto em prática em larga escala a partir de meados da década de 1970.

A fim de nos aprofundarmos um pouco mais no referido debate, faz-se necessário analisar em que contexto social e econômico surgiu e foi amplamente difundido tal modelo, que pretendia alterar radicalmente a relação de produtividade e rendimento por hectare de produtores em todo o mundo, superando inúmeras adversidades impostas pela natureza, e que constituíam, até então, barreiras insuperáveis.

Ao defender a tese de que estaríamos vivendo o fim da era industrial, Rifkin (1999) argumenta que a matriz energética sob a qual o capitalismo contemporâneo se sustenta encontra-se esgotada e tendencialmente sendo superada. Nesta trilha, o autor, aponta para a direção de uma “revolução biotecnológica”, por sua vez fundada em uma “nova matriz operacional”, o que marcaria o fim da era industrial e inauguraria uma nova fase no capitalismo.

A perspectiva representada pelo pensamento de Rifkin diferencia-se daquela defendida por Goodman, Wilkinson & Sorj (1990), uma vez que estes últimos, mesmo colocando-se definitivamente ao lado de uma percepção que enxerga mudanças radicais e quebra de paradigmas no advento e difusão das novas biotecnologias, caracterizarão o novo modelo como “bioindustrial” o que, portanto, não significaria uma ruptura com o modelo industrial. Estes autores se valerão de dois conceitos fundamentais para analisar o processo de industrialização da produção agrícola: apropriação e substitucionismo, que seriam,

respectivamente, a industrialização da produção agrícola e a industrialização do seu produto final.

O apropriação é a eliminação dos elementos chamados “naturais” da produção agrícola (esterco, sementes próprias e animais de tração, por exemplo) por elementos processados industrialmente, como insumos químicos sintetizados, maquinários e sementes manipuladas em escala industrial (híbridas ou engenheiradas geneticamente).

O substitucionismo é a comutação de alimentos, fibras naturais, entre outros, por produtos industrializados, como manteiga por margarina, algodão por polímeros artificiais (nylon) e açúcar por adoçante sintético. De um lado, os insumos industrializados (pesticidas, fertilizantes químicos) são utilizados como coadjuvantes na produção agrícola, e de outro o produto agrícola é plenamente substituído. Com o emprego e desenvolvimento das novas biotecnologias ambas as fases descritas se esforçam de modo que uma seja complementar à outra.

Com base na análise destes dois processos, os autores descreverão as trajetórias das transformações introduzidas na agricultura a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, que visavam basicamente ao aumento progressivo da margem de controle do processo de produção de alimentos por ambos os capitais industriais, tanto o apropriação como o substitucionista.

O avanço nas pesquisas biotecnológicas representariam, portanto, a aceleração de uma tendência já existente de convergência entre indústria e agricultura, aprofundando a tendência de redução de custos e conciliando-a com o apelo comercial de um suposto menor dano ambiental, uma vez que as variedades seriam moldadas bioindustrialmente com características que as tornariam “naturalmente” mais aptas a uma determinada condição de clima e solo.

A análise de Wilkinson, Goodman e Sorj, elaborada e publicada originalmente no final da década de 1980²², vem sendo confirmada ao longo dos últimos anos, quando assistimos a um radical processo de integração vertical e internacional das firmas. Pesquisa e desenvolvimento de novas variedades de sementes e a indústria de defensivos e fertilizantes conjugam-se sob a estrutura de grandes corporações transnacionais, que buscam ampliar os mercados para seus próprios insumos, caracterizando uma estratégia marcadamente monopolista. Como apontam os autores, “as grandes corporações, utilizando-se de suas experiências em P&D, vastos recursos e métodos flexíveis de financiamento, dominam

²² “*From Farming to Biotechnology: A Theory of Agro-Industrial Development*”. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1987.

atualmente a biotecnologia comercial e, progressivamente, a direção da pesquisa fundamental” (p. 98), não havendo muita diferença, seja nos países desenvolvidos ou naqueles em desenvolvimento.

Este caminho da apropriação privada das inovações e da própria biodiversidade vem se consolidando desde as transformações promovidas pela Revolução Verde. Reis (2006) descreverá os direitos de propriedade intelectual como um instrumento fundamental na criação de dependência tecnológica, tendo possuído grande relevância já na primeira fase da Revolução Verde, quando serviram de garantia às indústrias de pesticidas e fertilizantes químicos, aprofundando a concentração econômica e financeira em torno destas.

É interessante notar como os esforços de extensão dos direitos de propriedade intelectual pelos governos viabilizará a reprodução do modelo de agricultura pensado pela Revolução Verde. A principal preocupação das empresas era a manutenção dos seus domínios, ameaçados pela perda de validade dos registros de patentes dos insumos químicos desenvolvidos nos seus anos iniciais. Era necessário, dessa forma, empreender todos os esforços na pesquisa e desenvolvimento de variedades melhoradas, de preferência conjugadas aos insumos já produzidos pelas próprias empresas.

Podemos inferir, neste contexto, a existência de uma convergência entre os interesses comerciais das grandes corporações e as posições historicamente hegemônicas nos foros internacionais multilaterais onde são traçados os principais acordos relativos à propriedade intelectual. Reis (2006) identificará nesta conjunção uma condição primordial para uma bem sucedida renovação de uma estratégia de dominação que fora editada pelos arquitetos da Revolução Verde.

“A viabilidade desta estratégia exige a ampliação dos direitos de propriedade intelectual sobre formas de vida, através da proteção dos direitos dos melhoristas, e, posteriormente, das plantas transgênicas. A apropriação dos recursos genéticos através dos mecanismos de propriedade intelectual é um componente extremamente relevante para reprodução do modelo de agricultura pensado pela Revolução Verde, fato este responsável pela enorme pressão realizada pelos países do Norte para a ampliação dos direitos de propriedade intelectual nos países do Sul”. (p. 10)

Ao analisar a controversa relação entre a biodiversidade e o avanço dos direitos de propriedade intelectual sobre a mesma, mais precisamente após a 4ª Conferência Técnica Internacional da FAO sobre Recursos Fito-Genéticos, ocorrida em julho de 1996, Santos (1997) também apontará para a clara oposição existente entre os direitos dos agricultores e os direitos de propriedade intelectual.

Na ocasião da referida Conferência, segundo o autor, havia uma distância e incoerência consideráveis entre o preocupante diagnóstico e as soluções prescritas. Proposições questionadoras do modelo de agricultura moderno foram ofuscadas principalmente pelas nações desenvolvidas, apesar deste modelo ser timidamente apontado como uma das causas da erosão genética dos recursos, colocando em risco a diversidade biológica e cultural da Terra.

A conexão existente entre a produção de alimentos, a cultura e a terra parecia ceder lugar a um banco de dados de informações genéticas traduzidas em ativos de propriedade intelectual comercializáveis. Nesse sentido, Santos descreve com propriedade a nova relação trilhada pela transformação dos recursos naturais em informação proprietária, potencialmente destrutiva para a dinâmica entre vida e terra como até então a conhecemos, e propulsora da nova figura do cientista-empresário.

“Com efeito, a Revolução Biotecnológica desvincula plantas, animais e microorganismos da terra, quando a genética descodifica a vida e a engenharia genética rompe todos os valores ecológicos, culturais, sociais e religiosos que ligavam a vida à terra. A comunidade internacional e muitos governos parecem não se dar conta do que significa a redução de todas as formas de vida à condição de "recurso genético virtual". Parecem não perceber as duas fases do processo: primeiro a ciência e a tecnologia desterritorializam as formas de vida, reduzindo-as a meros fragmentos genéticos; depois, as grandes corporações, de posse desses fragmentos, transformam-nos por sua vez em mercadorias comercializáveis”. (p. 35)

A ponte necessária para estabelecer esta nova relação, ou seja, substituindo a terra pelo dinheiro na relação com a vida e a biodiversidade, seriam os direitos de propriedade intelectual. Tal aparato legal permite às empresas e cientistas apropriar-se de organismos

vivos que tenham sido transformados por meio de atividade inventiva, transformando os recursos genéticos em novidade científica para fins de patentes.

Como explica Barbosa (2003), a partir da análise de Pollaud-Dulian²³, para conceder e assegurar o direito de exclusividade relativo à patente tradicional, as leis nacionais via de regra exigem, sob várias formulações redacionais, os seguintes pressupostos técnicos:

- a. *Novidade* - que a tecnologia ainda não tenha sido tornada acessível ao público, de forma a que o técnico, dela tendo conhecimento, pudesse reproduzi-la.
- b. *Atividade Inventiva* - que a inovação não decorra obviamente do estado da arte, ou seja, que o técnico não pudesse produzi-la simplesmente com o uso dos conhecimentos já acessíveis.
- c. *Utilidade Industrial* - que a tecnologia seja capaz de emprego, modificando diretamente a natureza, numa atividade econômica qualquer.

Em sentido oposto, Lacey (2000) apresenta uma perspectiva que questiona a desigualdade na concessão dos direitos de propriedade intelectual sobre as “inovações” na área de desenvolvimento de novas variedades de sementes. Para o autor, as sementes transgênicas (TG) não poderiam ser produzidas sem a modificação de sementes selecionadas pelos agricultores (sementes SA), ou sementes derivadas originalmente de sementes SA, para uso na agricultura convencional. Assim, a própria existência das sementes TG pressupõe o desenvolvimento anterior das sementes SA.

“(...)E contudo as proteções dos Direitos de Propriedade Intelectual podem ser concedidas a sementes TG, mas não a sementes SA. Na falta de tais proteções, as sementes SA são consideradas parte do patrimônio comum da humanidade e podem ser legalmente apropriadas à vontade sem consulta ou compensação aos agricultores que as selecionaram. (...) Os que desenvolvem as sementes TG apropriam-se livremente das sementes SAA, mas o agricultor não tem livre acesso às sementes”. (pg. 54)

23 POLLAND-DULIAN, Frédéric. *La Brevetabilité des Inventions*, LITEC, Paris, 1997.

As sementes transgênicas trariam, em conjunto, as marcas da ciência e da economia política da globalização. Tais características, para Lacey, impingem uma aura de inevitabilidade à nova revolução agrícola prometida com o advento de tais variedades. A economia global forneceria, dessa forma, as estruturas para sua efetiva implementação, ao mesmo tempo em que é fortalecida ao incorporar a ciência enquanto única via para dar conta de suprir as necessidades de alimentação da crescente população mundial.

O aspecto econômico da apropriação privada de informações genéticas de elementos da biodiversidade parece bem evidente ao analisarmos a evolução em matéria dos direitos de propriedade intelectual e os caminhos por estes trilhados ao longo das últimas três décadas.

Apesar de compartilharmos da visão de que não há mudanças econômicas que operem desvincilhadas de mudanças de ordem cultural, reconhecendo, todavia, que não há qualquer relação de sobreposição de uma sobre a outra, devemos nos debruçar, também, sobre que tipo de ideário fornece suporte ao fortalecimento da idéia da necessidade de um aperfeiçoamento humano do mundo natural.

Por fim, o apelo humanitário e até mesmo salvacionista evocado pela propaganda favorável aos OGMs, nos remete imediatamente a pensar em uma reedição do *marketing* utilizado na ocasião da Revolução Verde. É simbólico o fato das novas tecnologias serem apresentadas como a única saída para dar conta de uma produção suficiente para alimentar toda a população do planeta, que cresceria em um ritmo superior ao da produção²⁴.

Nesse sentido, o Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA²⁵) divulgou uma relação de contribuições das culturas biotecnológicas que seriam chaves para possibilitar o alcance de uma série de metas da Organização das Nações Unidas para o milênio²⁶. Os benefícios a serem alcançados, os quais não seriam possíveis sem a “contribuição da biotecnologia”, encontram-se intimamente relacionados com os objetivos de reduzir a pobreza e a fome em 50% até 2015, além de tornar a agricultura mais sustentável “ambiental e socialmente” no futuro.

²⁴ A teoria populacional de Thomas Malthus foi largamente utilizada pelos defensores da Revolução Verde. Segundo o economista, a população do planeta apresentava tendência de crescimento em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos evoluía em ritmo de progressão aritmética. Esta trajetória, segundo as previsões malthusianas, faria com que enfrentássemos problemas de escassez em um curto período de tempo.

²⁵ O ISAAA é uma organização sem fins lucrativos financiada pelos setores público e privado, com uma rede internacional de centros estabelecidos para “*contribuir no alívio da fome e da pobreza, por meio da facilitação de transferência das aplicações da biotecnologia agrícola aos países em desenvolvimento e da difusão global de conhecimentos sobre biotecnologia agrícola*” (fonte:

<http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/32/pressrelease/pdf/Brief%2032%20-%20Press%20Release%20-%20Portuguese.pdf>, acessado em 13 de setembro de 2011).

²⁶ Brief 32 – Press Release. Disponível em

[http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/37/pressrelease/pdf/Brief%2037%20-%20Press%20Release%20-%20Portuguese%20\(Brazil\).pdf](http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/37/pressrelease/pdf/Brief%2037%20-%20Press%20Release%20-%20Portuguese%20(Brazil).pdf). Acesso em 21 de junho de 2009.

O primeiro benefício trata do aumento da produtividade das colheitas mundiais, contribuindo para melhorar a segurança e a sustentabilidade da produção/processamento de alimentos e fibras. Nos primeiros onze anos de plantações biotecnológicas, os ganhos de produção em commodities-chave são avaliados pela ISAAA em US\$ 34 bilhões. Os aumentos de produção continuariam com a introdução das plantações tolerantes à seca, muito importantes nas próximas décadas, bem como plantações mais nutritivas, como a soja, melhorada com óleos ômega 3 e o arroz enriquecido com vitamina A.

Dentre os benefícios trazidos pelos OGMs são apontados, ainda, sua contribuição para a mitigação da pobreza e da fome. O algodão geneticamente modificado e o milho branco biotecnológico, por exemplo, contribuiriam com benefícios sócio-econômicos modestos para o grupo de pequenos agricultores e sem-terras. A aprovação esperada para breve da berinjela biotecnológica na Índia e o potencial para o arroz biotecnológico na China ampliariam substancialmente estes esforços.

Além disso, por meio da difusão das variedades transgênicas seria possível reduzir o impacto ambiental da agricultura. As plantações biotecnológicas já teriam diminuído o uso de pesticidas, as emissões de dióxido de carbono e o uso de combustível fóssil devido a menos lavra e pulverização. Em 2006, as plantações biotecnológicas teriam poupado a emissão de 14,8 bilhões de kg de dióxido de carbono na atmosfera, o equivalente à remoção de 6,5 milhões de carros das ruas. Na próxima década, as plantações com tolerância aumentada à seca ajudariam a limitar o uso de água e a maior eficiência de nitrogênio ajudaria a melhorar o uso deste importante nutriente.

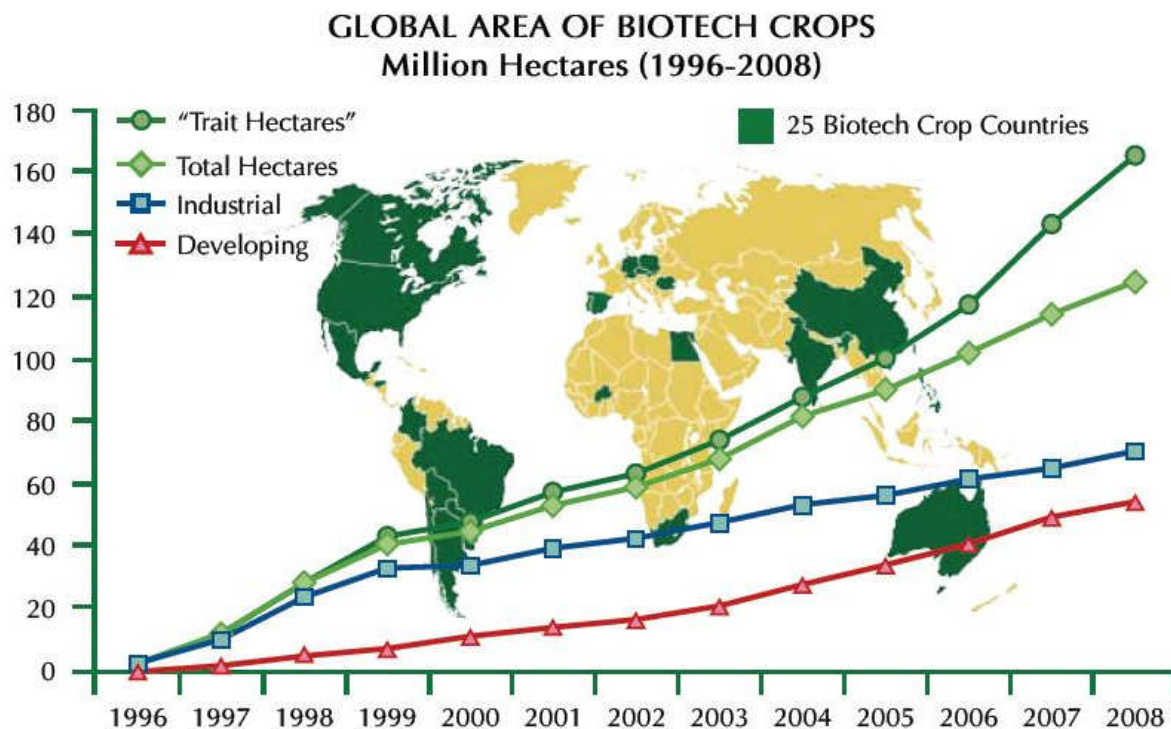
Ironicamente, as plantações biotecnológicas são apontadas como variedades mais rapidamente adaptáveis às alterações climáticas que estariam em desenvolvimento. Além disto, árvores com crescimento mais rápido, que também já se encontram em fase de desenvolvimento podem contribuir substancialmente para a necessidade mundial de reflorestamento rápido, para ajudar a mitigar os efeitos do aquecimento global.

Somando esforços para mitigar os efeitos do aquecimento global e reduzir as emissões de gases nocivos, a produção econômica de biocombustíveis seria outra solução trazida pelos OGMs. As plantações biotecnológicas ajudariam a otimizar a plantação e a produção de biomassa por hectare a fim de suprir as demandas mundiais de mais alimentos, fibras para suprimento animal e biocombustíveis com preço acessível.

Na esteira das promessas de aumento de produtividade possibilitadas pela adoção das sementes geneticamente modificadas, um crescente número de países e produtores vem aderindo à nova tecnologia. O gráfico abaixo expõe a evolução da área total ocupada por

culturas transgênicas nos 25 países em que os OGMs têm seu cultivo oficialmente liberado. Outro dado que podemos constatar é que não há considerável diferença entre a adesão no grupo de nações industrializadas e em desenvolvimento.

(Figura 1)



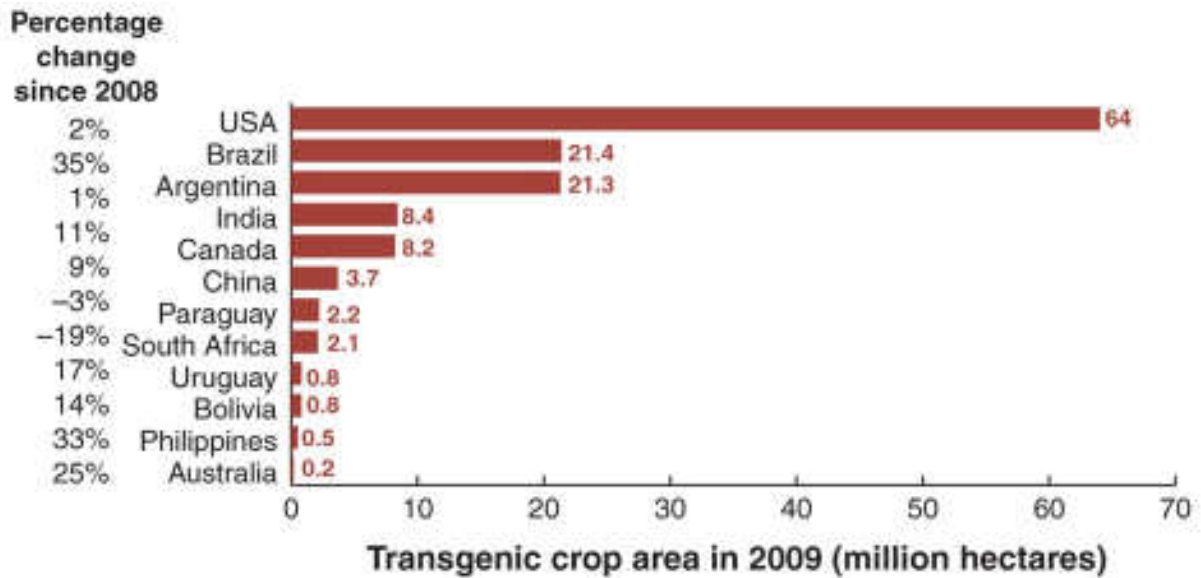
Fonte: ISAAA (<http://www.isaaa.org/Resources/Publications/briefs/39/executivesummary/pdf/Brief%2039%20-%20Executive%20Summary%20-%20English.pdf>), acessado em 11 de junho de 2009.

Além da evolução internacional da área total cultivada, a partir do gráfico abaixo podemos identificar a liderança do Brasil dentro da América Latina, que ultrapassou a Argentina em 2009, tornando-se, assim, o país com a segunda maior área do mundo dedicada ao cultivo de transgênicos.

Paradoxalmente, apesar do discurso de que os transgênicos permitiriam uma redução substancial na utilização de agrotóxicos, o Brasil ostenta, em 2011, o título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo²⁷.

²⁷ Segundo reportagem do *Le Monde Diplomatique Brasil* intitulada "Um país infestado por agrotóxicos", publicada em 1º de julho de 2011, o Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Disponível em <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=973> (acessado em 14 de julho de 2011).

(Figura 2)



Source: International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications

Fonte: *International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications*

(http://www.nature.com/nbt/journal/v28/n4/box/nbt0410-306_BX5.html), acessado em 21 de junho de 2009.

2.3. Percepção pública e politização das tecnologias

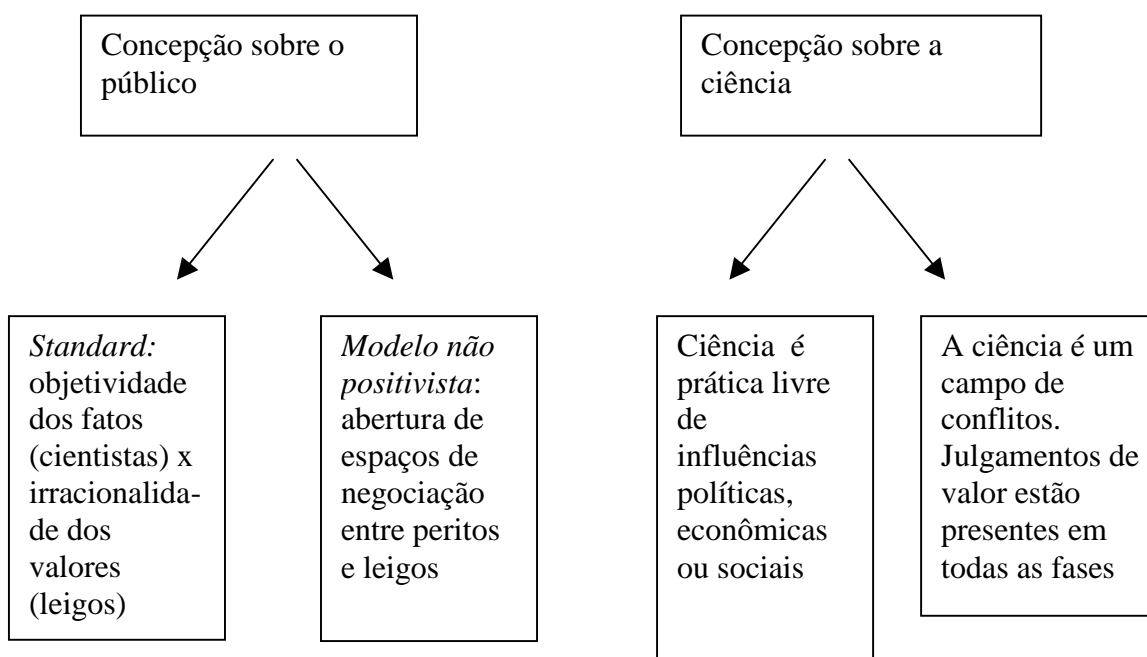
Um dos debates que permeia toda a discussão sobre a introdução dos organismos geneticamente modificados na dieta e na vida moderna é aquele acerca dos termos sob os quais é construída a sua assimilação pela sociedade. Isto significa que não é menos importante a reflexão sobre as formas de percepção e incorporação das novas tecnologias ao dia-a-dia do mundo moderno, e ainda acerca da forma como a ciência vem sendo percebida pela sociedade em geral.

Nesta questão podemos perceber a emergência de uma discussão que vem, progressivamente, ocupando mais e mais espaço na pauta das sociedades contemporâneas, ou seja, a forma como estas irão lidar com os riscos ambientais e tecnológicos derivados das inovações da alta modernidade. Nesse sentido, Guivant (2004) procurará evidenciar como as sociedades conduzem os processos decisórios que visam a legitimar um determinado modelo em detrimento de outro.

Na análise empreendida pela autora acerca da governança dos riscos e dos desafios que esta traz consigo em um processo de redefinição da arena pública no Brasil, podemos

destacar a existência de dois modelos opostos, tanto nas concepções sobre o público quanto nas concepções sobre a ciência, exemplificados a partir do esquema abaixo:

(Figura 3)



Fonte: elaboração do autor com base em Guivant (2004).

É possível identificar, neste contexto, a existência de uma tendência de maior interesse e envolvimento da sociedade nas discussões que precedem a efetivação de um determinado modelo regulatório para a tomada de decisões sobre riscos. Neste aspecto, Guivant se remeterá à pesquisa de Rowe e Frowe (2000)²⁸, que aponta o aprofundamento dos direitos humanos como uma das principais motivações deste maior envolvimento, acarretando em um aumento da confiança e em um menor risco de execução de políticas impopulares. Tal cenário, entretanto, é marcadamente diferenciado quando comparamos os atores atuantes e a própria arquitetura da arena pública nos contextos europeu e estadunidense com o brasileiro.

Neste momento, é imprescindível nos questionarmos acerca dos limites das estratégias de atuação dos atores sociais envolvidos no controverso debate da liberalização dos OGMs, em particular aqueles favoráveis a uma maior participação da sociedade civil nas esferas de regulação e gestão dos riscos inerentes a essas tecnologias relacionadas.

²⁸ Rowe, G. & Frewer, L. (2000), Public participation methods: a framework for evaluation. *Science, Technology & Humam Values*, Vol. 25, n. 1, Winter: 3-29.

Uma pergunta que devemos nos fazer neste momento é se as mobilizações que ocorreram nos âmbitos nacional e internacional podem ser interpretadas como uma tentativa de politização, pelos movimentos sociais, das novas tecnologias, conforme proposto pelo modelo não positivista apresentado. Para Guivant (2004), a coalizão contrária à liberação dos transgênicos não representa, na natureza de suas ações e discursos, um questionamento do modelo de debate tradicionalmente dado no Brasil, o que teria contribuído de forma decisiva para que este se mantivesse circunscrito a parâmetros maniqueístas tais como ciência *versus* ideologia ou técnica *versus* política.

Ao nosso ver, tal crítica não é de todo válida, uma vez que houve, ao longo da Campanha, uma série de iniciativas no sentido de proporcionar ao grande público, seja direcionado aos produtores rurais, aos consumidores ou aos cidadãos em geral, um maior nível de conhecimento acerca dos OGMs, bem como de todo o debate sobre o modelo de regulação a ser adotado, como abordaremos mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Torna-se fundamental, portanto, a superação das questões controversas relacionadas ao produto final das estruturas regulatórias atualmente existentes no âmbito da gestão dos riscos tecnológicos e ambientais modernos. Antes de pautar a luta em uma decisão forjada em um contexto de níveis restritos de participação e expressão de parcelas significativas da sociedade civil, a direção que parece oferecer um horizonte maior de oportunidades democráticas se construirá sobre o questionamento do próprio processo de definição da regulação a ser adotada.

Ao que nos parece, a atuação dos movimentos sociais no Brasil, especificamente frente ao debate científico e tecnológico, vem apontando para um maior questionamento das estratégias tradicionais de atuação. Apesar desta tendência por nós percebida, Santos (2003) aponta que há um grande hiato entre a centralidade da tecnologia no mundo de hoje e a existência de debates abertos e com grandes níveis de participação, acarretando em um baixo grau de problematização das questões que desta derivam.

O autor entende que há um enorme campo de questões centrais que envolvem as relações entre tecnologias, ciência e capital, mas que, atualmente, acabam sendo reservadas aos círculos dos formuladores de políticas tecnológicas do Estado ou empresariais, detentores (ou monopolizadores) do dito conhecimento técnico.

A forma como lidamos com a biodiversidade na atual fase do capitalismo denota uma perspectiva que enxerga nas inovações tecnológicas a solução para os danos ambientais

causados pelo modelo de desenvolvimento até então aplicado. Nesse sentido, a engenharia genética e as biotecnologias anulariam ou mesmo regenerariam os impactos do atual modelo de acumulação para o meio ambiente. Finalmente, esta relação seria a própria legitimação das soluções “técnicas” e de mercado, operando a lógica do “mudar para permanecer o mesmo”, o que em teoria possibilitaria a harmonização entre interesses econômicos e ambientais.

A idéia que envolve a incessante busca da ciência por um melhoramento biotecnológico é chamada por Martins (1996) de “gnosticismo tecnológico”. Com esse termo, aparentemente paradoxal, o autor busca enfatizar que o homem poderia superar sua condição humana (orgânico, natural), rompendo os limites impostos pela natureza através do desenvolvimento de novas tecnologias.

O gnosticismo nos dias de hoje assume a forma de uma busca pelo ideal de uma sociedade tecnocientífica de riscos globalizados, porém sob controle (da ciência). Na procura incessante pela superação das limitações da natureza e de sua obsolescência, uma grande parcela da comunidade científica, do Estado e dos veículos de divulgação interpretam as inovações tecnológicas, especialmente aquelas que visam a acelerar ou substituir processos ou produtos da natureza, como uma prova da superação humana e da superioridade da civilização ocidental. Haveria, portanto, poucas barreiras ontológicas ou epistemológicas colocadas à trajetória de separação entre terra, corpo, inteligência, natureza e vida.

Ao analisarmos mais a fundo a relação entre biodiversidade e biotecnologia, separadas por uma tênue e problemática fronteira entre o “natural” e o “artificial”, o divino e o humano, poderemos enxergar, conforme descrito por Martins, a existência de dois irônicos paradoxos.

O primeiro se constitui na repulsa nutrida pela biotecnologia (personificada por meio de pesquisadores e financiadores) em relação a tudo o que se relaciona ao natural ou à natureza. Quase tudo lhes parece inadequado à crescente demanda moderna, e cabe à ciência aperfeiçoar o natural a fim de que este supere suas “limitações”.

O segundo paradoxo reside no fato dos progressos científicos na manipulação de elementos da biodiversidade ocorrerem no mesmo momento em que assistimos à uma redução em escala exponencial no número de espécies vivas no planeta. Não é novidade, por ironia, a promessa de recuperação de espécies já extintas através das modernas técnicas de clonagem de seres vivos, argumento que reafirma a via única da solução de problemas ambientais por meio de novas tecnologias.

Podemos traçar, a partir das teorias ora apresentadas, uma perspectiva que enxerga haver uma convergência entre a ambição científica de superação dos “entraves” apresentados pela natureza em seu estado “puro” e o processo de politização das novas tecnologias. Ainda que este último seja caracterizado por Santos como de caráter incipiente, podemos perceber um crescimento da participação, neste tipo de debate, de indivíduos e grupos sociais externos – ou que não se reconheciam enquanto parte do processo – aos chamados “círculos dos formuladores de políticas tecnológicas do Estado ou empresariais”, até então tidos como únicos detentores do dito conhecimento técnico. Assemelhamo-nos, assim, à posição defendida por Beck (1998), que aponta para uma conquista cada vez maior de legitimidade, por parte da opinião pública, na interposição de questões referentes às políticas científicas e tecnológicas.

Nesse sentido, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos constitui-se, conforme veremos mais adiante, enquanto um espaço privilegiado para observarmos como vem se construindo a inserção, nos debates, de determinados indivíduos e grupos sociais, até então alijados da participação em questões de tal natureza.

2.4. Sociedade de risco e subpolíticas

O tema dos riscos associados à introdução dos alimentos transgênicos em nossa dieta e, portanto, da resistência a estes associada, nos remete ao paradigma fundado por Beck (1998) em sua definição acerca das características que diferenciam os riscos atuais daqueles próprios das sociedades tradicionais ou industriais.

Como sabemos, as situações de risco contemporâneas são particularizadas por sua invisibilidade (riscos escapam aos nossos sentidos), desigualdade limitada (afeta a todos, porém desigualmente), lógica de mercado (criação de um mercado de controle e prevenção de riscos), conhecimento sobre os riscos (politização da definição) e potencial político (grandes acontecimentos geradores de comoções públicas que não respeitam fronteiras nacionais). A ciência, no capitalismo contemporâneo, exercerá uma função essencial nesse novo processo, uma vez que se converterá, contraditoriamente, em causa, instrumento de definição e fonte de soluções para os problemas dela mesma derivados.

Para Beck (1998), esta controversa relação entre ciência moderna e risco está fundada em três teses fundamentais. A primeira aponta que a ciência encontra-se marcada pelo caráter reflexivo, tornando-se exposta às conseqüências, sejam essas quais forem, de seus próprios produtos. A dúvida científica está estabelecida em todas as fases da pesquisa, ao passo em que a opinião pública “leiga” obtém gradativamente maior legitimidade para interpô-la. Todo este cenário acaba por construir um ambiente propício à desmistificação do conhecimento científico. A relação entre ciência, prática e vida pública é empurrada na direção de um novo patamar.

A segunda consiste na percepção de que a desmonopolização das exigências de conhecimento científico torna a ciência cada vez mais necessária, ao mesmo tempo que insuficiente como fonte segura das verdades. A expansão da força metódica da dúvida científica para o âmbito externo acaba por provocar um efeito de desencantamento social em relação à própria ciência e à sua capacidade de tudo explicar. Nas palavras do autor, “o desencantamento acaba por afetar o próprio desencantador” (Beck, 1998: 205)

A terceira está relacionada ao impacto que os riscos emanados do campo científico poderão ter para o meio ambiente. Este será sentido por todos, atravessando as fronteiras nacionais e de classe, em maior ou menor grau. Tendo isto por premissa, podemos antever a força potencial da questão ambiental para a redefinição das demandas sociais na chamada “sociedade industrial de risco”, utilizando o conceito de Beck.

Em compasso com as transformações na relação entre ciência moderna e riscos, os movimentos de defesa do meio ambiente teriam operado, ao longo do último século, uma mudança estrutural. As suas reivindicações, antes focadas na identificação e denúncia de danos enxergados como específicos e locais, agora passam a ter como alvo situações de risco potencialmente globais, não necessariamente em sua forma concreta, e que sustentam o atual modelo de industrialização.

“(...) Agora já não são ocasiões de protesto exclusivamente os casos concretos de prejuízos e ameaças (vazamentos de petróleo, contaminação de rios por resíduos industriais, etc). São centrais, cada vez mais, situações de ameaças que não são claras e nem mesmo perceptíveis para os especialistas, danos que não correspondem às circunstâncias da vida cotidiana, porém que podem vir a afetar as gerações futuras (...)”. Beck, 1998. (pp. 269-270)

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os riscos fogem do domínio dos especialistas, paradoxalmente é necessário um nível cada vez maior de conhecimento científico para administrá-los ou mesmo questioná-los, confirmando a segunda tese de Beck apresentada anteriormente.

Nesse mesmo sentido, o conceito de subpolítica, também delineado pelo supracitado autor, tem por objetivo explicar o reflexo social e político deste novo patamar de relações entre o conhecimento científico e os riscos contemporâneos. Beck sugere que os cientistas sociais deveriam se manter atentos, a partir desse momento, para não continuar a procurar o político onde ele não mais se concentra.

Uma nova forma de se pensar e fazer política teria sido inaugurada com a sociedade industrial de risco. O novo ordenamento se diferenciaria do anterior basicamente pelo caráter mais individualizado das suas questões, onde a esfera do privado e do cotidiano é invadida pela política.

“(...) subpolítica (sub-politics) distingue-se da “política” porque se permite que os agentes externos ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social (...), e, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também os indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder de conformação emergente do político”. (p. 34)

As manifestações da chamada subpolítica trazem à tona grupos sociais até então excluídos do cenário clássico de conflitos da sociedade industrial – período em que as lutas encontravam-se vinculadas, predominantemente, aos antagonismos de classes.

Nesse sentido, o autor aponta para o fato de que mesmo as áreas de tomada de decisão que foram *protegidas pelo político no capitalismo industrial – o setor privado, os negócios, a ciência, as cidades, a vida cotidiana etc.* – passam, agora, a ser *aprisionadas nas tempestades dos conflitos políticos da modernidade reflexiva.*

A passagem para esta nova forma de se fazer e pensar a política teria ocorrido, entretanto, sem que houvesse significativas transformações ou substituições de elites no poder, contrariando perspectivas que apontam a impossibilidade de transformações de ordem cultural sem uma correspondente alteração na estrutura de dominação de classes.

Essa falta de compatibilidade entre a “nova política” e os padrões de ação e decisão cuja origem se encontra em instituições da antiga sociedade industrial, ao nosso ver,

evidenciam a existência de um vácuo, que por sua vez abrirá espaço para a ação de novos movimentos sociais, ou mesmo para a reformulação na forma de fazer política de organizações de maior tradição.

2.5. Ambientalização da sociedade

Considerando o panorama traçado ao longo do subcapítulo anterior, partiremos em direção a uma questão fundamental para a reflexão acerca do contexto que permeia o aparecimento de novas estratégias de construção de alianças e de ações pelos movimentos sociais na contemporaneidade. O ponto a que nos referimos diz respeito à chamada “ambientalização da sociedade” e à “ambientalização dos conflitos sociais”.

Para Viola e Leis (*apud* Portilho, 2006), diferentes setores da sociedade vêm incorporando, a partir de perspectivas e estratégias distintas, o ideário ambientalista às suas causas, guardadas as devidas particularidades de cada ator. Este processo seria uma das conseqüências produzidas pela crescente legitimação social da temática ambiental. Seriam geradas, por sua vez, conseqüências para o perfil do conjunto de movimentos ligados a causas ambientais, visto que a entrada de novos setores acaba por agregar novos elementos práticos e culturais, configurando o que será definido pelos autores como movimento ambientalista “complexo-multisetorial”.

Lopes (2006) utilizará o conceito de “ambientalização dos conflitos sociais” para demarcar o surgimento de uma nova percepção da sociedade acerca dos conflitos sociais, que passarão a ser enxergados a partir da ótica de uma “nova” questão social, a do “meio ambiente”. Esta visão permitiria aos atores, dessa forma, conferir um novo patamar de legitimidade, tanto para o grupo, quanto para a causa a ser defendida.

Por detrás destes processos, onde o meio ambiente é posto em uma nova posição dentro do espectro das lutas sociais, podemos enxergar a construção não só de uma nova questão social, mas também de uma nova questão pública, como aponta Lopes (2006), pressupondo, inclusive, a sua respectiva interiorização por diferentes grupos sociais e indivíduos.

De acordo com Lopes, o processo histórico da ambientalização envolveria transformações simultâneas no Estado e em fatores comportamentais, atingindo a vida cotidiana em sociedade. Essas mudanças seriam estruturadas sobre cinco diferentes fatores:

“O crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. (p. 36)

Em sentido similar, Leff (2001) também atentar-se-á para uma nova configuração que vem se construindo no âmbito das lutas sociais, inclusive no interior de grupos que tradicionalmente vinculavam-se apenas à esfera do trabalho, e que vem passando por um processo de ressignificação a fim de compreender as novas questões que se impõem na pauta dos movimentos sociais. Dessa forma, Leff perceberá o surgimento de novos movimentos sociais que conjugam a defesa do ambiente com suas lutas pela democracia, autonomia e autogestão.

O conflito ambiental, até então foco de atenções apenas de grupos ambientalistas *stricto sensu*, sofrerá mutações que o colocarão em uma arena de atores heterogêneos. Neste momento, campos dotados de diferentes racionalidades se cruzam e a questão ambiental pode aparecer em primeiro plano ou subordinada a outras reivindicações de ordem material ou cultural, onde o autor fornecerá como exemplo os diferentes movimentos camponeses e indígenas na América Latina, em especial na Bolívia e no México.

Menos debatido e analisado, no entanto, é o processo de ambientalização dos movimentos de consumidores²⁹. A existência de tal lacuna contrasta com o progressivo reconhecimento do lugar ocupado pelos consumidores (mesmo que de forma não-organizada) na estruturação internacional do mercado de alimentos.

Trabalhos como o de Pessanha & Wilkinson (2005) enxergam na emergência do debate sobre os OGMs uma oportunidade para reflexão acerca da nova organização desenhada pelos atores que ocupam posições estratégicas no mercado mundial de alimentos, onde podemos encontrar consumidores exercendo pressão sobre o comércio varejista, que por sua vez a retransmitirá à indústria processadora de alimentos e posteriormente aos grandes produtores de matérias-primas agrícolas.

²⁹ Deixemos registrado que esta colocação também se aplica ao processo de ambientalização da própria esfera do consumo, em todas as suas escolhas, práticas e possibilidades.

Uma série de contratemplos, tais como a dificuldade de entender a controvérsia que envolve os alimentos transgênicos, convencionais, orgânicos ou outras variedades, acabam limitando o alcance da pressão exercida pelos consumidores (Portilho, 2005). O fato concreto a que devemos nos deter no desenrolar dos debates sobre a introdução dos OGMs é o inquestionável revigoramento das ações de ONGs de diferentes orientações na arena dos sistemas agroalimentares nacionais, articulando-se muitas vezes internacionalmente.

Nesse sentido, Portilho (2005) apontará para o fato de que as ações individuais e escolhas de consumo conscientes, bem informadas e motivadas por “valores ambientalizados”, têm passado a ser vistas como uma nova estratégia de mudanças em direção à utopia da sociedade sustentável. Especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar a contribuição desigual dos diferentes estilos de vida e práticas de consumo para os problemas ambientais globais. Assim, passam a cobrar a co-responsabilidade de diversos atores, tanto individuais quanto coletivos, pela já consensual crise ambiental.

Sendo assim, podemos dizer que, com o aprofundamento dos processos que chamamos, na esfera coletiva, de “ambientalização da sociedade” e “ambientalização dos conflitos sociais”, ou, sob um aspecto mais nuclear, de “ações individuais motivadas por valores ambientalizados”, certamente cruzaremos a fronteira dos hábitos e decisões de consumo. Estas, motivadas por diferentes variáveis econômicas e culturais, se entrecruzarão com as transformações da esfera macrossocial, levando à necessidade de uma revisão acerca das interações recentes entre meio ambiente e consumo.

2.6. Interfaces entre meio ambiente e consumo

Analisando a trajetória do discurso hegemônico sobre as causas e soluções dos problemas ambientais modernos, devemos atentar para a relativamente recente novidade que se constitui a inclusão de questões relacionadas à esfera do consumo.

No sentido de enriquecer o debate com elementos que forneçam base para uma discussão mais aprofundada sobre as diferentes abordagens que marcaram a reflexão sobre o consumo e suas implicações para o meio ambiente, enfatizaremos, ao longo deste subcapítulo, um debate sobre alguns dos principais enfoques sobre consumo e seus papéis na dinâmica econômica em geral e no sistema agroalimentar. Posteriormente, a faremos dialogar com a evolução dos discursos sobre as causas e os problemas ambientais.

A primeira vez em que o consumo apareceu como uma hipótese explicativa foi através da teoria neoclássica. Tal abordagem se constrói, entretanto, mais voltada à análise do consumidor do que do consumo em si. A premissa básica da teoria neoclássica é a da soberania do consumidor na tomada de decisões. Sua construção se dá, basicamente, sobre pressupostos que permeiam o comportamento dos agentes econômicos, inserindo-se aí o próprio comportamento do consumidor como agente dotado de uma racionalidade garantidora da posse e autonomia de suas escolhas (Prado, 1994).

Sob essa ótica, os indivíduos agiriam de forma racional e independente, guiando suas escolhas por meio de uma racionalidade maximizadora (indivíduos visam à maximização do bem-estar extraído a ser utilizado), onde todo agente é “racional e maximizador”. A partir daí, suas decisões são pautadas na direção do seu bem-estar individual e do bem-estar social (sendo este consequência indissociável do primeiro). O conjunto de idéias que dá sustentação a essa concepção encontra-se sob o abrigo do chamado individualismo metodológico³⁰.

Críticas a essa interpretação começam a ser formuladas, questionando principalmente a idéia de que o comportamento dos indivíduos relaciona-se somente com o seu auto-interesse, em última instância voltado às satisfações de cunho puramente individual. No pensamento neoclássico as motivações e a personalidade parecem ser concebidas, dirão as críticas, como independentes de relações sociais. Dessa maneira, as preferências são consideradas dadas e sua formação não é objeto de estudo.

Refletindo a partir de uma ótica que parte de um ponto diferenciado, aquele dos determinantes do volume de emprego, perspectiva essa situada no eixo central da teoria keynesiana, os níveis de consumo estarão diretamente ligados aos níveis de renda. Esta relação é dada pela propensão marginal a consumir. Dessa forma, sempre que houver o aumento de 1 unidade de renda, o aumento do consumo será da ordem de < 1 .

Para Keynes, a quantia que uma família despense em consumo dependeria:

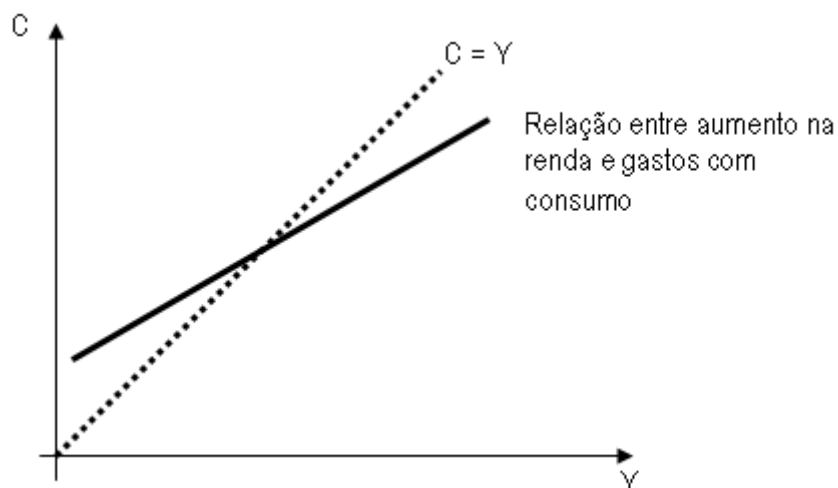
- (i) do volume da sua renda;
- (ii) de fatores objetivos; e
- (iii) de suas necessidades subjetivas, de configurações psicológicas, dos hábitos dos indivíduos e, ainda, da forma sob a qual a renda é dividida entre eles.

A função consumo (figura 4) nos é útil na ilustração do nível de despesas que os consumidores estão dispostos a incorrer em bens e serviços, em todos os níveis de renda

³⁰ Entende-se por individualismo metodológico, a teoria que considera o indivíduo como a unidade de análise fundamental, a partir da qual se constrói a lógica do pensamento neoclássico. O pensamento neoclássico busca explicar os fenômenos econômicos através do comportamento dos agentes e por isso o individualismo metodológico é base para a teoria. Hodgson (1995, p. 329)

possíveis. Como podemos perceber, o incremento nos níveis de renda, representado pelo eixo Y, não é acompanhado, na mesma proporção, pelo aumento no montante dedicado ao consumo, representado pelo eixo C.

(figura 4)



Para Keynes há uma lei fundamental que diz que quando a renda aumenta, o consumo também aumenta, isto é $dC/dY > 0$, porém aumenta menos do que a renda $dC/dY < 1$. Um segundo aspecto é que a proporção da renda gasta em consumo tende a ser menor quanto maior o nível de renda, isto é a propensão média a consumir diminui. A idéia central é a de que quando a renda aumenta, o consumo aumenta menos do que a renda, sendo esta diferença ainda maior quanto maior for a renda.

Para Kalecki (1976), o determinante do consumo dos trabalhadores é igual ao salário. Em sua concepção, os trabalhadores receberiam, pela venda de sua força de trabalho, apenas o valor suficiente para sua subsistência, não sendo capazes de gerar, portanto, poupança.

O consumo dos capitalistas também será analisado pelo autor, que o definirá como variante de seus próprios lucros e decisões de investimentos. A partir daí, chega-se à conclusão de que, para o autor, não será o consumo o lugar onde se situará a origem das crises, uma vez que as decisões sobre esse não são determinantes, mas sim as decisões de investimento empreendidas pelos capitalistas. Toda a dinâmica da economia capitalista, portanto, variará conforme a taxa de investimento realizada por essa classe.

As abordagens de Keynes e Kalecki aparentemente muito se assemelham nesse ponto específico. No entanto, deve-se atentar para a diferença fundamental que ocorre quando o segundo autor estabelece uma diferenciação entre o consumo dos trabalhadores e dos capitalistas. Kalecki enxerga os gastos com consumo dos trabalhadores atrelados à sua renda, ou seja, tudo que percebem como rendimentos é transformado em bens e serviços básicos para sua subsistência. Simplificando em poucas palavras, consumo = renda. No outro pólo, o consumo capitalista possuiria um componente constante (como o dos trabalhadores) e um variável, determinado pelos lucros auferidos no período anterior.

A abordagem sobre consumo no sistema agroalimentar guardará suas particularidades em relação ao modo como este é entendido em outros setores da economia. A fundamental diferença seria que o consumo de alimentos não aumenta no mesmo ritmo do aumento da renda, quando devemos atentar para a saciabilidade gerada pelos alimentos em quem o consome. Há, portanto, um limite absoluto para o aumento no consumo de produtos agroalimentares. Por isso, as hipóteses sobre consumo de alimentos não podem ser aplicadas ao consumo de bens duráveis, por exemplo. Cada qual obedece a uma lógica própria. Esta análise não pode ser, de forma alguma, deslocalizada.

A variação do gasto com alimentos frente à renda apresenta um comportamento que obedece a Lei de Engel³¹. A formulação elaborada pelo pensador afirma que com o aumento da renda, a despesa com alimentação diminui proporcionalmente (mesmo que ela cresça de forma absoluta).

A Lei afirma que a proporção do rendimento de uma família que é devotado ao alimento declina à medida que o rendimento familiar aumenta. Atribuída frequentemente à "capacidade limitada do estômago humano", a Lei de Engel não se refere, na realidade, à quantidade de alimento ingerido mas sim às despesas, que continuam a aumentar muito para além ponto em que a ingestão de calorias estabilizou. Uma interpretação comum desta lei é a de que a elasticidade de rendimento da procura de alimento é menor que um. Embora tal fato pareça uma verdade universal para todas as elasticidades de rendimento agregadas para sociedades inteiras, os consumidores individuais com rendimento baixo podem, de fato, ter elasticidades de rendimento para alimento de um ou superiores.

Em contraposição aos principais argumentos apresentados pela teoria econômica em relação ao consumo, podemos destacar a crítica à idéia da escolha racional e independente dos indivíduos, o que acabava por pensá-los separadamente da sociedade em que estes se

³¹ Ernst Engel, estatístico prussiano, identificou o fenômeno em 1857.

encontravam inseridos. Tal concepção os alija de todas as relações sociais que envolvem o ato de consumir em todas as sociedades.

Ao dialogar com as algumas das principais vertentes teóricas sobre o consumo, Douglas & Isherwood (2004), em seu prefácio, defendem que este deve ser resgatado enquanto parte de um todo social, ao invés de destacá-lo do sistema por meio de uma abstração artificial. Os autores defendem que os bens, mais do que signos de exibição e distinção social, servem para prover de racionalidade o universo social em que vivemos, conferindo-lhe inteligibilidade.

Uma das abstrações mais comuns, apontam os autores, ocorre na teoria utilitarista clássica, mais especificamente manifestada por meio da idéia da escolha racional dos indivíduos. Nesta concepção, todos agiriam a partir de um cálculo onde são colocados na balança benefícios e ônus individuais de uma determinada escolha. Caso o resultado tenda para o lado dos ganhos, esta será a sua opção, vale destacar, consciente.

Após empreender uma rápida revisão sobre as principais respostas da teoria econômica para a pergunta “o que faz com que o consumidor se mova?”, Douglas & Isherwood identificam dois eixos: o materialista e o das necessidades por inveja.

A abordagem de viés materialista classifica os diferentes tipos de necessidades em “físicas” e “espirituais”, que acabam, invariavelmente, carregando consigo valores de ordem moral, tais como “essencial” e “supérfluo”, ou mesmo transpondo-a para categorias de “bem” e “mal”.

Motivações a consumir originadas nas “necessidades por inveja” viriam, de certo modo, a complementar as de cunho materialista, fornecendo respostas àquelas questões em que esta pode apresentar falhas. Serão elaboradas explicações a partir de elementos diferentes, mas que todavia pertencem à idéia essencial de que os itens consumidos servem somente a suprir carências individuais de toda ordem.

Nesse sentido, concordamos com os autores acerca das graves limitações desta teoria, já que são deixadas de lado todas as relações sociais estabelecidas por meio de trocas materiais, bem como as manifestações de posicionamento individual e de grupo. Como afirmam Douglas & Isherwood, *a vida social é uma questão de alinhamentos, a favor e contra, e para assinalar os alinhamentos os bens são como bandeiras* (p.43). Para tanto, os autores sugerem que apontemos nosso foco para o entendimento do modo como os bens funcionam enquanto comunicadores de valores.

Recentemente assistimos a uma revalorização da demanda como fator de determinação da produção e do seu perfil, o que nos faz pensar estar ligada à própria

valorização das escolhas, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade em um sentido mais amplo.

Portilho (2005) descreve, de forma concisa, as três abordagens mais frequentes acerca da Sociedade de Consumo. A primeira representa uma corrente ligada ideologicamente ao marxismo, que a enxerga enquanto produzida por um modelo de acumulação sustentado na divisão de classes sociais, onde o consumo aparece como determinada pelo processo de produção de mercadorias. Na segunda, ligada principalmente às correntes do pensamento econômico clássico, a sociedade de consumo é percebida como produto de uma lógica racional e utilitária, por meio da qual os consumidores expressariam seus desejos. A terceira, e mais recente, tem como foco as relações sociais, culturais e simbólicas estabelecidas por grupos e indivíduos, enfatizando os mecanismos pelos quais o ato de consumir possibilita a construção e o fortalecimento de identidades individuais e sociais.

Consumidores, individualmente ou organizados em associações, passaram a ser vistos como um dos principais atores deste processo, considerados ora culpados, ora responsáveis, ora principais agentes de ação e transformação e, portanto, chave para a busca de soluções. Esse processo de transformação da percepção do consumo e de suas implicações para a questão ambiental se consolidou e difundiu, até tornar-se hegemônico, a partir da década de 1990, historicamente marcada pela realização da Conferência Internacional Rio92³² (Portilho, 2005).

Como aponta a autora, uma série de ONGs, instituições multilaterais e órgãos governamentais intensificaram, a partir daquele momento, ações e estudos com foco nos impactos das práticas de consumo e estilos de vida no meio ambiente. Como consequência dessa mudança, o consumo passou a ser o alvo de grande parte das políticas públicas governamentais e das campanhas da sociedade civil organizada que visavam à preservação do meio ambiente ou à redução dos impactos do desenvolvimento para o mesmo.

Dessa forma, pode-se constatar, ao longo das duas últimas décadas, um crescimento da participação das organizações de defesa do consumidor em causas ambientais, assim como também é verdadeiro o seu inverso, visto que organizações voltadas à defesa do meio ambiente cada vez mais incorporam, em seus discursos e estratégias de ação, elementos até então pertencentes ao campo da defesa dos direitos dos consumidores e do “consumo responsável”.

³² Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro.

O debate realizado no próximo capítulo trará novos elementos para a compreensão dessas recentes transformações que vêm sendo operadas dentro do espectro das mobilizações da sociedade civil internacional e nacional. A Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, nesse sentido, surge como um espaço privilegiado para a observação e análise da forma como a convergência entre os ideais dos movimentos de defesa dos consumidores e ambientalistas vem sendo construída no interior dos movimentos sociais e perante a sociedade.

3. Construção das mobilizações: Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos

No presente capítulo serão introduzidos os debates acerca do contexto internacional e nacional que possibilitaram o surgimento de uma reação organizada da sociedade civil. Para tanto nos valeremos, fundamentalmente, tanto do material produzido pela imprensa à época dos fatos mais marcantes, quanto da bibliografia que o analisou com maior grau de profundidade.

As entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação, por sua vez, ocuparão um papel central quando da discussão sobre o contexto de surgimento da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos propriamente. Nesse sentido, as ações que precederam a sua formação, até então tomadas individualmente por cada uma das organizações que a compunham, serão analisadas seguindo uma trajetória histórico-temporal, que culminará na formação de uma aliança em torno da proibição do cultivo e consumo dos OGMs.

Posteriormente, de forma separada, são analisados o perfil e participação do Greenpeace e do Idec. Para tanto, procuramos resgatar, de forma sintética, o caminho por elas percorrido, desde a sua fundação até o momento da atuação enquanto parte da referida Campanha. Imaginamos que, a partir desta abordagem, tornar-se-iam mais claras as suas motivações, bem como disporíamos de mais elementos para o entendimento e exata contextualização do papel desempenhado nesta aliança.

A partir deste momento, passamos à análise da construção de ações conjuntas entre ambas as organizações, onde avaliamos a correlação entre as forças sociais que integram a campanha e a experiência prévia adquirida em lutas anteriormente travadas, no caso do Greenpeace, especificamente, muitas vezes coexistindo similares no contexto internacional. São contempladas, basicamente, a estrutura que dava suporte às ações no âmbito da aliança e as estratégias das frentes de atuação da Campanha, cujo foco alternava-se do Estado para empresas, pequenos agricultores e consumidores finais, cada qual com períodos particulares de ênfase e intensidade.

Concluída esta fase, concentramo-nos em avaliar a percepção que foi construída pelos atores acerca do resultado das várias etapas de mobilização pelas quais atravessou a Campanha ao longo de sua trajetória. Caberá, portanto, analisar como foram interpretadas as suas relações entre si, com o Estado e a sociedade, e os reflexos destas para a atenção ou não dos objetivos inicialmente propostos pela Campanha.

Nosso objetivo neste capítulo, portanto, é o de introduzir, de forma contextualizada, o caso da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos enquanto um fato novo que trouxe novos elementos para a reflexão sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil na contemporaneidade.

3.1. Ações da sociedade civil no contexto internacional

Nos interessa analisar sob que forma a introdução dos OGMs em nossa alimentação motivou o surgimento de uma mobilização de diferentes grupos sociais em torno da polêmica questão. Nesse sentido, Pessanha e Wilkinson (2003) identificam como pioneiras as *Pure Food Campaigns*, posteriormente chamadas de *Campaign for Food Safety*. Segundo os autores, as mobilizações de caráter global, entretanto, tiveram início em 1997, com o *Global Days Action Against Gene Food*, de composição marcadamente diversificada tanto política quanto regionalmente.

A *Pure Food Campaign* (PFC) pode ser caracterizada como uma organização de interesse público não-lucrativa e dedicada à construção de um sistema de produção e consumo saudável, seguro e sustentável nos EUA e no mundo. A estratégia primária desta Campanha era auxiliar na construção de um boicote internacional aos OGMs promovido por consumidores, agricultores, trabalhadores e demais simpatizantes da causa contrária aos alimentos geneticamente modificados ou quimicamente contaminados.

Na ocasião do Dia de Ação Global contra Alimentos Geneticamente Modificados, durante a semana de 21 a 26 de abril de 1997, consumidores, ambientalistas, agricultores e outras organizações da sociedade civil de mais de 24 nações promoveram conjuntamente atos e conferências em frente a supermercados, empresas e escritórios governamentais a fim de fortalecer um boicote global contra a comercialização forçada de produtos derivados de milho e soja não devidamente identificados e testados e outros alimentos e grãos produzidos a partir de técnicas de manipulação genética.

Em outubro de 1997, a coalizão de cerca de 80 grupos representativos de agricultores familiares, ambientalistas e consumidores protestaram e realizaram conferências em diversas cidades estadunidenses (Washington, Minneapolis, Chicago e Kansas) a fim de difundir o boicote à soja geneticamente modificada da Monsanto e a variedade de milho transgênico da Ciba Geigy. A este se somaram atos igualmente marcantes em termos de destaque na grande mídia, também no mês de outubro, quando sementes de milho e soja

geneticamente modificadas foram despejadas em frente à Bolsa de Mercadorias de Chicago, instituição de referência na negociação de preços de *commodities*.

Ronnie Cummins, Diretor Nacional da *Pure Food Campaign* à época³³, acredita que uma campanha internacional agressiva feita por agricultores, consumidores e empresários progressistas seria a única forma de excluir os alimentos transgênicos do mercado³⁴.

A coalizão organizada pela Campanha já havia obtido vitórias em lutas contra a utilização do hormônio rBGH no leite, mas a batalha real contra os alimentos geneticamente modificados e as patentes sobre formas vivas estava a começar. Em uma era de corporações globalizadas e crescente industrialização e contaminação de alimentos, os “verdes” e as pessoas de orientação “progressista”, na visão de Cummins, não teriam alternativa senão desenvolver uma campanha em bases transnacionais. Cidadãos fragmentados e isolados não seriam capazes, portanto, de atingir empresas como a Monsanto ou outros cartéis internacionais.

Na seqüência do *Global Days Action Against Gene Food*, Silva-Sánchez (2003) relata a ocorrência de uma série de mobilizações de caráter internacional promovidas por movimentos sociais e pela sociedade civil organizada. Em 2001, durante o I Fórum Social Mundial³⁵, houve uma conferência dedicada ao debate sobre os OGMs, seguida por uma manifestação que ganhou grande destaque na imprensa local e internacional³⁶, evento no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) uniu-se ao ativista francês José Bové para destruir o campo experimental de soja transgênica da empresa Monsanto, localizado em Não-Me-Toque, a trezentos quilômetros de Porto Alegre (RS). A autora ainda destaca a criação da Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos (Rallt)³⁷.

Ao relacionar o global ao local, Silva-Sánchez identifica a existência de um protagonismo europeu em termos de mobilizações, mas que logo se estendeu aos demais continentes. Como resultado do poder de pressão dos grupos que se organizaram em torno da causa, alguns agentes do próprio mercado (por exemplo, as grandes redes de supermercados)

³³ Atualmente Ronnie Cummins é Diretor Nacional da Organização de Consumidores de Orgânicos dos EUA.

³⁴ Entrevista publicada na *Motín Magazine* em 3 de dezembro de 1996. Disponível em

<http://www.inmotionmagazine.com/monsanto3.html>

³⁵ O I Fórum Social Mundial foi realizado na cidade de Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001.

³⁶ Em 27 de janeiro de 2001, a Folha de São Paulo deu destaque, em sua edição digital, ao ato promovido em seqüência aos debates ocorridos durante o FSM, em matéria intitulada “MST queima soja transgênica da Monsanto: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u13945.shtml> (acessado em 5 de julho de 2011).

³⁷ A Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos foi criada em janeiro de 1999, como consequência do “Seminário Latinoamericano sobre Organismos Transgênicos e Biossegurança”, realizado em Quito, Equador. Segundo consta no sítio eletrônico da Rede, a RALLT “nasceu inspirada na necessidade das comunidades de desenvolver estratégias globais para fazer frente à intrusão de organismos geneticamente modificados e prevenir novas introduções na região. Fonte: <http://www.rallt.org/> (acessado em 12 de julho de 2011).

anteciparam-se às decisões governamentais e decidiram-se por rotular os produtos que continham transgênicos, ou mesmo definir qual política adotariam perante aos seus consumidores.

O processo de construção, no Brasil, da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, valeu-se de um nível considerável de influência e experiência internacionais, tanto em termos ideológicos, quanto em estratégias de mobilização. Tal constatação, entretanto, de forma alguma põem em segundo plano as particularidades do contexto brasileiro, uma vez que os movimentos sociais, mesmo para ONGs internacionais como o Greenpeace, terão de interagir com outra cultura política, estrutura social e institucional. Ao longo dos próximos capítulos, portanto, nos dedicaremos a esta abordagem.

3.2. Contexto do surgimento e construção da campanha

O primeiro carregamento de soja geneticamente modificada, importada dos Estados Unidos, chega ao Porto de São Francisco do Sul (SC) em 1997, contendo cerca de trinta e quatro mil toneladas do produto. Em reação a este, ocorria, assim, a primeira ação do Greenpeace contra os OGMs no Brasil, ilustrada por meio da foto abaixo, onde um ativista tenta acessar a embarcação.

(Figura 5)



Action on "Sanko Robust" ship
© Gilson Camargo/Greenpeace 1997

O ato do grupo ambientalista, por meio de sua *Genetic Hazard Patrol*, embarcação dedicada a ações desta mesma natureza ao redor do mundo, tentava impedir e/ou chamar a

atenção da sociedade para a chegada do primeiro carregamento contendo soja transgênica autorizado pela CTNBio³⁸.

Em entrevista³⁹ concedida ao sítio internacional da ONG na ocasião do ato, Marijane Lisboa, então diretora do Greenpeace, concedera a seguinte declaração:

“Os brasileiros não têm nenhuma idéia dos riscos decorrentes da disseminação de plantas geneticamente modificadas no ambiente natural, ou dos possíveis impactos na saúde humana”. Nesse sentido, a ação visava a “alertar o público brasileiro para a contaminação de seus alimentos pela engenharia genética”.

A cobertura da grande imprensa sobre os OGMs começa a se dar de forma mais intensa a partir do ano de 1998, mesmo ano em que a multinacional Monsanto solicita à CTNBio a liberação do cultivo comercial da variedade de soja geneticamente modificada *Roundup Ready*⁴⁰. Antes disso, em fevereiro do mesmo ano, a partir de denúncia anônima, a Polícia Federal encontra sementes de soja transgênica no aeroporto de Passo Fundo (RS). Na ocasião, suspeitou-se que o produto seria oriundo da Argentina.

A primeira atuação conjunta entre duas das ONGs que viriam constituir a Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos ocorre em setembro de 1998. Nesta data, Greenpeace e Idec obtêm liminar favorável na 11ª Vara da Justiça Federal (Brasília). A União ficava impedida de autorizar, por meio da CTNBio, o plantio comercial da soja transgênica enquanto não houvesse a regulamentação dos produtos geneticamente modificados e estivessem concluídos os EIA-RIMA⁴¹.

Deve ser ressaltado o recurso legal que fundamentou a decisão do Poder Judiciário concedendo liminar desfavorável à União. Na ocasião, fora aplicado o chamado “princípio da

³⁸ Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, criada pelo Decreto Nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, que regulamentou a Lei Nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, dispondo sobre a vinculação, competência e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e dá outras providências

³⁹ Arquivo Greenpeace de notícias – 14/12/1997. Fonte:

<http://archive.greenpeace.org/comms/97/geneng/press/december14.html> (acesso em 1º de maio de 2009)

⁴⁰ Variedade de soja geneticamente modificada resistente a um herbicida também produzido pela Monsanto, cujo princípio ativo é o glifosato.

⁴¹ EIA é a sigla para “Estudo de Impacto Ambiental” e RIMA “Relatório de Impacto Ambiental”. O RIMA é elaborado com base nas conclusões apontadas pelo EIA, constituindo, portanto, documentos complementares. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio depende de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual deverá ser dada a devida publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação legal. Todo o procedimento de elaboração do EIA/RIMA está previsto na Resolução CONAMA nº 01/86.

precaução”, que consiste em um sistema de estudos requeridos para a execução de atividades que possam causar significativo impacto adverso ao meio ambiente, e tem seus termos pautados no artigo 225, IV, da Constituição Federal/88: “*exigir na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”.

Mais uma vez atuando em conjunto na esfera judicial, Idec e Greenpeace obtêm nova liminar junto à 6ª Vara da Justiça Federal, onde era determinado que a Monsanto, “*ao vender sementes e mudas da soja transgênica, colha do comprador compromisso de que em todas as etapas (plantio, armazenagem e transporte) o produto seja mantido segregado, de modo a não se misturar aos grãos de soja natural, possibilitando a rotulagem final*”⁴².

Por meio da entrevista com a responsável do Greenpeace pela Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, Sra. Gabriela Vuolo, foi possível tornar mais claro o momento em que a Campanha começa a ganhar corpo. As ações no campo judicial anteriormente mencionadas, dos anos de 1997 e 1998, de alguma forma prepararam o terreno para a construção de uma mobilização de espectro mais amplo.

“Foi em 1998, quando a CTNBio aprovou, ainda naquela formação antiga, a soja transgênica. E o Greenpeace, junto com o Idec, entraram com aquele processo judicial, a ação civil pública, contra a liberação da CTNBio. Por quê? Porque não haviam estudos de impacto ambiental, etc. Foi aí que começou a tomar corpo mesmo. Eu acho que aquela ação de 1997, foi uma coisa mais isolada para já começar a preparar o terreno (...) Quando o negócio tomou forma mesmo foi a partir de 1998, com a ação civil pública, e quando começaram a entrar outras organizações no processo. Então tinha o Idec, aí depois entrou a AS-PTA, e aí começaram a se agregar [as demais organizações]”.

A reunião de diferentes organizações em torno da bandeira contra os OGMs teria se dado, na perspectiva do Greenpeace, pelo fato desta questão englobar uma grande variedade de aspectos, e não somente o ambiental. Ao discutir os transgênicos, não haveria como

⁴² Processo nº 98.34.00027681-8, fls. 478 e 479.

negligenciar sua interseção com o campo dos direitos dos consumidores, ou seus impactos na vida dos agricultores, entre outros.

“A questão dos transgênicos tem vários aspectos. Não envolve só o aspecto ambiental, envolve diferentes [aspectos]. Também está falando de questões de consumidores, de saúde, etc. Então, as organizações nas suas áreas começaram a perceber que tinham a ver com o seu assunto também (...), não era só uma questão ambiental. Começaram a se dar conta de que os transgênicos não eram um problema só dentro de um assunto, eram um guarda chuva de problemas (...). Seriam várias organizações, cada uma com seu peso, na sua área de relevância, falando sobre a sua área de especialidade”. (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

A identificação entre as organizações para constituição de uma frente teria ocorrido, dessa forma, por meio das expectativas que tinham do impacto das novas biotecnologias de manipulação genética para o meio ambiente, saúde e trabalho. As ONGs participantes da campanha, cada uma com sua especificidade e experiência em um determinado campo, atuariam, portanto, naquilo que considerassem ser adequada e benéfica sua contribuição, o que caracterizaria uma estrutura aberta e autônoma de funcionamento.

Um capítulo simbólico da estratégia de articulação nacional e internacional da luta contra a liberação dos transgênicos foi o lançamento “Aliança Internacional pela Moratória”, uma iniciativa da Fundação Heineich Böll e da Campanha “Por um Brasil livre de transgênicos”, lançado no Seminário Internacional “Alimentos Transgênicos: Aliança Internacional pela Moratória, ocorrido no Rio de Janeiro, em 31 de maio de 2000 (Figura 6).

(Figura 6)



Fonte: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/campanhas/alianca-internacional-pela-moratoria>

A partir da “preocupação com os possíveis impactos dos OGMs”, parlamentares de diversos países⁴³ decidiram, conjuntamente, expressar sua posição em favor de uma Aliança Internacional pela Moratória.

Esta declaração, com a assinatura de parlamentares e autoridades e o apoio de importantes organizações da sociedade civil de diversos países⁴⁴, entre elas Greenpeace e Idec, foi entregue à FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Nesta declaração, os parlamentares signatários firmavam quatro compromissos: (1) criação de uma rede interparlamentar "Por um Mundo Livre de Transgênicos" com o intuito de fortalecer a solidariedade internacional e a luta pela moratória desses produtos e facilitar a troca de informações entre iniciativas tomadas em diferentes países no enfrentamento da questão, exigindo, com base no princípio da precaução, a suspensão imediata de qualquer ação que legalize a produção e a comercialização de alimentos transgênicos, nacionais ou importados uma vez que o Protocolo de Biossegurança, assinado no final de Janeiro de 2000, em Montreal, confirma no artigo 10, o direito de vetar a importação de OGMs; (2) elaboração

⁴³ A lista completa pode ser acessada em <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/campanhas/alianca-internacional-pela-moratoria/>

⁴⁴ Brasil, EUA, Uruguai, Equador, Alemanha, Colômbia, Austrália, Argentina, El Salvador, México, Costa Rica, Bolívia e Índia.

e implementação de um esquema eficaz, que garanta ao consumidor a informação a que tem direito, através da rotulagem dos produtos geneticamente modificados, baseado nas normas fixadas no Protocolo de Biossegurança. A rotulagem deve claramente informar, destacando métodos da produção a base de engenharia genética "Este produto contém organismos geneticamente modificados (OGMs)"; (3) estabelecimento de métodos comuns para avaliação dos riscos ambientais e da saúde humana tomando em consideração o princípio precautório em relação à avaliação dos riscos à liberação, consumo e produção de matérias primas e alimentos geneticamente alterados; e (4) promoção de pesquisa pública dentro dos princípios de ética, da sustentabilidade social, econômica e ambiental, voltada à solução das necessidades das grandes majorias e evitando maior concentração e dependência, visando preservar as pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, baseados numa agricultura tradicional e sustentável.

Como pode ficar claro, a Campanha não optou por uma via única de ação. As iniciativas construídas se deram tanto em termos de mobilização e “conscientização” dos consumidores e produtores rurais, quanto junto à esfera da política institucionalizada e do empresariado. A fim de melhor situar os campos de ambos os atores objetos desta dissertação, consideramos necessário uma breve introdução às trajetórias de formação do *Greenpeace* e do Idec, e, posteriormente, adentraremos na análise dos pormenores que permitiram o estabelecimento de uma aliança em torno da causa antitransgênicos.

3.3. O Greenpeace

De acordo com informações oficiais coletadas no sítio da organização, seu surgimento data do ano de 1971, no Canadá. Sua atuação é estruturada sobre quatro princípios fundamentais, os quais fazemos conhecer a seguir:

Independência

O Greenpeace é uma instituição sem fins lucrativos e independente, por isso não aceita doações de governos, empresas ou partidos políticos. Nosso trabalho existe graças à contribuição de milhões de colaboradores em todo o mundo, que garantem nossa independência e o nosso compromisso exclusivo com os indivíduos e com a

sociedade civil. A independência política e econômica permite que o Greenpeace assuma riscos e confronte nossos alvos. Esta característica também assegura nossa liberdade de posicionamento e de expressão. Assim, nós também estimulamos o uso racional e efetivo dos recursos disponibilizados. A transparência é o que nos dá autoridade e credibilidade.

Não-violência

A não-violência é um requisito fundamental para as nossas atividades. Ela está embutida em nossas ações, nossas palavras e em nossa forma de atuação. A não-violência permeia todo o trabalho do Greenpeace seja com governantes, empresários, outras instituições ou com a população.

Confronto não-violento

O Greenpeace trabalha usando confrontos não-violentos e criativos para chamar a atenção do público para um determinado problema. Essa ferramenta também é utilizada para incentivar as pessoas a agirem e mudarem seu comportamento. O confronto não-violento possibilita que o Greenpeace desafie empresas e governos a mudarem de atitude, pressionando-os a encontrar novas soluções para antigos problemas. O objetivo final sempre é transformar o planeta num lugar melhor para viver e garantir às futuras gerações os mesmos recursos disponibilizados pela Terra.

Ação conjunta

Nós acreditamos que a mudança de atitudes individuais pode fazer uma grande diferença para o futuro do planeta. Juntos, nós podemos enfrentar os problemas e promover soluções. No início da década de 70, um pequeno grupo de pessoas teve a iniciativa de agir e, assim, o Greenpeace surgiu e existe até hoje. Nós incentivamos todos aqueles que se preocupam com o futuro a fazer o mesmo: a agirem.

Conectando milhões de pessoas que têm os mesmos valores ao redor do mundo, o poder de mudança torna-se global.

Ao completar quarenta anos em 2011, o *Greenpeace* ostenta o título de maior organização ambiental do mundo. Segundo Castells (2000), seu perfil enquanto movimento ambientalista caracteriza-se, entre outros, por atitudes fortemente pragmáticas, aproximando-se muitas vezes de estratégias tipicamente empresariais. O planejamento das ações atravessaria basicamente o seguinte roteiro: a) identificação, por meio de informações e técnicas investigativas, de situações possivelmente problemáticas para o meio ambiente em todo o planeta; b) construção de campanhas específicas dotadas de metas concretas e mensuráveis; c) execução de ações de forte apelo midiático, a fim de levar o debate ao conhecimento do grande público.

A consequência direta a ser provocada pelas ações da organização seria, em um primeiro momento, a publicização de uma questão até então desconhecida por grande parte da sociedade, seja por seu caráter local ou talvez por se tratar de uma matéria de caráter extremamente técnico. O produto desta massificação, por sua vez, seria uma grande pressão provocada sobre empresas, governos ou instituições internacionais no sentido de provocar ou reverter uma determinada posição pública.

Pautados por tais princípios, a participação do *Greenpeace* na Campanha é avaliada pela própria ONG como sendo de importância fundamental para o sucesso de algumas das batalhas que travaram ao longo da trajetória de participação, ou mesmo apenas pelo fato de terem conquistado certo grau de visibilidade para o debate sobre os transgênicos.

“O Greenpeace tem uma força que acredito que as outras organizações não tenham, que é o fato de ser uma organização global, e que faz essa campanha em outros países também, e que por isso a gente consegue brigar com a Bunge aqui, na Europa, na China (...). Então acho que isso dá um papel para a gente diferente do papel dessas outras organizações, que é o de brigar com quem precisar brigar aqui e em outros lugares, então é uma coisa mais global”.
(Gabriela Vuolo, *Greenpeace*, outubro de 2008).

Apesar de caracterizar-se por um grau considerável de centralização na gestão dos recursos financeiros⁴⁵, o mesmo não ocorre quando analisamos a forma com que as atividades são, na prática, organizadas. Os escritórios regionais – América do Norte, América Latina, Europa e Região do Pacífico – da organização gozam de certa autonomia para produzir materiais de campanha e construir alianças com atores sociais locais que militam no mesmo tema.

A utilização dos recursos é organizada sob a forma de campanhas, havendo uma subdivisão de acordo com o tipo de questão abordada. Em meados da década de 90, as campanhas existentes tratavam de substâncias tóxicas, recursos energéticos e atmosfera, questões nucleares e ecologia oceânica/terrestre (Castells, 2000). Atualmente⁴⁶, as campanhas globais encontram-se divididas em sete grandes grupos: mudanças climáticas, florestas, oceanos, agricultura, poluição tóxica, energia nuclear e paz e desarmamento.

Organizar-se sob a forma de eixos temáticos globais, dessa forma, permitiria ao Greenpeace posicionar-se frente aos mais diversos assuntos, com graus de intensidade variando conforme o contexto em que estes se encontrem circunscritos. Para a organização, é fundamental que sempre haja uma correlação entre o local e o global. Tal diretriz acaba por evitar que se crie uma grande distância entre ambas as realidades, ou mesmo que sejam gastas energias em causas que não guardem grau significativo de identidade em relação ao ambiente macro.

“O Greenpeace tenta é sempre refletir o que esta acontecendo no mundo lá fora dentro das suas campanhas... e isso, inclusive, é um motivo pelo qual alguns países não têm algumas campanhas. Porque em alguns países uma campanha é mais importante do que em outros países? Porque naquele país, naquele contexto, aquela campanha é mais importante do que em outro lugar. Então o tamanho das campanhas varia muito”. (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

⁴⁵ Os recursos financeiros do Greenpeace são constituídos por doações apenas de pessoas físicas e, em pequena escala, da venda de produtos com a marca da organização.

⁴⁶ O andamento e as atividades das campanhas podem ser acompanhadas por meio do portal global do Greenpeace, na aba “*what we do*”, no endereço <http://www.greenpeace.org/international/> (acessado em 22 de fevereiro de 2010).

Para Castells (2000), esta característica seria própria dos movimentos de defesa do meio ambiente. Ao defender a idéia de que os ecologistas almejam a criação de uma *nova identidade sociobiológica* a fim de superar o espectro do nacionalismo, que impediria, por sua vez, o sentimento de unidade entre a espécie humana e de inter-relação entre os territórios, o autor sintetiza esta “ambígua” relação entre as esferas global e local na afirmação abaixo transcrita.

“Os ecologistas são, ao mesmo tempo, localistas e globalistas: globalistas na maneira de tratar o conceito de tempo, localistas em termos de defesa do espaço. O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local”. (p. 156)

3.4. O Idec

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) é uma associação de consumidores criada em 1987, cuja missão é a de “*promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo, com total independência política e econômica*”⁴⁷. Grande parte dos seus idealizadores e fundadores tiveram como origem o PROCON do Estado de São Paulo, primeiro órgão oficial de proteção ao consumidor. O perfil destes era marcado por sua ligação com causas da sociedade civil e pela luta em favor da redemocratização (Sorj, 2000).

Segundo o estatuto do Instituto (2007), seus objetivos primordiais são contribuir para: a) que seja atingido o equilíbrio ético nas relações de consumo, por meio da maior conscientização e participação do consumidor e do maior acesso à Justiça; b) a implementação e aprimoramento da legislação de defesa do consumidor e de matérias correlatas; c) a repressão ao abuso do poder econômico nas relações de consumo e nas demais relações jurídicas correlatas; d) a melhoria da qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à melhoria de qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

⁴⁷ Extraído de “Missão do Idec”, disponível em <http://www.Idec.org.br/missao.asp> (acessado em 21 de novembro de 2010)

A fim de atingir os objetivos acima listados, o Idec relaciona um conjunto de ações passíveis de adoção. A primeira delas é a de informar e orientar o consumidor sobre produtos e serviços e sobre todos os demais aspectos envolvidos nas relações de consumo, incluindo legislação, regulamentação, fiscalização e ética. Para tanto, podem ser realizados testes comparativos entre produtos e serviços oferecidos ao consumidor, promover estudos, pesquisas e eventos relacionados com as relações de consumo, a qualidade de produtos e serviços, a defesa do consumidor e o consumo sustentável, cuja divulgação pode incluir materiais informativos destinados ao cumprimento dos objetivos do Instituto.

Cabe notar que há um destaque para a atuação judicial ou extrajudicialmente em defesa do consumidor, associado ou não, nas relações de consumo e qualquer outra espécie de relação correlata, coletiva ou individualmente, também perante os poderes públicos ou na defesa de quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Feita esta pequena introdução às origens do Idec, entendemos que é necessário relacioná-la ao contexto do surgimento de novos movimentos sociais relacionados ao consumo, enquadrados, por alguns autores, na categoria de “movimentos sociais econômicos”.

O conceito de movimento social econômico foi utilizado por Gendron *et ali* (2006) ao se referir às novas formas adotadas por movimentos sociais na chamada era globalizada, que passam a aplicar, como mecanismo de pressão contra governos, Estados e empresas, ações no âmbito do mercado. Uma diferença marcante em relação aos movimentos sociais mais tradicionais se dá em torno de sua institucionalização. Enquanto os primeiros recorrem à via das instituições políticas, os últimos optam pelas novas oportunidades de ação política abertas no campo do mercado, caracterizando-se, portanto, por uma “institucionalização econômica”.

O Estado, que até então ocupava a posição de alvo preferencial das reivindicações dos movimentos sociais, passa a dar lugar ao mercado. É de suma importância ressaltar, entretanto, que as instituições “tradicionais” não foram esvaziadas por completo. Ainda há muito de político nelas, tanto que continuam sendo alvo de disputas decisivas, tais quais as foram durante, por exemplo, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. A possibilidade cada vez mais eficiente e eficaz de atuar via mercado, por sua vez, traz elementos inovadores ao repertório de ação política dos movimentos sociais, não exclusivamente os classificados de “econômicos”, mas também os ditos “tradicionais”, que progressivamente vêm adotando estratégias que até então não pertenciam às suas formas tradicionais de mobilização.

A fim de melhor situar o Idec no amplo espectro que congrega diferentes orientações no campo dos movimentos de consumidores, nos valeremos de três categorias propostas por Portilho (2009) para distinguí-los quanto aos seus objetivos e ações. Haveria, portanto, *(a) os movimentos de defesa dos direitos do consumidor, ou consumerismo, que surgem como reação à situação de desigualdade entre fornecedores e consumidores, construindo a noção de direito do consumidor; (b) os movimentos anticonsumo, vinculados à crítica à “sociedade de consumo” e (c) os movimentos pró-consumo responsável, que visam a construir uma nova cultura de ação política através das práticas de consumo* (p. 201).

Diante das três categorias acima propostas, poderíamos enquadrar o Idec no primeiro grupo. Sua identidade e sua origem encontram-se fortemente vinculadas à luta pelos direitos do consumidor no Brasil, conforme já mencionado anteriormente.

Não há como negar, entretanto, que ações no sentido de promover um “consumo responsável” venham ganhando, progressivamente, maior importância dentro do campo de ações empreendidas pelo Idec⁴⁸, tanto individualmente, quanto em campanhas das quais este faz parte.

Ao longo das últimas duas décadas, assistimos ao fortalecimento de uma tendência à complementaridade entre a luta pró-consumo responsável e a da defesa dos direitos do consumidor, expressa na tendência de politização e ambientalização do consumo, como apontado por Portilho (2005 e 2006). Nesse sentido, a autora identifica o aprofundamento da concepção, a partir da década de 90, de que os atuais padrões de consumo da sociedade encontravam-se intimamente relacionados aos problemas ambientais emergentes. Essa mudança viria a encerrar um ciclo, inaugurado na década de 1970, que concebia a problemática ambiental enquanto questão relacionada aos padrões de produção dos países mais desenvolvidos.

Com relação especificamente à inserção do Idec na problemática dos alimentos contendo organismos geneticamente modificados, sua primeira participação, em ambiente institucionalizado, data do ano de 1996. Inicialmente, e nesse mesmo ano, a ONG chegou a compor a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Sua trajetória na referida Comissão foi marcada por uma série de discordâncias em relação aos procedimentos empregados durante o processo de avaliação da liberação dos transgênicos no país,

⁴⁸ Como exemplo desta nova tendência seguida pelo Instituto, podemos citar a seção “Consumo Sustentável”, presente no sítio do Idec, que subdivide-se nas seguintes categorias: Informação e Educação, Água, Alimentos, “Energia, Lixo, Construção, Transporte e Biodiversidade. Na referida seção, o Idec afirma que seu objetivo é o de “contribuir para a promoção da mudança dos padrões de consumo e para a formação de cidadãos conscientes, participativos e críticos, por meio de sua sensibilização e capacitação”.

consistindo basicamente em uma posição contrária a decisões anteriores a avaliações conclusivas da referida Comissão acerca de possíveis impactos para a saúde e o meio ambiente.

Posteriormente, o Idec deixou a Comissão por discordar dos procedimentos para a liberação dos transgênicos no Brasil, que, na sua perspectiva, se concretizavam sem a elaboração de regulamentos adequados de segurança à saúde, meio ambiente e de rotulagem desses produtos.

A partir desse momento, o Idec buscou ampliar a discussão sobre os transgênicos articulando-se em um movimento nacional com outras entidades de defesa do consumidor e meio ambiente.

Para o Idec, sua entrada na Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos foi considerada à época pertinente, visto que, ao articular-se com as demais organizações da sociedade civil interessadas em um aprofundamento prévio nas pesquisas antes de qualquer liberação para comercialização, seria possível atingir os resultados pretendidos com maior facilidade, visto que a união dos esforços de cada organização difundiria a mobilização em uma diversidade de grupos sociais.

“É uma campanha que discute questões ambientais com coisas de agricultura e questões de consumidor. O Idec entrou porque tem esse componente de direito à saúde, direito à informação e tudo mais. Lógico que o Idec tem um trabalho bastante significativo também com relação ao meio ambiente, mas, tratando de consumo sustentável, a taxa da informação dos consumidores sobre os impactos do consumo no meio ambiente ainda é relativamente baixa, (...) mas o olhar inicial do Idec veio por causa das questões de saúde e de direito à informação.

A Campanha, na perspectiva da ONG, propõe questões que ultrapassam os limites impostos pelos campos econômico e ambiental. Foi possível, por meio da articulação promovida pela rede, trazer ao debate questões que envolviam agricultura, trabalho, saúde, consumo consciente, direito à informação e democracia. Em sua fase inicial, o Idec valeu-se da defesa de causas relacionadas à saúde e direito à informação, ambas inseridas dentro de uma visão que os situava em um contexto de acesso a direitos, especificamente aqueles relativos aos direitos do consumidor.

3.5. Aliança entre Movimento Ambientalista e de Consumidores: construção de ações conjuntas e atuação

Conforme descrito ao longo deste trabalho, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos é composta por uma ampla rede de organizações, que reúne ONGs de diferentes ideários, associações de pequenos agricultores, movimentos sociais populares, entre outros, o que faz com que esta seja particularmente marcada por sua pluralidade.

Nesse sentido, a estrutura de funcionamento da Campanha sempre priorizou o aspecto da autonomia e independência de cada entidade integrante. Conforme o relatado pela representante do Greenpeace entrevistada, não havia um calendário fixo para o estabelecimento de uma agenda de ações. Reuniões ocorriam esporadicamente e visavam mais à discussão de cenários do que planejamento.

O caminho adotado para a construção de posições segue a mesma orientação anteriormente descrita. Quando do surgimento de uma nova questão ou fato novo, cada um dos grupos o interiorizava e, posteriormente, dialogava e expunha sua posição aos demais, preservando as especificidades dos seus campos de atuação. Não existe, portanto, no âmbito da campanha, um processo formal de construção de posições unificadas em relação a quaisquer questões.

“É uma campanha em que várias organizações se juntam para fazer coisas juntas, mas também fazem coisas separadas” (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

Apesar da inexistência de uma obrigatoriedade de construção de posição única e da preservação da autonomia na construção de atos públicos contrários à liberação para consumo dos OGMs, a fase inicial da campanha contou com a utilização de uma série de símbolos e logotipos que a identificavam enquanto grupo. Em relação a este aspecto, a responsável pela campanha de engenharia genética do Greenpeace revelou que esta marca (figura 7) encontra-se em desuso. Cada uma das organizações passou a utilizar seus próprios nomes e logotipos. Por estruturar-se como “campanha” e não enquanto “rede”, cada qual falava em nome de si próprio.

(figura 7)



Criada em 1997 e, portanto, anterior à Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, a campanha de engenharia genética do Greenpeace já atuava em diversas frentes na luta contra a introdução dos transgênicos no país. A partir de 1998, juntamente com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), ambas as ONGs passaram a atuar no Judiciário contra a União e a Monsanto, a fim de barrar a liberação de uma variedade de soja transgênica no Brasil. A partir da consolidação da Campanha, a divisão do trabalho passa a ser feita em três diferentes frentes, cada qual com seu responsável. Havia a frente política, a de consumidores e a empresarial.

A frente política era dedicada às discussões de ordem legal, tais como o acompanhamento de projetos de lei de iniciativa do Poder Legislativo que possuíssem alguma relação com a questão dos transgênicos, ou mesmo a edição das Medidas Provisórias que liberaram as primeiras colheitas de soja transgênica.

As ações pensadas para atingir o público de consumidores também eram preparadas por uma frente própria. Inicialmente houve distribuição de material nas ruas, portas de supermercados e conversas com grupos organizados de donas de casa. O objetivo principal do Greenpeace era o de levar ao grande público o debate que muitas vezes permanecia restrito à esfera da técnica ou da publicidade das grandes corporações.

O trabalho junto às empresas era pensado em conjunto com aquele feito com os consumidores. A tarefa consistia em uma intermediação entre os interesses dos consumidores, alvos de algumas das campanhas do Greenpeace, e o do setor de marketing de grandes empresas do setor de produção, processamento e varejo de gêneros alimentícios. A idéia primordial era a de levar as empresas a adotar uma posição anti-transgênicos como uma estratégia de mercado, dada a rejeição expressa a priori pelos consumidores.

Um modelo de abordagem adotada pela organização junto às empresas consistia em uma carta encaminhada às principais empresas do setor de produção, processamento e varejo de gêneros alimentícios do mercado brasileiro. Por meio desta, a empresa era questionada quanto ao seu posicionamento em relação à adoção de variedades transgênicas em seus produtos, bem como acerca do respeito aos termos do Código de Defesa do Consumidor e ao Decreto de Rotulagem⁴⁹. Uma cópia da carta encaminhada em 2008 ao Grupo Vigor encontra-se disponível no anexo IV.

Como parte de suas ações dentro do escopo da Campanha, desta vez fazendo parte do campo de ações próprias e “tradicionais” do Greenpeace, em maio de 2000 a organização impede o descarregamento de uma carga de 30 mil toneladas de milho suspeita de conter transgênicos. Tratava-se de uma importação da empresa Perdigão vinda dos EUA.

“Segundo técnicos da organização não-governamental ambientalista Greenpeace, dois navios vindos da Argentina chegaram ao Brasil nesta semana com carregamento de milho transgênico. Os navios estão no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A entidade já alertou as empresas que importaram o produto, a Perdigão e a Pena Branca, bem como o Ministério Público do estado e o Ministério da Agricultura. Além disso, os técnicos acreditam que outras cargas contaminadas com grãos transgênicos já devem ter entrado no país, uma vez que várias indústrias alimentícias estão importando milho dos Estados Unidos e da Argentina, países que produzem organismos geneticamente modificados. Por isso, o Greenpeace está fazendo um alerta geral junto a portos, procuradorias e governos estaduais. Até o momento, de acordo com a ONG, as empresas Perdigão e Pena Branca não comprovaram que o milho em questão não é transgênico.”⁵⁰

No mês de junho do mesmo ano, o Greenpeace Brasil e o Idec solicitaram análise de produtos brasileiros em um laboratório independente austríaco. Em 11 lotes de produtos vendidos no Brasil foram encontradas indícios de soja e milho transgênicos. Em setembro, o

⁴⁹ Decreto Federal 4680/03.

⁵⁰ Agência Brasil, 2 de junho de 2000. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2000-02-06/greenpeace-impede-desembarque-de-carga-de-milho-transgenico> (acessado em 10 de maio de 2009)

Greenpeace divulgou uma nova lista com mais outros quatro produtos. As denúncias foram levadas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que ordenou a retirada dos lotes testados de circulação.

“Produtos fora do mercado – A luta contra os alimentos transgênicos começa a ser travada nos supermercados. O Greenpeace está mobilizando seus grupos de ativistas espalhados pelo país para realizar a campanha ‘Transgênicos: no meu prato não’”. Ontem em Porto Alegre, no bairro Moinho de Vento, 15 ativistas recolheram produtos das prateleiras de um supermercado da rede gaúcha Zaffari. A campanha deverá ser levada nos próximos dias a outras capitais, como Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Belo Horizonte.”⁵¹.

Atentemos para o significado que guarda a ação acima citada, veiculada na imprensa pelo jornal Correio Braziliense, intitulada *“Produtos fora do mercado – A luta contra os alimentos transgênicos começa a ser travada nos supermercados”*. As atividades do Greenpeace contra os OGMs, até então caracterizadas por ações de grande repercussão midiática e direcionadas em sua maioria ao campo da produção, tais como impedir o desembarque de carregamentos de soja e milho transgênicos pertencentes a grandes empresas de processamento de alimentos e ataques às multinacionais de pesquisa e desenvolvimento de novas variedades geneticamente modificadas, passam a se intensificar na esfera do consumo, tendo como *locus* de ação os supermercados.

Conforme o apontado por Portilho (2005 e 2006), o processo de politização e ambientalização das práticas de consumo funcionaria como um canal para expressão de um interesse na esfera pública, que por vezes pode não ser tão frequentemente manifestado pelas vias institucionais. Dessa forma, a adoção da estratégia de ação direta junto à rede varejista poderia permitir o acesso a um grupo de consumidores “difusamente politizados” e não-organizados (Portilho, 2009).

O relativamente recente – e progressivamente intenso – o direcionamento de ações de movimentos sociais para o campo do consumo, certamente guarda relações com uma

⁵¹ *Correio Braziliense - 4 de outubro de 2000. Fonte:* http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2000/10/4/internas_brasil,245016/produtos-fora-do-mercado-a-luta-contra-os-transgenicos-comeca-a-ser-travada-nos-supermercados.shtml (acessado em 3 de abril de 2009)

mudança fundamental ocorrida no campo discursivo. Como aponta Portilho (2005), a partir da década de 90 emergiu um novo discurso no interior do movimento ambientalista, construído com base no entendimento de que altos padrões de consumo associados a estilos de vida relacionavam-se intimamente a igualmente elevados níveis de impacto ambiental. Tal mudança discursiva é chamada pela autora de “um segundo deslocamento, desta vez de uma preocupação com os problemas ambientais relacionados à produção, para uma preocupação com os problemas ambientais relacionados ao consumo”. (p. 2)

A percepção da transformação da esfera do consumo em um campo de participação política ativa tem sido abordada por diversos autores e serviu de base para a pesquisa de Stolle, Hooghe e Micheletti (2005), publicada por meio do artigo “*Politics in the Supermarket: Political Consumerism as a Form of Political Participation*”.

Uma exemplificação do referido processo é representada pela relação proposta pelos autores entre as expressões *boycott* e o neologismo *buycott*. Como *boycott*, na esfera do consumo, entendemos o ato de recusa de uma coletividade a determinado produto ou empresa. Em sentido oposto – mas não contrário - situa-se o *buycott*, que significa o ato de compra fiel a valores sociais com os quais se deseja expressar identificação. Ambas as manifestações podem ser consideradas ações individuais, embora sejam normalmente organizadas de forma coletiva. Representam duas ferramentas de intervenção na sociedade e no mercado via consumo.

Independentemente da forma como os “consumidores políticos” agem individual ou coletivamente, suas escolhas no mercado refletiriam uma compreensão de sua forma de inserção em um complexo contexto social e normativo, o qual os autores chamam de “política por detrás dos produtos”. Cada vez mais os cidadãos sentiriam-se inclinados a expressar suas convicções políticas e morais por meio do mercado⁵².

Compartilhamos da perspectiva de Stolle, Hooghe e Micheletti, que alertam, a partir de tais dados para o risco de se afirmar a ocorrência de um declínio da participação política dos cidadãos de uma forma geral, enquanto que, na realidade, podemos estar a vivenciar uma fase de transição e inovação no campo das estratégias de intervenção social.

Sob o enfoque dos Movimentos Sociais Econômicos, concordamos com a posição Picolotto (2008), que aponta para a necessidade de se pensar o mercado não enquanto um

⁵² Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) citam como exemplo os resultados do “Swedish Study of Power and Democracy”, que apontam para um crescimento de aproximadamente 100% na utilização de boicotes em reivindicações sociais e políticas entre os anos de 1987 e 1997. No ano de 2002 cerca de 33% dos suecos declararam ter boicotado algum produto nos últimos doze meses, ao mesmo tempo em que 55% orientaram a compra de alguma mercadoria com base em motivações políticas, éticas ou ambientais.

espaço de interação impessoal entre intenções racionais de produtores e consumidores, mas sim como um campo onde valores sociais e culturais se entrecruzam, permitindo a expressão de conflitos e a construção de consensos.

Nesse sentido, as ações da Campanha buscaram explorar a tendência apontada pelos autores acima referidos. A inauguração de uma nova linha de enfrentamento junto aos consumidores ganha, ao longo da campanha, crescente importância. As ações, que inicialmente eram preparadas em companhia com as frentes política e empresarial, passam a representar uma importante parcela de participação no âmbito das atividades do Greenpeace dentro da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

Nesse aspecto em específico, não podemos deixar de mencionar a elaboração do “Guia do Consumidor” pelo Greenpeace. A cartilha é uma publicação que teve sua primeira edição em maio de 2002, e tem como objetivo informar e esclarecer dúvidas sobre o tema, além de listar as empresas que utilizam, na produção ou processamento dos alimentos e derivados, ingredientes fabricados com sementes geneticamente modificadas.

“O objetivo deste guia é informar a população de que podemos estar comendo transgênicos sem saber. O Guia do Consumidor também pretende ser uma ferramenta para que todos os cidadãos possam evitar o consumo dos produtos transgênicos.”⁵³

Desde a primeira publicação até a edição de 2008, o link para acesso *online* contabilizou mais de um milhão de acessos. O número de cópias impressas, no momento não mais utilizadas por haver priorização do acesso via *web*, ultrapassou a marca de 300 mil.

⁵³ Guia do Consumidor, 4ª Edição, atualizada em outubro de 2004.

(Figura 8)



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/transgenicos/consumidores>

Conforme divulgação na subseção de “Consumidores” da área do sítio dedicada à questão dos transgênicos⁵⁴, o conteúdo do Guia é o produto final do trabalho desenvolvido pela ONG junto às empresas. Todas as companhias citadas nas listas divulgadas pela publicação foram questionadas por meio de correspondências encaminhadas às suas sedes. A carta consistia em breves perguntas, que visavam a averiguar se estas utilizavam variedades de soja ou milho transgênicos no processo de fabricação dos seus produtos. De acordo com a resposta fornecida (ou em caso de falta de retorno), as empresas são classificadas em duas categorias de listas: verde ou vermelha.

Na lista de cor verde estão alocadas as companhias que declaram não utilizar OGMs, além de adotar medidas que os previnam de porventura sofrerem algum tipo de “contaminação” de seus ingredientes ao longo de todo o processo que envolve sua produção. Tal resposta é encaminhada por meio de carta ao Greenpeace, que promove a devida divulgação dos documentos apresentados.

As empresas que aparecem incluídas na lista vermelha são aquelas que não responderam aos questionamentos apresentados pela ONG ou que declararam não possuir um controle sobre a procedência de todos os ingredientes, além daquelas que rotulam seus próprios produtos como transgênicos. Tais medidas se aplicam às empresas, marcas ou às versões de cada uma das mercadorias (*diet, light* etc).

Quanto às exceções (produtos que não constam em nenhuma das duas classificações), o Guia sugere que os consumidores entrem em contato direto com os Serviços de Atendimento ao Consumidor das empresas a fim de solicitar esclarecimentos sobre o seu

⁵⁴ A seção pode ser acessada em <http://www.greenpeace.org/brasil/transgenicos/consumidores>

conteúdo em matéria de transgênicos, visto que estariam pautados por um direito que lhes é garantido pelo Código de Defesa do Consumidor⁵⁵.

O viés político do ato de consumir passa, portanto, a ser destacado e utilizado pela ONG. Além de todo o esforço empreendido na luta que se travou para impedir sua produção e comercialização, um novo campo de ação política e de militância em defesa da saúde e do meio ambiente, não necessariamente associada, se mostra possível por meio das práticas de consumo. A chamada para acesso à versão online do Guia do Consumidor traz a seguinte sentença:

“Quer ter uma participação mais ativa na proteção ao meio ambiente durante suas compras? Então consulte aqui a relação que fizemos das empresas que podem ou não usar matéria-prima transgênica em seus produtos. O meio ambiente agradece!”⁵⁶

Uma interessante discussão proposta por Cochoy (2004) problematiza as implicações das embalagens – e das informações nelas contidas – na construção de preferências pelo consumidor. Ao desmistificar a clássica oposição entre as teorias do cálculo e do condicionamento da rotina, o autor investiga quais as outras dinâmicas que operam no processo de escolha e até que ponto as embalagens contribuem para a desfeticização das mercadorias.

A relativamente recente conquista do cumprimento da lei da rotulagem de produtos contendo organismos transgênicos⁵⁷ foi objeto de matéria publicada no *site* do *Greenpeace* sob o título “Quem rotula amigo é”⁵⁸. As ações de rotulagem realizadas em supermercados pela ONG nos anos de 2003 e 2008 também são parte da estratégia de politizar o consumo.

⁵⁵ De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, em seu Art. 6.º item III, são direitos básicos do consumidor “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”.

⁵⁶ Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/transgenicos/consumidores>. Acesso em 1º de junho de 2009.

⁵⁷ Segundo o Greenpeace, no início de 2008, Bunge e Cargill passaram a seguir a lei, e os primeiros óleos rotulados começaram a chegar aos supermercados brasileiros.

⁵⁸ Acessado em 18 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Quem-rotula-amigo-e/>

(Figura 9)



Atividade realizada em 2003 pelo Greenpeace na qual recolheu das prateleiras de um supermercado produtos da lista vermelha do “Guia do Consumidor – lista de produtos com ou sem transgênicos”.

O discurso adotado pela Organização na referida matéria em muito se aproxima com aquele utilizado pelo Idec, ao qual nos referiremos adiante. A questão do respeito aos direitos e às leis já em vigor constitui uma importante evidência da tendência de convergência entre causas do movimento ambientalista e de consumidores, como pode ser observado nos trechos de matéria publicada no sítio do Greenpeace, transcritos abaixo.

A campanha pela rotulagem saiu das fábricas e ganhou os supermercados, em protestos realizados na Semana do Consumidor, em março de 2008. Munidos de adesivos com o símbolo de transgênicos, um "T" amarelo, ativistas rotularam nas prateleiras os óleos comprovadamente transgênicos.

Foi um barulho só e uma briga daquelas, mas que surtiu efeito. No início de 2008, Bunge e Cargill finalmente passaram a seguir a lei, e os primeiros óleos rotulados começaram a chegar aos supermercados brasileiros. O consumidor finalmente teve seu direito respeitado.⁵⁹

⁵⁹ Matéria intitulada “Quem rotula amigo é”, publicada no sítio do Greenpeace em 13 de abril de 2010. Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Quem-rotula-amigo-e/> (acessado em 8 de setembro de 2011).

Em uma reflexão acerca do seu papel na Campanha e em suas particularidades em relação às organizações que também a integram, o Greenpeace entende que uma característica que distingue sua participação das demais é a interface internacional própria da ONG, que se encontra estabelecida nos cinco continentes. Portanto, por ser uma organização global e travar embates semelhantes em outros países, o enfrentamento, por exemplo, com empresas de biotecnologia, química e alimentos não ficaria limitado aos limites dos territórios nacionais.

“Tem as outras organizações também, que são importantíssimas (...), mas o Greenpeace tem uma força que acredito que as outras organizações não têm, que é o fato de ser uma organização global, e que faz essa campanha em outros países também, e que por isso a gente consegue brigar com a Bunge aqui, na Europa, na China, entendeu? Então acho que isso dá um papel pra gente diferente do papel dessas outras organizações, que é o de brigar com quem precisar brigar aqui e em outros lugares, então é uma coisa mais global”. (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

A abrangência e atuação internacionais do Greenpeace facilitariam, ainda, a construção e interposição de argumentos científicos contrários à liberação dos transgênicos, possibilitando um debate mais próximo de uma igualdade de condições em relação ao discurso científico disseminado e patrocinado por empresas da área de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de novas variedades geneticamente modificadas.

“Eu acho que tem um outro ponto de vista também que eu acho que as outras organizações fazem, mas, talvez por elas não serem globais, têm menos espaço para fazer isso, que é o de apresentar contrapontos científicos. Então o Greenpeace muitas vezes é tido como não científico, mas se você for olhar, em todos os trabalhos tem uma série de estudos cientificamente embasados, com referências”. (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

Anteriormente à formação da Campanha, tanto o Idec como o Greenpeace já atuavam na matéria, cada qual com sua interface peculiar. Ambos mantinham conversas desde o ano de 1998. O primeiro mais incisivamente a partir de sua participação na CTNBio, e o

segundo principalmente devido à sua abrangência internacional – Europa e Estados Unidos –, fato que o levou a envolver-se com o tema antes mesmo que ele passasse a compor a pauta de debates da sociedade civil no Brasil.

O diálogo com o Greenpeace fora estabelecido, portanto, em 1998, ano em que nos encontrávamos na eminência de ver aprovada a variedade de soja geneticamente modificada resistente ao herbicida *Roundup*, denominada soja *RR (Roundup Ready)*⁶⁰. Naquele momento a então coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, Dra. Marijane Lisboa, entrou em contato com a direção do Idec no sentido de verificar como a questão estava sendo acompanhada pela organização, que a estava discutindo no âmbito da própria CTNBio, além de atuar em outros tipos de frente não-institucionais.

A estratégia política de impetrar ações civis públicas não foi “inaugurada” pelo Idec, como se suporia por se tratar de uma ONG composta fundamentalmente por advogados e, portanto, com ampla tradição de atuação na esfera jurídica. O Greenpeace foi o primeiro a adotá-la, em uma tentativa de barrar a importação de um carregamento de soja transgênica, impetrando-a em dezembro de 1997. No ano seguinte, o Idec ingressava com uma nova ação.

Ambas as ações têm em comum a mesma argumentação contrária à introdução de organismos geneticamente modificados no país, baseando-se no princípio da precaução e na aplicação do Código de Defesa do Consumidor. As mesmas pretendiam impedir o ingresso de uma variedade de soja transgênica no Brasil antes que fossem cumpridos todos os requisitos exigidos pelas leis nacionais.

Na primeira delas, iniciada pelo Greenpeace, era solicitada a proibição da importação de soja estadunidense pela empresa Monsanto e, alternativamente, no caso de ser admitida a importação, que fosse ordenada a rotulagem dos produtos derivados dos OGMs.

Na outra ação civil pública, ajuizada pelo Idec, pleiteava-se a suspensão da autorização para o cultivo da soja geneticamente modificada com base na ausência de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), na falta de norma específica sobre segurança alimentar e de informação adequada do novo produto aos consumidores.

Por conta de sua maior experiência junto ao Poder Judiciário, ambas as organizações entenderam que poderiam, a partir daquele momento, passar a cooperar nesse campo específico, dada a oportunidade que se abria de uma solução por uma via menos participativa em um primeiro momento, porém de resultados potencialmente mais imediatos em

⁶⁰ O pedido foi apresentado à CTNBio em 19 de julho de 1998. Dois meses depois, em 24 de setembro de 1998, a Comissão considerava que o plantio dessa soja não apresentava risco ao ambiente ou à saúde humana, e, portanto, autorizava o plantio da soja transgênica no país.

comparação com aqueles que dependeriam de mobilização de massas ou de esforços educativos de “conscientização”.

Considerando o modelo de funcionamento e organização da Campanha, caracterizada pela ausência de uma estrutura formal, a participação do Idec concentrou-se em sua área específica de conhecimento. Seu comprometimento em relação aos temas relacionados ao meio ambiente não fora estabelecido no mesmo momento em que iniciou-se o debate dos transgênicos no Brasil.

Em relação à abrangência do campo ambiental do Idec, Andrea Lazzarini, Advogada do Instituto, expôs, ao ser entrevistada para esta pesquisa, como se dá essa relação dentro da organização.

“O Idec atua na relação com a questão ambiental não pelos transgênicos. Nós temos bastante preocupação e tentamos trabalhar isso com os consumidores e a população em geral, discutindo a questão do consumo sustentável, na medida em que nosso consumo afeta mais ou menos o meio ambiente. O Idec tem um trabalho, tem uma publicação sobre consumo sustentável que fizemos trabalhando com a rede pública de ensino. Então é um manual para discutir isso: nossa responsabilidade, os nossos deveres enquanto consumidores, pois nós temos vários direitos, mas também temos deveres”. (Andrea Lazzarini, Idec, abril de 2009).

Como vemos, a perspectiva que a integrante da ONG possui acerca do alcance dos direitos dos consumidores visa à superação dos limites impostos pelo alcance das leis porventura já estabelecidas, visto que suas ações de caráter educativo muitas vezes não têm como foco apenas o respeito ao marco legal vigente. Algumas das atividades são estruturadas sobre a idéia de que iniciativas inovadoras e voluntárias emanadas da sociedade têm uma função reflexiva importante sobre a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Partindo dessa base, estamos seguros em afirmar que direitos do consumidor e meio ambiente constituem uma relação bastante próxima dentro do campo discursivo e prático da referida organização. Direitos, deveres e responsabilidades individuais e de grupo fazem parte da arena em que o Idec pensa as implicações da liberação dos organismos geneticamente modificados no Brasil. Os impactos para o meio ambiente não podem ser pensados sem que

se comprometa também com a discussão sobre saúde do consumidor, contemplados dentro de uma abordagem de direitos de cidadania.

Apesar das ações do Idec serem voltadas à esfera do consumo, em oposição ao Greenpeace, uma ONG ambientalista, a possibilidade da ação via consumidor não é pensada no interior da organização como a única em que podem ser travados embates com alguma chance de êxito. Na entrevista com Andrea Lazzarini podemos constatar que há inúmeras frentes que são colocadas simultaneamente, não havendo grande desigualdade entre a energia despendida pelo grupo em cada uma delas.

“Há várias frentes, então todas as frentes estão abertas, todas as frentes estão em discussão. Tem questões de meio ambiente, questões sérias envolvendo agricultores (...). A contaminação é uma questão séria, os agricultores estão se prejudicando, vão entrar na justiça. Então tem esse monte de discussões. A CTNBio teve várias decisões desfavoráveis na justiça, para que votassem em aberto, para que tivesse audiência pública de liberação comercial. Então eu acho que é um debate assim ainda que têm todas as frentes abertas, desde as questões de transparência e participação da sociedade até impactos ambientais e agricultura, enfim...”. (Andrea Lazzarini, Idec, abril de 2009)

No contexto das frentes as quais são feitas referências no trecho acima transcrito, devemos destacar a questão dos níveis de acesso à informação pelos consumidores brasileiros, questão chave para uma organização de defesa dos direitos dos consumidores. Trata-se de um dos princípios do consumerismo.

Para o Idec, há um grande abismo entre o alcance do acesso à informação pelos consumidores-cidadãos brasileiros quando comparados aos seus iguais estadunidenses ou europeus. Apesar de ter de operacionalizar suas ações de conscientização a partir deste cenário desfavorável, em relação aos transgênicos foi possível detectar, na opinião da entrevistada, através de pesquisa encomendada ao IBOPE, a qual faremos referência mais adiante, a *“existência de um nível de consciência coletiva nesse sentido”*, nas palavras de Andrea Lazzarini.

Seria necessário, segundo Lazzarini, fortalecer um pouco mais o trabalho junto à sociedade, com o objetivo de divulgar o que está ocorrendo, como as tomadas de decisões no

âmbito estatal estão se processando e quantificar os riscos aos quais estamos sujeitos como consumidores de tais produtos. A partir daí seria construído um novo patamar de onde seriam feitas as escolhas, produzindo, por sua vez, conseqüências para o mercado e a própria produção.

O Idec declara estar plenamente consciente de que há grandes empresas e grandes produtores de commodities que se posicionam do lado contrário aos transgênicos por razões pura e simplesmente mercadológicas. Há grandes produtores de sementes convencionais, não transgênicas, que têm nos mercados onde os transgênicos são proibidos o principal destino de suas vendas. Isso pressupõe que a este grupo é muito interessante que hajam rígidos padrões de controle na separação e rastreamento do produto, a fim de garantir que haverá formas de escoar a produção sem que esta seja contaminada.

As motivações anti-transgênicos de importantes agentes do mercado não parecem ter sido, de forma alguma, menosprezadas pelos movimentos sociais. Cremos que para ambas as organizações analisadas nesta pesquisa, não há tantas barreiras para tal consideração.

Um outro aspecto fundamental para compreendermos as relações que pautaram a prática de ambas as organizações em suas ações anti-transgênicos é a sua interface com o Poder Judiciário. Dentre os vários caminhos adotados por Idec e Greenpeace frente aos obstáculos que lhes eram impostos pelos agentes favoráveis à liberação dos OGMs, sejam estes do setor público ou privado, talvez o que tenha conseguido dar maior visibilidade à campanha e à questão tenha sido a estratégia de judicialização dos conflitos. Tanto na fase pré-campanha quanto ao longo de sua trajetória, inúmeras foram as pendências levadas pelas duas organizações à esfera judicial, seja separadamente por meio da associação construída na Campanha.

Uma das questões com as quais nos indagamos foi exatamente o porquê da relativamente freqüente adoção desta via de luta. Poderíamos a princípio reconhecer este como um caminho “natural” para o Idec, uma vez que a entidade é pautada na garantia dos “direitos do consumidor” e o perfil de seus componentes é predominantemente de especialistas na área jurídica. Entretanto, por que uma organização como o Greenpeace, muitas vezes marcada por atos de grande repercussão midiática, estaria dando tamanha ênfase ao recurso via Poder Judiciário, mesmo antes de se associar ao Idec?

Para Pessanha (2004), a judicialização da política e dos conflitos seria uma das conseqüências do processo em curso de positivação de direitos.

“Os processos judiciais envolvendo a produção, comercialização de sementes e grãos transgênicos, demonstram a magnitude dos conflitos de interesses públicos e privados em torno seja do status dos recursos genéticos; seja dos riscos envolvendo a aplicação da engenharia genética ao sistema agroalimentar e seus efeitos sobre o meio ambiente”. (p. 2)

A posição defendida pela representante do Greenpeace para a adoção apriorística das ações judiciais encontra-se baseada em uma análise de contexto elaborada internamente pela organização, onde concluiu-se que não havia outras possibilidades de ação, e que pudesse produzir resultados imediatos, frente a um estado de amplo desconhecimento da grande maioria da população sobre o que seriam os transgênicos e suas possíveis conseqüências.

“(...) em 1998 ninguém sabia nem o que eram os transgênicos, que o dirá se estavam liberando a soja transgênica. Acho que era o caminho mais rápido que essas organizações tentaram para parar o problema naquele momento e aí construir uma comunicação em cima do assunto, porque se fosse construir para depois fazer alguma coisa, iria se demorar muito mais. A gente até hoje está nesse processo de construção do que é transgênico, trabalhando na conscientização das pessoas, etc. Então eu acho que foi o caminho mais curto para, naquele momento, criar uma barreira e falar: “bom, agora, a partir daqui, a gente constrói o resto”. (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

A estratégia de levar ao Poder Judiciário seria, dessa forma, uma ação de caráter mais emergencial, a fim de ganhar tempo enquanto a questão ainda não estivesse colocada para a sociedade. A Campanha, inclusive, poderia ser pensada enquanto elemento chave para suprir esta lacuna, representando uma contraposição à propaganda favorável financiada pelas grandes empresas produtoras de sementes transgênicas ou ao próprio empenho do Estado pela construção de uma estrutura burocrática que facilitasse a aprovação de pesquisas de novas variedades e sua respectiva comercialização.

Antes disso é necessário avaliar qual foi a percepção do Greenpeace acerca da experiência de atuar em esferas que não eram as até então típicas do movimento,

publicamente marcado por atos de grande repercussão na mídia, sejam quais forem as causas em questão. Nesse sentido, questionamos a representante da organização na Campanha acerca da continuidade da adoção ou da intenção de adotar tal estratégia em ações futuras ainda no campo dos alimentos transgênicos, seja ela separadamente ou em conjunto com as atividades da área de comunicação. A resposta transcrita abaixo nos permite deter a avaliação do movimento acerca do decorrer e dos resultados dessa nova frente que se abriu com a liberação dos OGMs.

(...) o Greenpeace abandonou um pouco esta estratégia nos últimos anos, até porque a gente entende que, vide o caso desse processo de 98, que está até hoje aí rolando e enrolando, o negócio se estende muito e às vezes as coisas acontecem no meio do caminho, e fazem com que o processo nem tenha mais o mesmo valor. Então a soja transgênica foi liberada, mas o processo continua rolando, então nos últimos anos a gente tem deixado um pouco de lado essa estratégia judicial, porque também não é o nosso negócio central. A gente não é uma organização de processos judiciais, mas tem organizações que trabalham baseadas nisso, como por exemplo o Idec e a Terra de Direitos. Eles são redes de advogados, então é natural. Faz mais do que sentido eles trabalhares por essa via, mas não é o nosso caminho. A gente entrou naquele momento porque não tinha mais ninguém para entrar. Era a gente e o Idec". (Gabriela Vuolo, Greenpeace, outubro de 2008).

Mais um episódio deste tipo de enfrentamento ocorreu em setembro de 1999, dessa vez por meio de uma representação no Ministério Público Federal contra a CTNBio⁶¹, em uma ação impetrada por ambas as ONGs. Sua intenção, entretanto, não consistia em um questionamento de quaisquer decisões tomadas por aquela comissão. O objetivo, dessa vez, era o de questionar sua conduta ética, visto que empresas produtoras de transgênicos estavam entre os financiadores do I Congresso Brasileiro de Biossegurança.

Diante da trajetória apresentada, podemos observar que há um cruzamento entre os campos de ambos os movimentos. O Greenpeace adentra em um novo território, disposto a

⁶¹ Para maiores esclarecimentos sobre o papel da CTNBio ao longo do processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil, sugerimos a leitura da dissertação de Castro (2006) – “O processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil nos anos de 2003 e 2005: A partir da perspectiva das redes sociais”.

brigar dentro das regras institucionalizadas e em nome dos direitos coletivos e individuais, pautado pelo Código de Defesa do Consumidor⁶². Ao invés de manifestar-se contra uma nova lei ou fato potencialmente prejudicial ao meio ambiente, posiciona-se pelo respeito ao marco legal até então estabelecido.

Por outro lado, caminhando para uma convergência, o Idec, por meio da Campanha, pôde aprofundar e se especializar ainda mais na questão ambiental e em sua interface com o consumo. Santos (2010), ao apresentar o resumo da história do anglo-consumerismo elaborado por Lang e Gabriel (2005), identifica a existência de quatro momentos marcantes, sendo o mais recente o dos “consumidores alternativos”. Este último poderia ser caracterizado pela ênfase dada às preocupações com os impactos do consumo para o meio ambiente.

Nesse sentido, Pessanha (2004) conclui que, no Brasil, a judicialização do debate em torno dos alimentos geneticamente modificados indicaria a formação de um amplo conflito de interesses envolvendo os setores públicos e privados e as organizações sociais, bem como uma disputa de autoridade, competência e atribuições na alçada dos poderes federais – Judiciário, Legislativo e Executivo, e nas distintas instâncias autônomas de governo – União e Estados, sobre o marco regulatório da pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos no campo alimentar. Tal debate decorreria de interesses e pontos de vistas diferenciados quanto ao *status* dos recursos genéticos - de bens públicos ou bens privados; bem como da percepção pública dos riscos e incertezas envolvidos na aplicação das novas biotecnologias ao sistema agroalimentar. O que estaria em jogo, portanto, seria o estabelecimento, ao menos provisório, de limites éticos e legais às possibilidades técnicas e econômicas delineadas pela engenharia genética.

Em um contexto anterior, durante o ato no Porto de São Francisco do Sul em 1997, mencionado no capítulo dedicado à contextualização do surgimento da Campanha, Marijane Lisboa, Diretora do Greenpeace que estava à frente da ação, concedeu a seguinte declaração a um jornalista da própria organização, e que seria postada no sítio internacional da ONG:

"É de suma importância manter separados os grãos tradicionais e os geneticamente modificados durante o processo de importação e distribuição no mercado. O governo brasileiro precisa ordenar a segregação e a rotulagem dos produtos que contêm ingredientes

⁶² Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

geneticamente modificados. Esta é a única forma de garantir o direito de escolha dos consumidores” (tradução nossa).⁶³

Tendo em vista a diversidade em termos de composição anteriormente apontada, Silva-Sanchez (2003) identifica a existência de um marco para a disposição destas organizações dentro da Campanha. A realização do Seminário “*Ameaça dos Transgênicos - Propostas da Sociedade Civil*”, em março de 2003 (Brasília-DF), pode ser apontada como o início de um processo de mudanças no interior do movimento, que daria espaço a uma nova dinâmica de operacionalização e funcionamento, interferindo no interior de cada organização e em seu relacionamento com as demais e com o público externo em geral, alterando suas agendas e estratégias.

As ações realizadas no âmbito da Campanha por entidades-membro ou grupos de entidades membro poderiam utilizar-se do nome da Campanha, bem como usar seu logotipo, mas deveriam ser assumidas apenas pelas respectivas entidades, cada qual assumindo a responsabilidade sobre os seus atos (Silva-Sanchez, 2003).

Segundo a autora, a partir deste momento, as entidades que por ventura desejassem passar a integrar a Campanha deveriam se comprometer com os princípios que passavam a norteá-la (conforme transcrição abaixo).

- I) *A Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos luta pela instituição do debate amplo e democrático sobre os transgênicos com a sociedade – o que ainda não aconteceu;*
- II) *As entidades que integram a Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos não são contra a pesquisa ou o progresso da ciência;*
- III) *As entidades que integram a Campanha são contra a adoção de novas tecnologias antes que estejam devidamente avaliadas e que sua segurança para a saúde da população e para o meio ambiente esteja comprovada. Neste sentido, lutam para que o Princípio da Precaução -- Princípio de Direito Internacional recepcionado pelo Direito brasileiro -- seja aplicado. No caso dos transgênicos, as entidades lutam para que sejam avaliados rigorosamente os riscos de sua adoção em larga escala para o meio ambiente e para a saúde humana, porque*

⁶³Trecho retirado do endereço <http://archive.greenpeace.org/comms/97/geneng/press/december14.html>. Acessado em 30 de maio de 2009.

estão cientes que não foram realizadas tais avaliações e sequer existe consenso na comunidade científica quanto à segurança destes produtos para a saúde e o meio ambiente;

- IV) As entidades que integram a Campanha querem também a avaliação dos impactos dos transgênicos para a agricultura, especialmente para a agricultura familiar, no País;*
- V) Caso haja liberação de espécies transgênicas no País, após o cumprimento dos itens I, III e IV, as entidades que integram a Campanha defendem a rotulagem plena dos alimentos transgênicos para garantir o direito de todos à informação e à liberdade de escolha;*
- VI) As entidades membro da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos também se opõem à utilização de agrotóxicos (pesticidas químicos) na agricultura. Estes produtos são extremamente danosos aos agricultores, afetando seriamente sua saúde, contaminando o ambiente e colocando-os em um sistema de dependência às grandes empresas que os produzem. Além de afetarem a saúde dos agricultores estes produtos oferecem riscos para a saúde dos consumidores;*
- VII) As entidades membro da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos propõem, como alternativa ao modelo de produção agrícola baseado no uso de sementes transgênicas e agroquímicos, o modelo de produção baseado na Agroecologia. A agricultura agroecológica utiliza e desenvolve práticas conservadoras do meio ambiente, não oferece riscos à saúde dos agricultores e proporciona a produção de alimentos saudáveis, que não oferecem riscos à saúde dos consumidores. Além disso, a produção agroecológica é viável do ponto de vista econômico e de mercado, podendo competir em pé de igualdade com outros sistemas de produção agrícola menos sustentáveis;*
- VIII) A Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos contempla uma enorme pluralidade de entidades e grupos, que preservam cada um a sua autonomia. Mesmo fazendo parte da Campanha, as entidades assinam seus atos e palavras, assumindo por eles a responsabilidade.*
- IX) Todas as manifestações realizadas no âmbito da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos serão pacíficas, não envolvendo atos de violência.*

Neste momento, a organização passa a ser, ainda mais do que o era anteriormente, uma grande rede de organizações coligadas sob princípios comuns básicos. Tal artifício

preservaria intacta a autonomia de gestão de cada uma das organizações para elaboração de suas próprias ações, seja individualmente ou quando coligadas. Cada entidade ou grupo de entidades fica livre para escolher suas prioridades em termos de ação e desenvolvê-las em sua região de forma independente, ainda que esteja vinculada à Campanha em nível nacional, o que fará considerando as realidades locais e suas capacidades de articulação.

Em entrevista realizada com Gabriel Fernandes, Assessor técnico da AS-PTA, podemos confirmar que, de fato, houve uma reordenação de uma série de aspectos da Campanha a partir do referido Seminário, provocando mudanças estruturais em sua composição e estratégias.

Em 2003 que foi realizado um seminário em Brasília, logo no início do governo Lula. A grande preocupação na época era saber o que o governo iria fazer com a colheita da soja transgênica no Rio Grande do Sul, que era uma colheita ilegal. Então a gente aproveitou aquela ocasião para fazer um seminário para debater o problema específico da soja no estado, mas ao mesmo tempo, para propor uma ampliação na campanha. Então foi a partir dali que a campanha teve sua dinâmica, sua forma de operar, completamente redesenhada”.
(Gabriel Fernandes, AS-PTA, julho de 2009).

Daquele momento em diante, houve uma completa diluição da idéia inicial de um projeto que vinculava mais fortemente as organizações. A campanha, então, foi aberta para vários outros movimentos e organizações que já acompanhavam o tema, fazendo com que ela adquirisse um formato mais próximo de uma rede temática de organizações.

Em relação à percepção de resultados e perspectivas pela população, é importante destacar que, a pedido do Greenpeace e Idec, nos anos de 2001, 2002 e 2003 foi solicitado ao IBOPE que realizasse uma ampla pesquisa de opinião pública sobre a aceitabilidade dos transgênicos no Brasil, com o objetivo de “*levantar junto à população da área em estudo [Brasil] opiniões sobre os transgênicos*”. Nas três ocasiões, foram entrevistadas 2000 pessoas em todas as regiões do Brasil.

3.6. Percepção de resultados e perspectivas

A relação com a política institucionalizada, por conta de se tratar de um tema em trânsito pelas instâncias deliberativas do Estado, marcou muitos momentos ao longo da trajetória de existência da Campanha. Por vezes tomadas como produto final das disputas que eram travadas nas esferas de debate e decisão da sociedade, as novas diretrizes que emanavam das instituições estatais demarcaram pontos do tipo “antes e depois”.

O ano de 2002, ocasião de decisivas eleições presidenciais, é considerado por Greenpeace e Idec como um momento chave para o processo de luta contra a liberação dos OGMs, uma vez que vislumbrava-se a oportunidade de eleição de um candidato até então declaradamente contrário à abertura aos transgênicos no Brasil. Tal fato, na perspectiva de ambos os grupos, apesar de não ser o suficiente, certamente traria melhores perspectivas ao panorama da luta anti-transgênicos.

Nesse sentido, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos questionou os cinco principais candidatos acerca das políticas que pretendiam adotar em relação aos transgênicos, caso fossem eleitos. Na ocasião, o candidato Lula (Partido dos Trabalhadores) comprometeu-se em apoiar a moratória da liberação, do cultivo comercial e comercialização de transgênicos no país por tempo indeterminado, além dos demais candidatos situados no campo da esquerda política.

A confiança depositada no referido candidato presidencial não fora construída, entretanto, somente por conta deste compromisso assumido na ocasião da pesquisa com todos os candidatos promovida pela Campanha. No programa de governo do Partido dos Trabalhadores se fazia presente a posição enfaticamente contrária aos transgênicos (Programa Meio Ambiente e Qualidade de Vida, Programa Vida Digna no Campo e Programa Fome Zero)⁶⁴, além de por vários momentos terem sido feitos discursos no mesmo sentido durante a

⁶⁴ Conforme consta no texto do referido programa, “*de acordo com o princípio da precaução, consagrado na Agenda 21, quanto ao potencial impacto dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente, o Brasil ainda não pode comercializar os organismos geneticamente modificados (OGMs). Mas o atual governo vem pressionando o Congresso a votar projeto de lei que facilita a liberação dos transgênicos, sem a necessidade de realizar estudos toxicológicos ou ambientais preliminares. Recentemente, o Executivo baixou uma Medida Provisória (2.137/2000), conferindo amplos poderes decisórios para a CTNBio, que já se mostrou abertamente favorável aos OGMs e tem tido, por isso mesmo, sua representatividade questionada.*” Dentro das propostas encontra-se “*assegurar a realização de uma avaliação ambiental estratégica, além dos estudos de impacto ambiental, aferindo os impactos do eventual ingresso do Brasil no grupo de nações que praticam cultivos com sementes transgênicas, bem como a intensificação da pesquisa científica, em especial quanto a avaliações exaustivas sobre impactos toxicológicos e socioeconômicos*”. Sua íntegra está disponível em <http://www.greenpeace.org.br/pdf/qualiddevida.pdf>

campanha presidencial, principalmente em contextos rurais ou direcionados aos movimentos sociais do campo.

É possível notar que, em grande parte por conta dessa relação prévia mais estreita, a Campanha depositou certa confiança nas mãos do grupo político que estava agora à frente do Governo Federal, conforme é possível concluir a partir do trecho abaixo transcrito da entrevista com a representante do Greenpeace na Campanha.

“É super marcante porque a gente vinha de um governo que a gente considerava que era mais conservador e mais pró-agronegócio, e a gente esperava até que isso fosse acontecer no governo do Fernando Henrique, mas foi acontecer no Governo Lula. E aí de repente a gente apostando todas as fichas, até porque o PT sempre foi um aliado da Campanha contras os transgênicos. Então a gente estava na época das eleições, a gente estava em contato com todos os candidatos: "você pretende liberar os transgênicos?". E o Lula foi um dos únicos a responder de que não iria liberar. E a primeira coisa que ele faz (...). Ele entrou em janeiro, e em março foi assinada a primeira Medida Provisória⁶⁵(...). Então acho que foi super marcante para a gente perceber que, olha, a situação piorou. Não é que mudou, não é que ficou igual. Mudou e ficou pior. A gente não tem mais esse aliado que tinha antes, que era o PT.”

Tal fato se comprova tendo em vista que Lula, ao assumir a Presidência, recebe uma carta da Campanha solicitando que o Governo se retire do litígio judicial em que disputava contra o Idec e o Greenpeace, pedido este que fora ignorado. Nas palavras de Gabriel Fernandes, Assessor técnico da AS-PTA, naquele momento um “sinal de alerta” foi aceso entre os membros da Campanha.

A ocasião da liberação aparece, portanto, como um marco tanto da luta, quanto da Campanha. Tal conclusão pode ser exemplificada pela publicação do Ibase “O Companheiro Liberou: O Caso dos Transgênicos no Governo Lula”. Por meio da mesma, Fernandes (2005) descreve como a questão foi tratada durante os primeiros anos do referido governo,

⁶⁵ Medida Provisória n.º 113 de 26 de março de 2003 que, no Art. 1º, estabelece que "a comercialização da safra de soja 2003 não estará sujeita às exigências pertinentes da Lei n.º 8.974, de 5 de janeiro de 1995, com as alterações da Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001".

externando a insatisfação dos movimentos sociais que integram a Campanha com relação à conduta “ambígua” e “condescendente” para com os transgênicos, o que teria ajudado, pela via política do “fato consumado”, a consolidar sua expansão.

No plano federal o governo foi omissivo, não fiscalizando nem controlando os plantios ilegais de soja transgênica, não impedindo a continuada entrada de sementes da Argentina e não rotulando alimentos. Essa ausência do Estado começou, deve-se dizer, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.(...) Ao baixar três MPs para a soja transgênica, o governo firmou um estado de anomia, no qual a estratégia da contaminação e da introdução ilegal de sementes transgênicas passou a ser uma opção para as indústrias de biotecnologia, que até agora não fizeram valer suas promessas. (pp. 28-29)

Diante desse cenário, as organizações integrantes da Campanha se viram impelidas a deslocar parte dos seus recursos políticos, que até então se encontravam na frente de articulação parlamentar e governamental, para outras áreas de atuação, tais como o Poder Judiciário e a estratégia de politizar o consumo. Com relação à primeira, a mesma publicação afirma:

Com a liberação para plantio comercial da soja e do algodão transgênicos e das demais culturas que podem vir, a Justiça passará a ser um ator cada vez mais requisitado. Isso por três principais motivos: pela não-aplicação da lei de rotulagem para alimentos que contenham transgênicos ou sejam derivados deles; por processos movidos por agricultores que cultivam orgânicos ou convencionais e tenham suas lavouras contaminadas por vizinhos que plantam transgênicos; e pela Monsanto ou por outras empresas alegando uso indevido de sua tecnologia e violação de patentes. (p. 29)

Conforme o trecho transcrito acima, a publicação do Decreto Federal nº 4680/03⁶⁶ marcou uma nova etapa de recursos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Federal, a fim de que fossem cumpridos seus termos. Segundo a norma, em seu Art. 2, *na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de um por cento do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto.*

A questão do Decreto 4.680/03 traz consigo um ponto que merece destaque. Apesar de ser avaliado como “positivo” tanto pelo Greenpeace quanto pelo Idec, a sua edição não é citada, em nenhum momento das entrevistas ou dos documentos oficiais da Campanha, enquanto uma vitória conquistada pelo movimento.

Apesar da publicação do referido instrumento legal, tal iniciativa não foi, à época, objeto de debate aberto no âmbito do Governo Federal. Por estarem marcados pela experiência anterior com as medidas provisórias de liberação, ambas as organizações adotaram uma postura de maior cautela em sua relação com o Governo Federal, até mesmo por constatar, posteriormente, que a grande maioria das empresas não estava respeitando os termos estabelecidos no Decreto. Ao mesmo tempo, não houve, por parte do Estado, qualquer mobilização no sentido de aplicar as devidas punições.

Esta postura mais cautelosa dos movimentos sociais somou-se, portanto, à estratégia de deslocamento do foco para a politização do consumo. Como produto dessa junção, a Campanha optou por se mobilizar pelo que chamaram de “rotulagem inversa”. Tal processo compreende o estabelecimento de um diálogo com as empresas do setor de alimentos no sentido de convencê-las a rotular, voluntariamente, seus produtos como “livres de transgênicos”. O grau de sucesso dessa abordagem não havia sido avaliado internamente pela Campanha à época das entrevistas, porém foi verificado que as adesões se deram, basicamente, na linha de óleos vegetais de cozinha.

⁶⁶ O Decreto Nº. 4680/03, de 24 de abril de 2003, regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

(Figura 10)



Fonte: O Globo online, 12 de março de 2008⁶⁷

Em complementação, o Idec deu destaque recentemente⁶⁸, em seu portal, ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL 90/2007)⁶⁹ de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM/TO), cujo objetivo é o de *Sustar a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.*

Segundo o Idec, tal iniciativa colide com os direitos assegurados aos consumidores pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor). Na justificção à proposição, a mencionada senadora defende que as normas regulamentares em análise são de difícil ou impossível cumprimento, bem como seriam contrárias ao art. 40 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança).

⁶⁷ Greenpeace protesta no Rio contra não-rotulação de produtos que usam soja transgênica. Fonte: Globo online http://oglobo.globo.com/mundo/eleicoesamericanas/mat/2008/03/12/greenpeace_protesta_no_rio_contra_nao_rotulacao_de_produtos_que_usam_soja_transgenica-426195195.asp (acessado em 11 de setembro de 2011).

⁶⁸ Disponível em <http://www.Idec.org.br/emacao.asp?id=2765> (acessado em 21 de julho de 2011).

⁶⁹ O texto proposto pelo PDL pode ser acessado por meio do endereço http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=80987 (acessado em 21 de julho de 2011).

Um outro evento que merece ser destacado é a encomenda, por parte do Greenpeace e Idec, de duas pesquisas de opinião ao Ibope⁷⁰, nos anos de 2001 e 2003, a fim de avaliar os seguintes indicadores gerais:

- a) porcentagem da população brasileira que já ouviu falar em transgênicos;*
- b) constatar se as pessoas, na possibilidade de escolher, optariam por um alimento transgênico ou um não-transgênico;*
- c) pesquisar se as pessoas são a favor de que os alimentos geneticamente modificados tragam esta informação em seus rótulos;*
- d) saber se a população é a favor ou contra a liberação dos transgênicos enquanto a comunidade científica não chegar a um consenso a respeito desse tipo de alimento;*

As entrevistas dos anos de 2001 e 2003 continham as mesmas questões e encontram-se no Anexo I.

A pesquisa de opinião realizada em dezembro de 2002 contemplou um campo mais abrangente, incluindo questões que buscavam avaliar, inclusive, o nível de conhecimento da população sobre a Campanha por Brasil Livre de Transgênicos, entre outros. O roteiro da entrevista, naquele ano, encontra-se transcrito no Anexo II.

A partir de tais dados, a Campanha buscava, por meio de um *feedback* da amostragem nacional, avaliar a eficácia de suas ações perante o conjunto da sociedade, bem como o grau de reconhecimento público que foi possível angariar até aquele momento específico.

Os resultados mais significantes do levantamento foram a visibilidade alcançada pela Campanha e pelo tema dos transgênicos. De acordo com os dados obtidos, 58% da amostragem afirmou ter, ao mínimo, tomado conhecimento da existência da mesma. Apenas 41% dos entrevistados afirmou “nunca ter ouvido falar” ou “não conhecer” a Campanha, números estes que foram bem avaliados à época pela equipe do Greenpeace e Idec.

Com relação às perspectivas de ambas as organizações para a causa e para a Campanha, um ponto em comum identificado foi a necessidade de adaptar, rapidamente, as estratégias de resistência aos contextos social e institucional.

Nesse sentido, tanto o Greenpeace quanto o Idec parecem tender a concentrar seu foco em ações que tenham como alvo os consumidores. A rotulagem aparece como um

⁷⁰ O Ibope é uma multinacional brasileira de capital privado e uma das maiores empresas de pesquisa de mercado da América Latina, com 69 anos de existência.

exemplo claro de que há um enfraquecimento, mas não abandono, da frente que anteriormente dialogava com os poderes Executivo e Legislativo. A partir do momento em que a liberação já se encontrava consumada, novas questões foram colocadas às partes da Campanha, que foram forçadas, por sua vez, a repensar seus focos e estratégias de atuação.

Abaixo, segue transcrito um trecho final da entrevista com Andréa Lazzarini, Advogada do Idec.

Uma das questões que tem mais relevância é a rotulagem, porque tem ameaças no congresso para acabar com a rotulagem, e temos também a questão da coexistência, que tem um potencial de contaminação muito maior que essa discussão vai ficar absolutamente relevante. Vão começar os plantios de milho e aí a gente vai ter o índice de impacto na produção dos não-transgênicos. Existe um movimento forte dos próprios agricultores e suas associações que são bastante forte, lutando junto com o governo do Paraná, com várias instâncias, para garantir uma separação mais adequada. (Andrea Lazzarini, Idec, abril de 2009).

Como podemos perceber, a questão que ora deu origem à luta, ou seja, impedir a liberação do plantio e da comercialização de organismos geneticamente modificados, ficou no passado da Campanha. Sendo a liberação e a comercialização uma questão dada, a aliança contra os transgênicos voltou-se a outras questões ainda sem posição consolidada.

A coexistência entre variedades transgênicas e não-transgênicas agora é um problema que se coloca tanto para os agricultores, quanto para os consumidores. O debate, que envolve diretamente questões de propriedade intelectual, é chave para compreender um novo cenário que se impõe aos movimentos sociais que fizeram parte da Campanha: agora a questão fundamental é o direito à informação e à escolha, seja dos agricultores ou dos consumidores.

O Idec vai continuar atuando na questão como está (...). Vai continuar trabalhando com esta questão de saúde, informação, e acompanhando, não é, divulgando, conscientizando as pessoas, acompanhando o trabalho da CTNBio, enfim, não existe nenhuma

perspectiva de mudança. Só trabalhar com essas questões mesmo, com o acesso à informação. (Andrea Lazzarini, Idec, abril de 2009).

Ao comentar sobre as perspectivas da Campanha e do próprio *Greenpeace* na causa antitransgênicos, Gabriela Vuolo relata como as estratégias tiveram de ser adaptadas ao histórico da luta. Demonstrando haver uma série de questões contra as quais a Campanha deveria reagir, um grande destaque é dispensado ao trabalho junto aos consumidores, muitas vezes fazendo parecer ser a última das trincheiras de uma guerra.

“Nos últimos 9 meses a gente viu 7 aprovações, então [a CTNBio] está virando realmente um carimbador. Já aprovaram todos os milhos que tinham na fila, já aprovaram quase todos os algodões que tinham na fila, e agora tem alguns processos de soja e tem um processo de arroz, o que é super grave porque é um alimento que não vai ser processado, diferente da soja e do milho. É um alimento que a gente come duas vezes por dia, e ainda não é liberado em nenhum outro país. Então é isso o que a gente tem pela frente, por isso que eu acho que o trabalho com consumidores é cada vez mais e mais importante, porque se depender do processos de aprovação, está tudo liberado”. (Andrea Lazzarini, Idec, abril de 2009).

3.7. Estratégias de mobilização e identificação de novas estratégias de atuação e sociabilidade dos movimentos sociais

Ao resgatarmos o objetivo central desta pesquisa, que se trata de “analisar a relação entre os movimentos ambientalistas e os movimentos de consumidores, que, no contexto da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, são representados pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e o *Greenpeace*”, podemos perceber que este capítulo ficará encarregado de identificar se e quais são os elementos novos – ou que aparecem sob nova forma – há no tipo de mobilização materializada pela Campanha.

A partir desta abordagem, será possível evidenciar como novas formas de sociabilidade e novas estratégias de mobilização vêm se construindo no campo dos

movimentos sociais, bem como a legitimidade que conferem às novas estratégias dos movimentos sociais na alta modernidade. O cenário forjado por este recente rearranjo das forças sociais em torno da questão ambiental, agora estreitamente conectada ao consumo e ao seu emprego, de forma individualizada e coletiva, enquanto meio de ação política, se constitui em um espaço privilegiado para a reflexão proposta.

Nesse sentido, cabe ponderar, portanto, quais são os limites de atuação dos movimentos sociais em sua ação contra os OGMs, considerando, evidentemente, os recursos, discursos e estratégias que os mesmos vêm utilizando até o momento. Dentro desse amplo espectro de forças sociais, devemos resgatar quais foram as implicações de diferentes estratégias políticas dentro de uma mesma campanha, ao longo da sua existência, e quais correlações podemos estabelecer entre estas e a teoria social.

Atualmente, o movimento de consumidores pode ser caracterizado por sua manifestação por meio de redes de abrangência nacional e/ou internacional⁷¹. A inserção do movimento de consumidores nestas redes de escopo heterogêneo merece uma maior atenção, sendo de grande importância pensar a forma como esta comumente se constrói, em particular a inserção do Idec dentro da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

Há de se ressaltar que não é extenso o histórico de alianças entre movimentos de consumidores e os movimentos sociais nascidos da relação capital-trabalho. Tal fato se reflete no reduzido número de trabalhos acadêmicos sobre mobilizações na esfera do consumo, especialmente no Brasil.

Devemos atentar para o fato de que, dentro de um contexto onde o Estado perde espaço para o mercado na esfera da regulação, torna-se igualmente crescente a tendência pela busca de soluções e construção de estratégias de atuação dos movimentos sociais pela via do mercado. A atuação voltada ao ato do consumo e ao público de consumidores é freqüentemente utilizada pelos atores como meio de se atingir um determinado objetivo em comum. Dessa forma, as demandas das ações coletivas são expressas e solucionadas cada vez mais sem ter o Estado como alvo principal ou intermediador de um conflito entre interesses em oposição (Wilkinson, 2006).

Por meio do processo que Wilkinson (*apud* Portilho, 2009) chama de “endogeneização da crítica ética e estética”, o mercado e os movimentos sociais desenvolveram uma relação de retroalimentação. Entre eles haveria, portanto, um mecanismo

⁷¹ No caso do Brasil, essa rede pode ser vista através da criação do FNECDC (Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor), que congrega vinte e uma entidades. Na esfera internacional, através da CI (*Consumers International*), que reúne 220 entidades de 115 países.

que opera levando ao mercado as demandas da sociedade, a fim de que este se adapte às novas exigências, por exemplo, éticas, ambientais e sociais. Isto permitiria, dessa forma, que as empresas mantivessem uma relação mais próxima com os consumidores, ajudando-as a manter ou mesmo expandir seu mercado, incorporando as demandas da sociedade.

A fronteira existente entre a força de atração exercida pela diversidade de segmentos oferecidos pelo mercado e as lutas dos movimentos sociais pode ser caracterizada por uma relação dialética. O mercado e seus agentes podem endogeneizar propostas até então tidas como antimercado, assim como os movimentos sociais podem adotar, em sua luta do cotidiano, estratégias ou elementos que até então pertenciam ao campo das práticas de agentes em disputa no mercado, tais como peças publicitárias sofisticadas ou trocar as ações “tradicionais” de rua por atos em bolsas de valores ou supermercados, como foi o caso de uma das primeiras manifestações públicas contra os OGMs ocorridas nos EUA, citadas no início do capítulo III.

Dentro desse contexto de transformações nas formas de atuação dos movimentos sociais e de uma relação cada vez mais próxima entre estes e os mecanismos de mercado, Wilkinson (2006) percebe que este é acompanhado por uma clara mudança de paradigmas no que se refere à regulação do setor agroalimentar.

O autor aponta a consolidação internacional das corporações transnacionais do setor de alimentos como elemento chave para explicar o porquê de ações locais terem passado a repercutir globalmente, sendo capazes de atingir toda a cadeia de produção e/ou consumo. As organizações não-governamentais, por disporem de uma estrutura por natureza mais flexível e adaptada às ferramentas de comunicação modernas, dentre outros motivos, acabam usufruindo de um melhor aproveitamento das oportunidades de utilização dos recursos midiáticos em escala global.

A possibilidade que é colocada para os movimentos sociais de transformar questões e conflitos locais em globais, viabilizada pela instantaneidade das novas tecnologias de comunicação, é potencialmente facilitadora de um processo de identificação entre os agentes que são parte em uma relação conflituosa. A crescente segmentação de mercados e estilos de vida, ao mesmo tempo em que se relaciona à sensação de um correspondente incremento nos níveis de desmobilização, nuclearização ou individualização da sociedade, tem permitido aos grupos sociais encontrar parceiros não mais limitados às fronteiras de classe social ou Estados Nacionais.

Dentro desta perspectiva de globalização de atores e conflitos, guardadas as especificidades das culturas políticas de cada contexto, o transbordamento dos conflitos

políticos para o âmbito do mercado, permeado por megacorporações e regulações multilaterais, acaba por transformá-lo em uma nova arena de disputas entre interesses ou grupos em oposição.

O mercado, antes pensado como espaço da alienação e do consumismo individual e auto-interessado, passa a ser percebido como um lugar privilegiado, de onde os sujeitos podem expressar valores e reafirmar seu pertencimento a um determinado grupo social. Sua abrangência internacionalizada permite aos agentes, assim, a abertura de uma nova oportunidade de atuação contra ou a favor de uma determinada causa, local ou global, individualizada ou coletiva.

As estratégias de atuação dos movimentos sociais apresentarão a tendência, portanto, de utilizar cada vez com mais frequência a via direta do mercado. Concordamos com o ponto de vista de Wilkinson (2006), que afirma haver uma trajetória de perda da centralidade do Estado como foco das novas demandas dos grupos sociais organizados. Tal centralidade está sendo posta em xeque fundamentalmente por conta das seguintes variáveis: (1) perda da centralidade do Estado como autoridade na esfera da regulação e; (2) crescente importância de organizações multilaterais e entidades privadas na governança em escala global.

A atuação dos movimentos sociais, neste contexto, refletiria a nova disposição e as novas funções dos agentes. Reduzem-se as lutas contra o Estado e suas instituições, e volta-se contra as grandes corporações e os foros multilaterais onde são decididas novas diretrizes globais do comércio internacional (OMC, G8, Fórum Econômico Mundial etc).

Ao indagar-se acerca das possíveis razões para a rápida disseminação do que poderíamos chamar genericamente de “ideário ambientalista”, Castells (2000) propõe como hipótese explicativa a existência de uma convergência entre os temas propostos pelo movimento ambientalista e a própria forma como a sociedade passou a se organizar – “em rede” – a partir dos anos 70.

Um conjunto de mudanças sociais e culturais que vêm ocorrendo nos últimos anos, na visão do autor, podem ser identificadas também dentro do extenso espectro do pensamento ambientalista, guardadas, evidentemente, as inúmeras particularidades de cada corrente que o integra. Nesse sentido, a fim de exemplificar tal aproximação, Castells cita os principais temas em que podemos encontrar mais claramente essa relação.

“(...) ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por

fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações, construindo virtualidades reais pelas redes da mídia”. (p. 154)

Sendo assim, podemos inferir que uma das conseqüências seria, portanto, uma inevitável aproximação discursiva entre os mais diversos campos, permitindo, inclusive, a redução das fronteiras que anteriormente marcavam uma forte separação entre leigos e especialistas.

É importante, neste momento, ressaltar a percepção adotada neste trabalho, construída a partir da perspectiva que enxerga o movimento de consumidores como um coletivo organizado em torno de questões chave que marcam a alta modernidade. As demandas externadas por tal tipo de movimento tendem a ser marcadas pelas recentes transformações ocorridas na esfera do consumo e das novas sociabilidades em seu seio engendradas.

As utopias, antes formuladas em torno de questões estruturantes das relações de produção, agora são construídas ao redor de interesses do *self* em sua relação com a qualidade de vida relacionada. Touraine (2009) chama atenção para o fato de que a luta dos movimentos sociais nos dias de hoje tem sido travada não mais pelo controle dos meios de produção, o que se traduz no aparecimento de novos atores sociais, que por sua vez se expressam através de um campo de disputa dos valores e desejos sociais.

“Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioram, seja em grupos de pressão política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais”. (p. 261)

Apesar do trecho acima transcrito transmitir a idéia de que haveria uma distinção bastante clara entre os “antigos” e “novos” movimentos sociais, cremos que tal recurso foi utilizado pelo autor enquanto um meio para apontar a existência de uma transformação mais estrutural na natureza das causas que passaram a ser objeto de reivindicação dos movimentos sociais mais contemporâneos.

O que encontramos em campo, utilizando como exemplo a própria Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, objeto desta pesquisa, é não só o crescimento dos chamados “novos movimentos sociais” – nestes incluem-se os movimentos ambientalistas e de consumidores – como também a aliança com movimentos sociais “tradicionais” e a utilização de estratégias e arranjos inovadores pelos mesmos.

Em entrevista recente à Agência Brasil⁷², João Pedro Stédile, líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), declarou haver a necessidade de “ampliar o foco do movimento” e propôs uma “aliança com a cidade por uma agricultura mais fraterna e sustentável”.

Ao ser perguntado sobre se o MST espera conseguir o apoio de outros setores da sociedade com essa “nova política” de atuação contra os agrotóxicos e multinacionais, Stédile responde que “já, agora, em movimentos pontuais, nós atuamos com o Greenpeace, com o movimento ambientalista e com os setores de defesa do consumidor. O próprio Idec [Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor] tem nos apoiado na questão dos agrotóxicos.” Ainda nas palavras do líder do MST:

“Agora, queremos dar um passo a mais. Temos que nos aliar ao povo da cidade. Veja a situação dos agrotóxicos: quem come os produtos cheios de venenos? O povo pobre da cidade. Então, quando nós vamos resolver isso? Quando as massas da cidade tomarem consciência desse problema e resolverem se mobilizar”.

Os valores e estratégias de luta, inclusive daqueles movimentos sociais de bandeiras mais tradicionais, também são transformados pelas novas demandas da modernidade. Suas bandeiras são ressignificadas a partir de um processo que, agora, considera valores de ordem não só econômica, mas também moral e social.

Essa transformação, não por coincidência, se dá em conjunto com a ascensão da esfera do consumo enquanto forma de ação política na alta modernidade. Indo um pouco mais adiante, ocorre com a elevação deste na definição da crise ambiental, alcançando uma posição central na sua reflexão (Portilho, 2005).

⁷² Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/29/mst-amplia-foco-e-propoe-alianca-com-a-cidade-por-agricultura-sustentavel-diz-stedile.jhtm> (acessado em 30 de abril de 2010).

4. Conclusões

Ao longo da dissertação, o tema da aliança entre movimento ambientalista e de consumidores, abordado a partir do caso da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, possibilitou empreender um debate sobre uma grande diversidade de matérias que a este se relacionam. Não foi possível, entretanto, exauri-las, dado a complexidade de cada item que é suscitado pelo tema, e os limites impostos pela própria estrutura de uma dissertação.

As modernas biotecnologias foram compreendidas enquanto um aprofundamento de uma tendência já revelada durante a Revolução Verde. Os discursos utilizados pelos seus defensores, em ambas as ocasiões, demonstraram possuir elementos muito similares. Além de serem apontados como a única solução para o descompasso entre as taxas de crescimento populacional e a de elevação na produção de alimentos, os transgênicos foram apresentados à sociedade, ironicamente, como uma forma de reduzir os níveis de utilização dos agrotóxicos de outrora, o que contribuiria para a saúde.

Os elementos dessa transformação, compreendida sob o conceito de “Revolução Biotecnológica” (Rifkin, 1999), operariam no sentido de fazer nascer uma nova matriz operacional na sociedade. A matriz industrial daria lugar, agora, à bioindustrial. A fim de acelerar os processos da natureza de forma a habilitá-los a atender ao novo ritmo impresso pela alta modernidade, o grande diferencial da era bioindustrial passa a ser a inexistência de barreiras entre as espécies, por sua vez permitida pela manipulação genética

Associadas às recentes descobertas científicas, questões de novas naturezas são trazidas à vida social e ao debate público. Os riscos contemporâneos, apontados por Beck (1998 e 2002) como elementos-chave para entender a “sociedade industrial de risco”, são produtos de uma nova relação entre natureza e sociedade.

Sendo a natureza entendida como elemento a serviço de um projeto social de controle e aperfeiçoamento, a política invade progressivamente seus processos, visto que as decisões tomadas por cientistas e instâncias de regulação e fiscalização dos Estados – e os riscos dela derivados – são dotadas do potencial de atingir a todos, em maior ou menor grau, conforme a posição geográfica e social do indivíduo ou grupo social ao qual este pertença. Os conflitos, portanto, ocorrerão na esfera da distribuição destes riscos, e não apenas na produção dos bens materiais.

Por meio do conceito de “subpolítica”, Beck (1998) identifica a emersão, no cenário do planejamento social, de agentes externos aos sistemas políticos e peritos. O político ganha uma nova dimensão, tanto em relação aos atores envolvidos, quanto às questões que serão

postas na pauta dos debates, o que implicará, conseqüentemente, no surgimento de novas formas de ação política.

Nesse sentido, Santos (2003) aponta para a necessidade de se politizar o debate sobre as novas tecnologias. Haveria uma relativamente grande desigualdade entre os níveis de participação pública no debate sobre as tecnologias se comparada à centralidade que as mesmas possuem, atualmente, em nossas vidas. Opções tecnológicas são, agora, sobretudo, opções políticas.

Em convergência com a linha seguida acima, valemo-nos do conceito de Giddens (1993) de alta modernidade. O atual momento diferenciaria-se da “modernidade clássica”, uma vez que teria promovido a separação entre tempo e espaço, a destradicionalização das ações individuais e o reordenamento das relações sociais. Como produto destas três transformações, a reflexividade e o progressivo processo de racionalização acompanham uma crescente politização das verdades científicas e dos riscos. Não há mais, em harmonia com o que defende Beck (2002), garantias estáveis em quaisquer campos do conhecimento.

A forma como os movimentos sociais irão lidar com este novo cenário foi de fundamental importância para compreender como se deu a construção da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. Gohn (2001) ressalta como os movimentos sociais vêm tendendo mais a atuar como “redes de troca de informações e de cooperação em eventos e campanhas”, adotando estruturas mais abertas e menos centralizadoras nas decisões. Há, portanto, uma heterogeneidade de grupos e causas, que, porém, se entrecruzam.

O ideário ambientalista, nesse sentido, vem se constituindo como uma ponte que estabelece correlações entre uma série de causas distintas, a partir de perspectivas igualmente distintas. Viola & Leis (1992) perceberão, a partir do conceito de “ambientalização da sociedade”, como a sua crescente legitimação social e a entrada de novos setores tornam possível a sua incorporação a diferentes bandeiras, ressignificando tanto a luta daqueles que a incluem, quanto o próprio ideário. Os conflitos sociais passam a ser enxergados a partir dessa nova questão (Lopes, 2006), o que confere um novo patamar de legitimidade para os grupos e suas respectivas causas.

O consumo passa, progressivamente, a integrar este novo contexto das lutas sociais, aparecendo não apenas como a fase final e destino da produção, mas como uma ação forjada a partir de “escolhas” motivadas e “conscientes”. O ato de consumir transforma-se numa nova estratégia para atingir uma “sociedade sustentável”, tornando-se, portanto, potencialmente político. Valores ambientalizados exigem, entre todos, uma co-responsabilidade sobre os impactos ambientais de suas ações e escolhas (Portilho, 2005).

Os movimentos sociais econômicos, e mesmo os ditos “tradicionais”, nesse sentido, valer-se-ão de um novo repertório de ação política. O mercado, pensado enquanto um espaço de interação de valores sociais e culturais, oferecerá oportunidades de ação política para atores organizados ou dispostos de forma difusa. O Estado, que até então ocupava a posição de alvo preferencial das reivindicações dos movimentos sociais, passa a “competir” com o mercado.

Considerando que a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos foi precedida por similares nos países do norte, devemos, entretanto, atentar para as particularidades de operacionalizar mobilizações como esta no contexto nacional, dotado de outro arranjo no que diz respeito às relações entre movimentos sociais, consumidores, empresas, Estado e sociedade.

Um dos grandes fatores que levou ao estabelecimento de uma ampla aliança de movimentos sociais contra os transgênicos foi o fato desta questão englobar uma série de elementos, que perpassavam diferentes bandeiras de distintos grupos organizados. A iniciar pelo primeiro ato público organizado pelo *Greenpeace* no Porto de São Francisco do Sul (SC), ainda não promovido sob a bandeira da Campanha, uma série de ações se somaram a fim de barrar a liberação do plantio e comercialização dos transgênicos no Brasil, objetivo inicial da frente constituída pouco depois.

Pudemos concluir que, ao longo da Campanha, houve uma trajetória de mudança de alvo pautada por uma perspectiva temporal, resultante das experiências e dos fatos que a marcaram durante sua existência. Inicialmente voltadas contra as corporações transnacionais da área de sementes, posteriormente a Campanha centrou suas energias em articulações com o Legislativo e em ações judiciais movidas contra órgãos governamentais – principalmente a CTNBio.

A estratégia de judicialização do conflito justificou-se em seu potencial de produzir efeitos imediatos a partir de instrumentos legais como, por exemplo, as liminares. O objetivo das entidades era, principalmente, o de frear a liberação e ganhar tempo até que as discussões atingissem um grau mais elevado de maturidade no debate público.

Em sua fase final, a Campanha vem se dedicando, principalmente, a ações no campo da promoção de informação para consumidores, como é o caso da rotulagem. Foi possível demonstrar ao longo desta pesquisa, que o foco final da Campanha, conforme relatado por meio das entrevistas, deslocou-se para as grandes redes do setor varejista e seus consumidores.

A escolha de focar na estratégia de politização do consumo, adotada pela Campanha a partir de dado momento, decorreu do deslocamento dos recursos políticos das organizações que a integravam, até então empregados nas frentes de articulação parlamentar, governamental e, posteriormente, judicial. Tal movimento decorreu com tamanha ênfase, principalmente, de um sentimento de frustração quanto aos resultados possíveis nestas vias.

Devemos destacar que, do lado oposto destas “derrotas”, podemos identificar o trabalho “bem-sucedido” desempenhado por empresas transnacionais da área de pesquisa e desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas e da indústria de defensivos e fertilizantes agrícolas, integradas vertical e internacionalmente. Em sua estratégia marcadamente monopolista, souberam fazer uso de seus recursos políticos e de um grande orçamento publicitário a fim de garantir e ampliar o mercado para seus insumos.

É necessário destacar, entretanto, que tal divisão em “fases” da Campanha trata-se apenas de um recurso metodológico que aponta tal tendência. Não há, em nenhum dos três momentos, o abandono total de mobilizações em quaisquer dos outros campos, apesar do terceiro ser mais evidente, após ser consumada a liberação e comercialização de OGMs no Brasil.

As mobilizações na esfera do consumo, assim como as demais abordagens, também possuem fatores limitadores, porém de outras naturezas. Há de se problematizar, nesse sentido, os limites que trazem consigo as ações políticas executadas via consumo. Nesse sentido, devemos nos questionar até que ponto o acesso a determinadas informações leva, necessariamente, a práticas “conscientes”. O cidadão comum, dotado de tais informações, estaria tecnicamente tão habilitado quanto o Estado para desempenhar mais esta atividade de regulação que lhe foi “terceirizada”? Ao mesmo tempo, o debate sobre a sustentabilidade dos atuais padrões de consumo e das desigualdades no acesso tendem a ficar relegados para o segundo plano.

Retomando a trajetória das mobilizações, conforme citado anteriormente, o primeiro ato público contra os transgênicos se deu no desembarque de uma carga de soja transgênica importada dos EUA para a produção de óleo, na ocasião autorizada pela CTNBio. Em seguida, uma série de embates judiciais foram travados pelo Greenpeace e Idec, separada ou conjuntamente, no sentido de barrar, na CTNBio, a liberação do plantio e comercialização de sementes geneticamente modificadas, além de liminares contra a Monsanto visando a garantia de segregação das sementes e rotulagem das mesmas. A partir da Medida Provisória, editada em 2003, pautada no “fato consumado”, as ações da Campanha passam a ser mais guiadas por

uma orientação que depositava no consumidor um papel de maior relevância no embate com as corporações, o governo e o setor varejista.

Em adição, guardadas as devidas particularidades de ambas as organizações objeto central desta pesquisa, concluímos ter sido construída, progressivamente, uma grande convergência entre os discursos do Idec e do *Greenpeace* sobre o foco e a abordagem do respeito aos direitos do consumidor e ao princípio de provê-los do maior nível possível de informação, a fim de pautar suas escolhas a partir das mais diferentes fontes e pontos de vista possíveis.

A Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, por fim, foi um espaço privilegiado para a observação dos limites e possibilidades da atuação dos movimentos sociais em suas ações contra os organismos geneticamente modificados. A formação de uma aliança entre organizações de diferentes origens e trajetórias possibilitou visualizar as implicações de estratégias diversas, porém convergentes, de mobilização. Houve, em realidade, entre outros, a demonstração de uma tendência de aproximação entre as agendas do movimento ambientalista e de consumidores, a partir de uma troca que vem permitindo a incorporação por ambos, além das experiências no campo das mobilizações, do ideário que os constitui em suas essências.

Bibliografia

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Anais do V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários*. Florianópolis, IESA, v. 1, pp.1-22, 2002.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano & MACIEL, Débora. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. *Novos estudos CEBRAP*. 2007, n. 79.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v.1, 2003.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BECK, Ulrich. *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona, Paidós, 1998.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid, Siglo Veintiuno, 2002.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 6, pp. 11-28, 2003.

_____. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, vol. 8, n. 1, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2 – O poder da identidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Biancca Scarpeline. *O processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil nos anos de 2003 e 2005: a partir da perspectiva das redes sociais*. Dissertação, CPDA /UFRRJ. Seropédica, 2006.

COCHOY, Franck. Por uma sociologia da embalagem. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, n. 17, 2º sem. 2004.

COSTA, Sérgio. *Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa*. Novos estudos Cebrap, São Paulo, n. 38, 1994.

DELGADO, Guilherme da Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*. 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>, acessado em 20 de março de 2007.

_____. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003". In Jaccoud, Luciana (org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, pp. 51-90, 2005.

DILLARD, Dudley. *A teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1976.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens – para uma antropologia do consumo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2004.

FERNANDES, Gabriel B. O companheiro liberou: o caso dos transgênicos no governo Lula. Relatório do Projeto MAPAS, 2005. Disponível em <http://www.ibase.br/pubibase/media/transgenicos.zip>, acessado em 25 de fevereiro de 2010.

GENDRON, Corine; BISAILLON, Véronique & OTERO, Ana. I. *The institutionalization of Fair Trade: more than a degraded form of social action*. ESG UQÀM. 2006. Disponível em <http://www.crsdd.uqam.ca/Pages/docs/pdfCahiersRecherche/2006/12-2006.pdf>, acessado em 21 de junho de 2011.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GIDDENS, Antony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: Giddens, A.; Beck, Ü. & Lash, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo : Edições Loyola, v.1, 2002.

GOODMAN, David; WILKINSON, John & SORJ, Bernardo. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GUIVANT, Júlia S. A consolidação do modelo convencional de ciência na governança dos transgênicos no Brasil. *Artigo apresentado na 2004 Meeting of the Latin American Studies Association*. Las Vegas, Outubro 7-9, 2004, 22p.

_____. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. *Meio Ambiente, desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

HABERMAS, Jürgen. New social movements. *Telos*. vol. 49, pp; 33-7, 1981.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HODGSON, Geoffrey. M. *Economía y Evolución - Revitalizando la Economía*. Espanha: Edições Celeste, 1995.

ISAAA. Global Biotech Crops Report, 2008. Disponível em <http://www.isaaa.org/resources/publications/>

JESUS, Eli Lino. Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais. *Agricultura sustentável*, Jaguariúna, v. 1-2, p. 13-27, 1996.

KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Econômica*. S. Paulo: Abril Cultural, 1976.

LACEY, Hugh. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Fapesp/Discurso Editorial, 1998.

_____. *As sementes e o conhecimento que elas incorporam. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 2000.

LANG, Tim; e GABRIEL, Yiannis. A Brief History of Consumer Activism. In.: HARRISON, R.; NEWHOLM, T.; SHAW, D. (org.). *The Ethical Consumer*. Londres, *Sage Publications*, 2005, pp. 39-53.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.

LIPIETZ, Alain. *Choisir l'audace. Une alternative pour le XXI^e siècle*. Paris, Éditions La Découverte, p. 156, 1989.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006.

MARQUES, E. (1998), *Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro*. Campinas, tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.

MARTINE, George. Fases e Faces da Modernização Agrícola. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 3. pp.3-44, jun.1990.

MARTINS, Hermínio (1996), *Hegel, Texas e outros Ensaio de teoria Social*, Lisboa, Século XXI.

MARTINS, Sérgio Roberto. *Agricultura, Ambiente e Sustentabilidade: seus limites para a América Latina*. CD-ROM/EMATER, 2001.

MEADOWS, Donella H. *et al.* *Limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

MENASCHE, Renata. *Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?* Campos, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 111-129, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/414.pdf>

MINAYO, Maria Celina S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2.ed., São Paulo, Hucitec/Abrasco, 1993.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, v. 15, Out., pp. 39-52, 2000.

PÁDUA, José Augusto. “*Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil*”. In: PÁDUA, J. A. (org). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

PESSANHA, Lavínia D. R. *Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar: o debate por detrás da judicialização da liberação da soja RR*. II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, Campinas, 2004.

PESSANHA, Lavínia D. R. & WILKINSON, John. *Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar*. Campinas, Armazém do Ipê, 2005.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo”. *Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, v.2, p.74 - 92, 2008.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. Novos Atores no Mercado: Movimentos Sociais Econômicos e Consumidores Politizados. In: *Política e Sociedade*. V.08, N.15, 2009.

_____. *Ambientalização do consumo: alianças entre movimentos ambientalistas e movimentos de defesa dos consumidores*. Paper apresentado no GT1 do II Encontro da Associação Nacional da ANPPAS. Brasília, 2006.

_____. “Consumo Sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo”. Cadernos EBAPE.BR/FGV. Volume III, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br>> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

PRADO, Eleutério F. S. A Constelação Pós-Walrasiana. *Revista de Economia Política*, 14(4), 1994, 110-117.

REIS, Maria Rita. Considerações acerca do Impacto da Propriedade Intelectual sobre Sementes na Agricultura Camponesa. In: Mathias, F. & Novion, Henry (org). *As Encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006.

RIFKIN, Jeremy. *O Século da Biotecnologia. A valorização dos genes e a reconstrução do mundo*. São Paulo, Makronbooks, 1999.

SANTOS, Djalma Eudes dos. *O Fenômeno Consumerista e os Movimentos Sociais no Brasil*. V Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-874JX4/1/o_fen_meno_consumerista_e_os_movimentos_sociais_no_brasil.pdf

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias - O impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo, Editora 34, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A biodiversidade e a questão dos direitos intelectuais. *Revista Ambiente & Sociedade*. N.1, 1997, pp.135-41.

_____. *Predação high tech, biodiversidade e erosão cultural: o caso do Brasil*. CTEME/UNICAMP, 2001.

SILVA-SANCHÉZ, Solange S. *Crítica e reação em rede: o debate dos transgênicos no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), 2003.

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the Super-Market - Political Consumerism as a Form of Political Participation. *International Review of Political Science*, 26(3), pp. 245-269, 2005.

TAVOLARO, Sergio B. de F. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo, Annablume, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. "An introduction to the study of social movements". *Social Research*. Vol. 52. n. 4, pp. 749-87, 1985.

VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector Ricardo. (1992). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Daniel J. Hogan & Paulo Freire Vieira (1992) (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, Unicamp, pp. 73-102.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: "inputs" para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE* [Online] 23:2, 2002. Disponível: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2042/2424>.

_____. Fair trade: dynamic and dilemmas of a market oriented global social movement. *Journal of Consumer Policy*. Special Issue. Volume 30, Number 3, September, 2007.

_____. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. The mingling of markets, movements and menus: global fair trade from a
brazilian perspective. 2006. Disponível em:
<<http://www.minds.org.br/arquivos/wilkinsontheminglingofmarkets.pdf>>. Acesso em: 2 fev.
2009.

Anexo I - Roteiro prévio das entrevistas

- Trajetória pessoal do entrevistado (como começou a trabalhar com o tema dos transgênicos, influências pessoais, autores...);
- Contextualização do momento em que surgiu a idéia da organização da Campanha;
- Entrada dos atores na Campanha;
- Principais motivações para a adoção da estratégia de atuação em rede;
- Relação entre os diferentes atores (eventuais conflitos, disputas, consensos, resolução de conflitos...);
- Organização das ações: estratégias, atuação na esfera jurídica e na esfera da comunicação;
- Financiamento e gestão dos recursos;
- Percepção sobre a atuação da própria ONG na Campanha;
- Trajetória da Campanha;
- Momentos marcantes;
- Perspectivas atuais;
- Avaliação pessoal da Campanha;
- Avaliação pessoal da sua organização;
- Avaliação das demais organizações

Anexo II – Roteiro das entrevistas (Pesquisa IBOPE dos anos de 2001 e 2003).

- 1. O Sr(a). já ouviu falar ou nunca ouvir falar em produtos transgênicos?*
- 2. Caso você pudesse escolher entre um alimento transgênico e um não-transgênico, qual deles escolheria?*
- 3. Na sua opinião, os alimentos com ingredientes transgênicos deveriam ou não deveriam trazer esta informação no seu rótulo?*
- 4. Existem divergências entre os cientistas quanto aos riscos ao meio ambiente e à saúde com relação aos organismos transgênicos. O que o(a) Sr(a). acha que deveria ser feito enquanto as dúvidas não fossem esclarecidas?*

Anexo III - Roteiro da entrevista (Pesquisa IBOPE do ano de 2002).

1. *O Sr(a). já ouviu falar ou nunca ouvir falar em produtos transgênicos?*
2. *Existe uma campanha chamada .Por um Brasil livre de transgênicos., o(a) sr(a) conhece essa campanha mesmo de ouvir falar ? (CASO SIM) Conhece bem, um pouco ou só de ouvir falar?*
3. *Caso você pudesse escolher entre um alimento transgênico e um não-transgênico, qual deles escolheria?*
4. *Na sua opinião, os alimentos com ingredientes transgênicos deveriam ou não deveriam trazer esta informação no seu rótulo?*
5. *Existem divergências entre os cientistas quanto aos riscos ao meio ambiente e à saúde com relação aos organismos transgênicos. O que o(a) Sr(a). acha que deveria ser feito enquanto as dúvidas não fossem esclarecidas?*
6. *As pessoas que defendem os transgênicos apresentam alguns argumentos a favor destes produtos. Eu vou citar alguns deles e gostaria que o(a) sr(a) me disesse se concorda totalmente, concorda parcialmente ou não concorda com cada uma das afirmações?*
 - a) *Os alimentos transgênicos vão acabar com a fome no mundo;*
 - b) *Com os transgênicos, a produção é maior do que com a agricultura convencional;*
 - c) *Os custos de produção são menores*
7. *Da mesma forma, as pessoas que criticam os transgênicos também apresentam alguns argumentos contra estes produtos, gostaria que o(a) sr(a) me disesse se concorda totalmente, concorda parcialmente ou não concorda com cada uma das afirmações?*
 - a) *Os transgênicos podem trazer riscos para a sua saúde;*
 - b) *Os transgênicos podem trazer riscos para o meio ambiente;*
 - c) *O Brasil teria dificuldades para exportar produtos transgênicos, porque eles são rejeitados pelos consumidores de vários países;*

Anexo IV - Carta do Greenpeace à Presidência da Vigor

Rua Avarénga, 2331
Butantã | São Paulo - SP
Brasil
CEP: 05609-006
Tel.: 55 11 3035 1155
Fax: 55 11 3817 4600

São Paulo, 10 de março de 2008.

VIGOR **Presidência – Sr. Carlos Alberto Mansur**

Prezado Sr. Carlos,

Há cerca de dez anos, o Greenpeace iniciou uma campanha contra a liberação de variedades transgênicas no meio ambiente, porque acredita que os danos e os riscos desses organismos à biodiversidade e à população são imprevisíveis, irreversíveis e desnecessários.

Para alertar os brasileiros sobre esses danos e riscos relacionados aos transgênicos, o Greenpeace lançou, em 2002, o Guia do Consumidor – lista de produtos com e sem transgênicos. No Guia, mais de 100 empresas de alimentos declaram sua política com relação à utilização de transgênicos em seus produtos e, assim, são classificadas entre a lista verde e a vermelha. Desde o início desse trabalho, sua empresa aparece listada na coluna vermelha, pois nunca se pronunciou a respeito do uso de transgênicos em sua linha de produção.

Em agosto de 2007, recebemos, com satisfação, uma correspondência eletrônica da Sra. Maria Carolina Nice Granolla, do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Suprimentos do Grupo Vigor, pedindo informações sobre os procedimentos necessários para que a empresa fosse listada na coluna verde¹. As informações solicitadas foram encaminhadas no mesmo dia para a empresa, também por correspondência eletrônica². Porém, depois disso, a Vigor não nos procurou novamente, para encaminhar seu posicionamento sobre o uso de transgênicos.

Não obstante, em fevereiro de 2008, voltamos a entrar em contato com sua empresa, informando sobre a chegada dos primeiros produtos rotulados como transgênicos ao mercado brasileiro de alimentos. Na carta enviada³, questionamos novamente a Vigor sobre o uso de ingredientes transgênicos em sua linha de produção e alertamos para o fato de que, caso utilize ingredientes transgênicos, sua empresa precisa se adequar à legislação brasileira e rotular seus produtos como transgênicos.

Infelizmente, não recebemos qualquer resposta da Vigor. Por isso, os ativistas do Greenpeace estão realizando uma atividade em frente à sua empresa agora pela manhã. O objetivo da atividade é exigir que sua empresa informe aos consumidores se usa ou não transgênicos em seus produtos e, em caso positivo, exigir que sua empresa respeite o direito à informação dos consumidores.

¹ Uma cópia impressa da correspondência eletrônica está anexada a esta carta.

² Uma cópia impressa desta correspondência eletrônica também está anexada a esta carta.

³ Uma cópia desta carta está anexada.

Rua Alverenga, 2331
Butantã | São Paulo - SP
Brasil
CEP: 05509-006
Tel.: 55 11 5035 1155
Fax: 55 11 3817 4800

O Código de Defesa do Consumidor assegura a todos os brasileiros o direito de saber o que estão comprando. E o Decreto de Rotulagem exige que todos os produtos feitos com mais de 1% de matéria-prima transgênica devem trazer essa informação no rótulo. Portanto, se sua empresa usa transgênicos, precisa se adequar à legislação brasileira.

Se, por outro lado, sua empresa não usa qualquer matéria-prima de origem geneticamente modificada, solicitamos que torne pública essa postura e também os mecanismos que utiliza para controlar a sua matéria-prima (testes, certificação, etc.). Assim, poderemos divulgar à imprensa e à população que a postura da Vigor quanto ao uso de transgênicos e listar sua empresa na coluna verde do Guia do Consumidor.

Acreditamos que optar por uma produção livre de transgênicos é o caminho mais acertado para toda e qualquer empresa que se preocupe com o meio ambiente e com seus clientes.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Gabriela Vuolo
Campanha de Engenharia Genética
Greenpeace Brasil